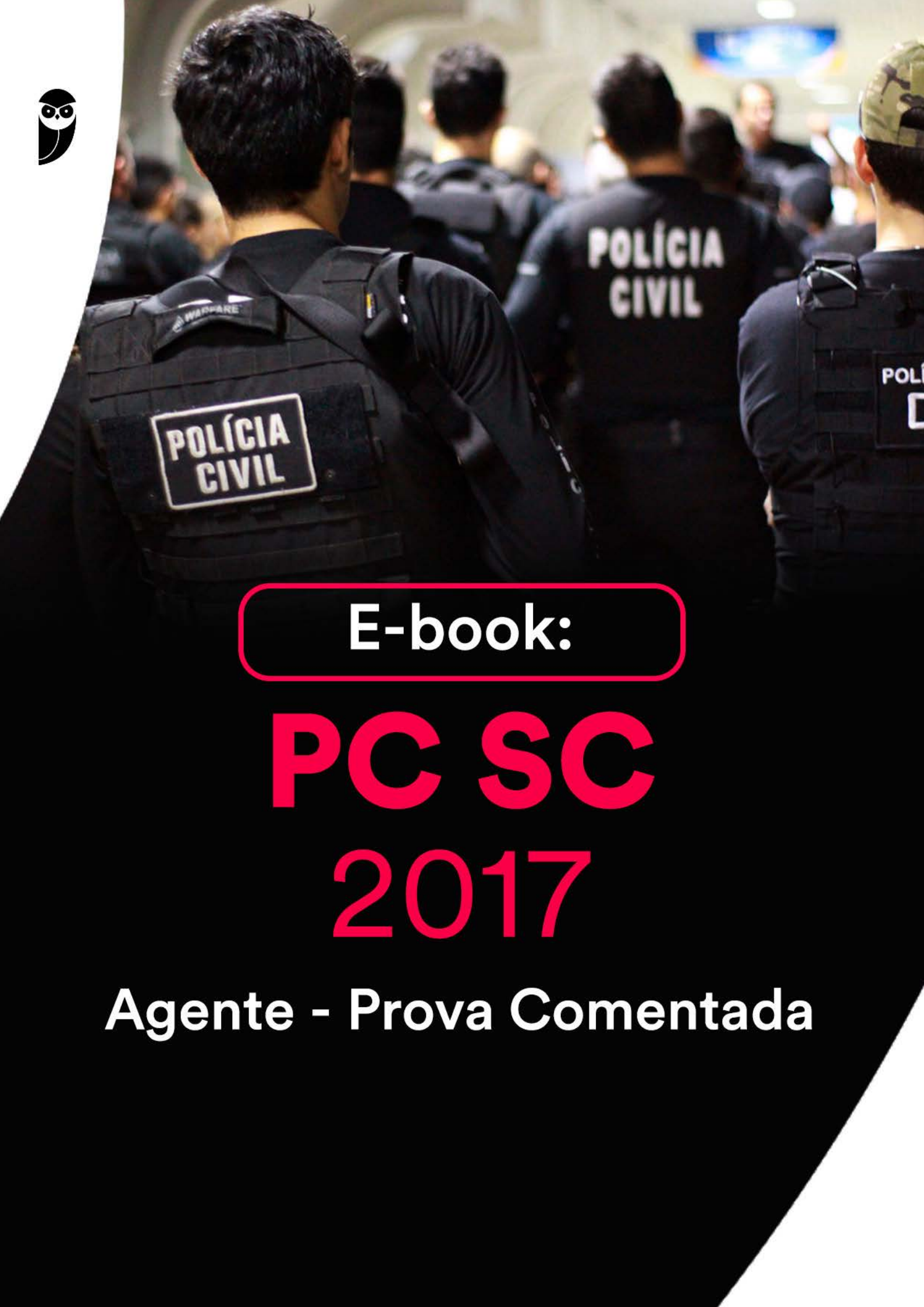




E-book:

PC SC 2017

Agente - Prova Comentada

POLÍCIA CIVIL

Olá, futuro Policial!

É com imensa satisfação que apresentamos o e-book da prova do concurso da PC-SC de 2017 resolvida! Nossos melhores professores resolveram essa prova, explicando cuidadosamente os assuntos mais difíceis!

Como, ao longo de sua preparação, é fundamental que você resolva diversas questões de concursos passados, sabemos que este material será de grande utilidade. Nosso objetivo é proporcionar mais uma valiosa ferramenta de estudo para deixá-lo mais perto de sua aprovação.

Aproveite muito este material! Bons estudos!

Equipe Estratégia Concursos



@estrategia.concursos



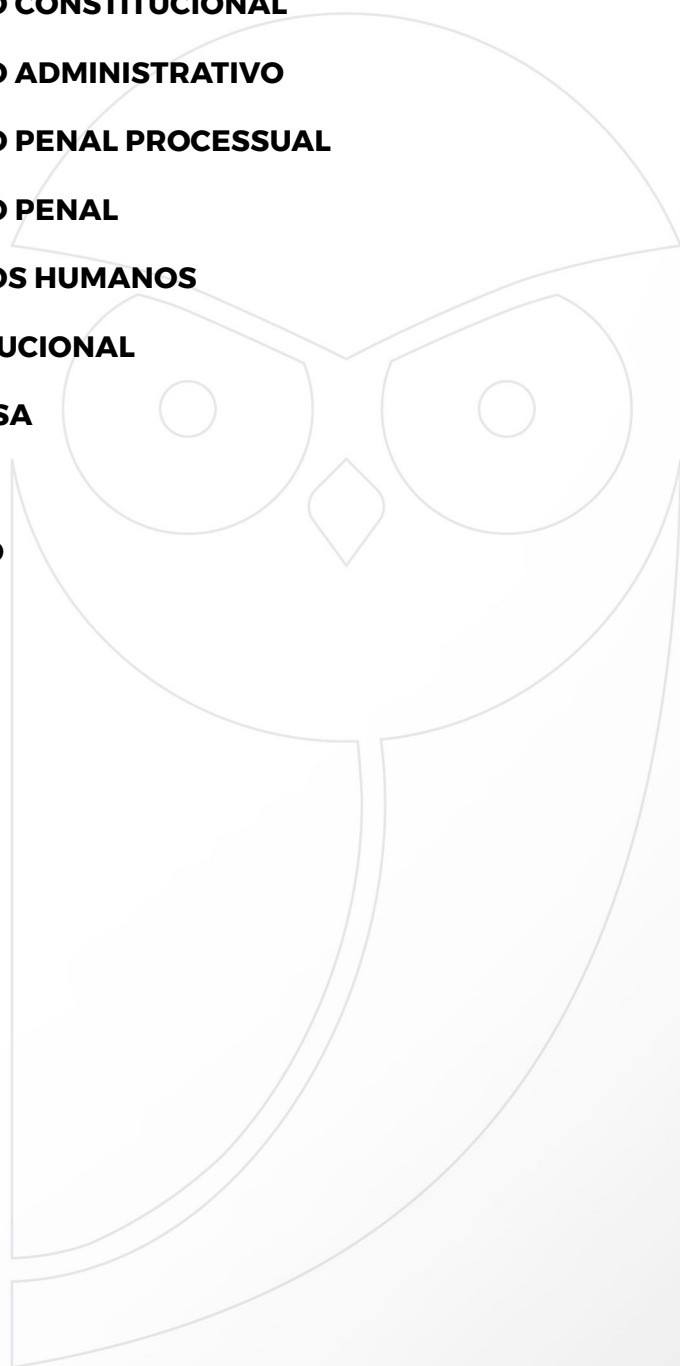
Estrategia Concursos



Estratégia
Concursos

SUMÁRIO

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL	4
NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO	18
NOÇÕES DE DIREITO PENAL PROCESSUAL	38
NOÇÕES DE DIREITO PENAL	61
NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS	70
LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL	76
LÍNGUA PORTUGUESA	82
INFORMÁTICA	110
RACIOCÍNIO LÓGICO	129



NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Assinale a alternativa correta a respeito dos direitos e deveres individuais e coletivos previstos no texto constitucional.

- A) Não se admite ação privada nos crimes de ação pública, ainda que essa não seja intentada no prazo legal.
- B) São admissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos.
- C) A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de detenção, nos termos da lei.
- D) A lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu.
- E) O preso não possui direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial.

COMENTÁRIO:

Trata-se de questão que versa sobre Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da Constituição Federal). Fala candidato, com base na Carta Magna, vamos às alternativas:

a. Não se admite ação privada nos crimes de ação pública, ~~ainda que essa não seja intentada no prazo legal.~~ **ERRADO**. Nos termos do inc. LIX do art. 5º da CF/88, se a ação pública não for intentada no prazo legal, então será admitida, sim, a ação privada.

Art. 5º (...)

LIX – **será admitida ação privada** nos crimes de **ação pública**, se esta **não for intentada no prazo legal**; [destacou-se]

Vale lembrar que a regra é que, na ação pública, a iniciativa cabe ao Ministério Público, responsável por propor a ação em nome da sociedade. Já na ação privada, por seu turno, a iniciativa cabe à vítima ou a seu representante legal.

Dessa forma, ante a inércia do MP, será possível a proposição de “Ação Penal Privada Subsidiária da Pública” em crimes de ação pública (ex.: peculato, concussão, corrupção ativa, entre outros).

b. **São admissíveis**, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos.

ERRADO. Item clássico e que vai de encontro ao proposto no inc. LVI do art. 5º da Carta da República.

Art. 5º (...)

LVI – **são inadmissíveis**, no processo, as **provas obtidas por meios ilícitos**; [destacou-se]

c. A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de **detenção**, nos termos da lei.

ERRADO. A pena prevista para o crime de racismo é a reclusão, não a detenção.

Art. 5º (...)

XLII – a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de **reclusão**, nos termos da lei; [destacou-se]

d. A lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu.

CERTO. Cuida-se da clássica literalidade do inc. XL do art. 5º da CF/88, portanto corresponde a nosso gabarito.

Art. 5º (...)

XL – a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu;

e. O preso **não possui direito** à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial.

ERRADO. Em verdade, o preso possui, sim, direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial. Vejamos:

Art. 5º (...)

LXIV – o preso **tem direito** à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial; [destacou-se]

O gabarito é, portanto, a letra D.

Gabarito: D

2. Com fundamento no texto constitucional, assinale a alternativa correta sobre os Direitos Políticos (Dos Direitos e Garantias Fundamentais).

- A) Os estrangeiros podem alistar-se como eleitores.
- B) É condição de elegibilidade para Prefeito a idade mínima de trinta anos.
- C) O alistamento eleitoral e o voto são facultativos para os analfabetos.
- D) O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os maiores de dezesseis anos.
- E) É condição de elegibilidade para Vereador a idade mínima de vinte e um anos.

COMENTÁRIO:

Trata-se de questão que versa sobre Direitos Políticos (arts. 14-16 da CF/88)

Concurseiro, com base na CF/88, vamos às alternativas:

a. Os estrangeiros **podem** alistar-se como eleitores.

ERRADO. Os estrangeiros não possuem capacidade eleitoral ativa nem passiva. Em outras palavras, não podem votar (alistar-se) nem serem votados.

Art. 14. (...)

§ 2º **Não podem alistar-se** como **eleitores** os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos. [destacou-se]

Como os estrangeiros não podem se alistar, eles tornam-se inelegíveis, por força do inc. III do § 3º do art. 14 da CF/88.

§ 3º São **condições de elegibilidade**, na forma da lei: (...)

III - o **alistamento eleitoral**; [destacou-se]

Nessa esteira, o *caput* do § 4º do art. 14 é bem claro:

§ 4º São **inelegíveis** os **inalistáveis** e os analfabetos. [destacou-se]

Assim, por todo o exposto, os estrangeiros não podem se alistar como eleitores, uma vez que são inelegíveis.

b. É condição de elegibilidade para Prefeito a idade mínima de **trinta anos**.

ERRADO. Nos termos do art. 14, § 3º, inc. VI, al. c, a idade mínima para se candidatar ao cargo de Prefeito Municipal é de 21 anos.

Art. 14 (...)

§ 3º São **condições de elegibilidade**, na forma da lei: (...)

VI - a idade mínima de:

- a) trinta e cinco anos para Presidente e Vice-Presidente da República e Senador;
- b) trinta anos para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal;
- c) **vinte e um anos** para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, **Prefeito**, Vice-Prefeito e juiz de paz;
- d) dezoito anos para Vereador; [destacou-se]

c. O alistamento eleitoral e o voto são facultativos para os analfabetos.

CERTO. É exatamente isso, nos termos da al. a, inc. II, § 1º do art. 14 da CF/88:

Art. 14 (...)

§ 1º O alistamento eleitoral e o voto são: (...)

II - facultativos para:

- a) os analfabetos;

d. O alistamento eleitoral e o voto **são obrigatórios** para os maiores de dezesesseis anos.

ERRADO. Como prediz a CF/88, para os maiores de 16 anos e menores de 18 anos, o alistamento eleitoral e o voto são facultativos.

POLÍCIA CIVIL

Art. 14 (...)

§ 1º O alistamento eleitoral e o voto são: (...)

II - facultativos para: (...)

c) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.

e. É condição de elegibilidade para Vereador a idade mínima de **vinte e um anos**.

ERRADO. Nos termos do art. 14, § 3º, inc. VI, al. d, a idade mínima para se candidatar ao cargo de Vereador é de 18 anos.

Art. 14 (...)

§ 3º São **condições de elegibilidade**, na forma da lei: (...)

VI - a idade mínima de:

a) trinta e cinco anos para Presidente e Vice-Presidente da República e Senador;

b) trinta anos para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal;

c) **vinte e um anos** para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, **Prefeito**, Vice-Prefeito e juiz de paz;

d) **dezoito anos para Vereador**; [destacou-se]

O gabarito encontra-se, portanto, na letra C.

Gabarito: C

3. O policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública são atribuições constitucionais da Polícia:

- A) Civil.
- B) Militar.
- C) Federal.
- D) Municipal.
- E) Rodoviária Federal.

COMENTÁRIO:

Trata-se de questão que versa sobre Segurança Pública, conforme art. 144 da Constituição Federal.

Concurseiro, o art. 144 deve estar na ponta da língua. Você deve saber recitá-lo de trás para frente, ok? Ele é de suma importância. A galera que briga por vaga domina esse dispositivo, então é sua obrigação fazer o mesmo. Ele é simples, coerente e de fácil entendimento. Portanto, não vacile.

POLÍCIA CIVIL

Para responder a nossa questão, faz-se suficiente a leitura do § 5º do art. 144 da Carta Magna. Vejamos:

Art. 144 (...)

§ 5º Às **polícias militares** cabem a **polícia ostensiva** e a **preservação da ordem pública**; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil. [destacou-se]

Assim, o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública são atribuições constitucionais da Polícia Militar, letra B.

Gabarito: B

4. Assinale a alternativa correta sobre a disciplina constitucional da administração pública.

- A) O prazo de validade do concurso público será de até dois anos, improrrogável.
- B) É permitida a equiparação de espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
- C) A proibição de acumular cargos públicos remunerados não se estende aos empregos e às funções, nem abrange autarquias, fundações e empresas públicas.
- D) É absolutamente vedado o direito de greve no âmbito da administração pública.
- E) A lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

COMENTÁRIO:

Trata-se de questão que versa sobre Disposições Gerais acerca da Administração Pública (arts. 37-38 da CF/88). Com base na Carta Magna, vamos às alternativas, candidato.

a. O prazo de validade do concurso público será de até dois anos, **improrrogável**.

ERRADO. Com base na CF/88, o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período. Assim, o item peca ao pontuar “improrrogável”.

Art. 37 (...)

III – o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, **prorrogável uma vez, por igual período**; [destacou-se]

b. **É permitida** a equiparação de espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

ERRADO. De forma contrária, é vedada a equiparação de espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

Art. 37 (...)

XIII – **é vedada a vinculação ou equiparação** de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público; [destacou-se]

c. A proibição de acumular cargos públicos remunerados **não se estende** aos empregos e às funções, nem abrange autarquias, fundações e empresas públicas.

ERRADO. O inc. XVII do art. 37 da CF/88, afirma que a proibição de acumular cargos públicos remunerados se estende aos empregos e às funções e abrange autarquias, fundações e empresas públicas. Assim, o dispositivo mostra-se diametralmente oposto ao proposto na assertiva em apreço.

Art. 37 (...)

XVII – a proibição de acumular **estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas**, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público; [destacou-se]

d. É absolutamente vedado o direito de greve no âmbito da administração pública.

ERRADO. O direito de greve, ao contrário do que propugna o item, pode ser exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica. Logo, é errado dizer que é absolutamente vedado.

Art. 37 (...)

VII - o **direito de greve será exercido** nos termos e nos limites definidos em lei específica; [destacou-se]

e. A lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

CERTO. Finalmente, nosso gabarito. É o que diz a CF/88:

Art. 37 (...)

IX – a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

Por tudo, o gabarito encontra-se na letra E.

Gabarito: E

5. Com base no texto da Constituição Federal, são princípios básicos da administração pública:

- A) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- B) legalidade, pessoalidade, probidade, publicidade e eficiência.
- C) pessoalidade, probidade, sigilo, eficácia e legalidade.
- D) impessoalidade, legitimidade, moralidade, sigilo e eficiência.
- E) pessoalidade, moralidade, sigilo, eficácia e legitimidade.

COMENTÁRIO:

Trata-se de questão que versa sobre Disposições Gerais acerca da Administração Pública (arts. 37-38 da CF/88). Candidato, cuida-se do famoso LIMPE (**L**egalidade, **I**mpessoalidade, **M**oralidade, **P**ublicidade, **E**ficiência), previsto no *caput* do art. 37, da Constituição:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...)

O gabarito é, então, claramente a letra A. Destaquemos os erros das demais alternativas e, em seguida, vejamos um breve resumo acerca do tema, beleza?

(CERTA) a. Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

(ERRADA) b. Legalidade, **pessoalidade**, **probidade**, publicidade e eficiência.

(ERRADA) c. **Pessoalidade**, **probidade**, **sigilo**, **eficácia** e legalidade.

(ERRADA) d. Impessoalidade, **legitimidade**, moralidade, **sigilo** e eficiência.

(ERRADA) e. **Pessoalidade**, moralidade, **sigilo**, **eficácia** e **legitimidade**.

→ **Princípios constitucionais expressos (LIMPE, caput do art. 37 da CF/88)**

- Legalidade:
 - o subordina a atividade da Administração à lei (só pode ser feito aquilo que está previsto na lei; diferente é o caso do particular, que pode fazer tudo aquilo que não está proibido em lei);
 - o situações que mitigam o princípio da legalidade → medida provisória, estado de defesa, estado de sítio.
- Impessoalidade:
 - o os atos da administração devem perseguir o interesse público;
 - o faz decorrer o princípio da isonomia ou igualdade → exige-se tratamento igual aos que estão em situações semelhantes e tratamento diferenciado aos que estão em situações desiguais;
 - o veda a autopromoção → a publicidade dos órgãos e entidades deve ter cunho público social, não o fim de promover autoridades.

- **Moralidade:**
 - o exige-se a atuação ética, honesta, pautada na boa-fé e nos bons costumes;
 - o dele decorre a vedação ao nepotismo (súmula vinculante 13):
 - a nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal.
- **Publicidade:**
 - o exige-se a transparência dos atos da administração;
 - o não é absoluta → pode ser mitigada por conta de sigilo p/ segurança da sociedade e do Estado ou em casos de intimidade pessoal;
 - o dela decorrem → direito de pedir; emissão de certidões; divulgações de ofício;
 - o pode condicionar a produção de efeitos de determinados atos, afinal, se não há publicidade, como saber da existência?
- **Eficiência:**
 - o é o princípio mais recente entre os supracitados;
 - o exige-se rendimento, qualidade, resultados e racionalidade (redução de desperdícios, + com -).

Gabarito: A

6. Com base na Constituição Federal de 1998, sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder, conceder-se-á:
a. *habeas data*.

- A) *habeas corpus*.
- B) mandado de segurança.
- C) ação popular.
- D) reclamação.

COMENTÁRIO:

A questão aborda o tema “remédios constitucionais”, os quais estão previstos no art. 5º, incisos LXVIII (*habeas corpus*), LXIX (mandado de segurança), LXXII (*habeas data*), LXXIII (ação popular), da CF/88. A reclamação constitucional tem sua disciplina prevista nos artigos 103-A, § 3º, da CF/88 e 988 do CPC.

Letra A: errada. O **habeas data** possui duas finalidades: a) assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público e b) retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.

Letra B: correta. De fato, o remédio constitucional adequado para proteger a liberdade de locomoção é o **habeas corpus**.

Letra C: errada. O **mandado de segurança** busca proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.

Letra D: errada. A **ação popular** tem o objetivo de anular ato lesivo ao patrimônio público, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico-cultural.

Letra E: errada. A **reclamação** constitucional é a ação utilizada para garantir a obediência às decisões do STF em sede de controle concentrado-abstrato de constitucionalidade, bem como às Súmulas Vinculantes emanadas pela Corte.

Gabarito: B

7. Assinale a alternativa incorreta a respeito do mandado de segurança.

- A) Não se concederá mandado de segurança quando se tratar de decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo.
- B) Da sentença, denegando ou concedendo o mandado, cabe apelação.
- C) Considera-se autoridade coatora aquela que tenha praticado o ato impugnado ou da qual emane a ordem para sua prática.
- D) O pedido de mandado de segurança poderá ser renovado dentro do prazo decadencial, se a decisão denegatória não lhe houver apreciado o mérito.
- E) O direito de requerer mandado de segurança extinguir-se-á decorridos 180 dias, contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado.

COMENTÁRIOS:

Trata-se de questão que versa sobre Mandado de Segurança, sob a luz da Lei nº 12.016/2009.

Candidato, é solicitado o conhecimento acerca do mandado de segurança (MS). Tome cuidado porque devemos assinalar a alternativa ERRADA.

a. Não se concederá mandado de segurança quando se tratar de decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo.

CERTO. Cobrou-se o entendimento do super importante art. 5º da lei do *writ*.

Art. 5º **Não se concederá** mandado de segurança quando se tratar: (...)

I - de ato do qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independentemente de caução;

II - **de decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo**; → inciso da alternativa.

III - de decisão judicial transitada em julgado. [destacou-se]

b. Da sentença, denegando ou concedendo o mandado, cabe apelação.

CERTO. Perfeito, com base no *caput* do art. 14 da Lei do MS.

Art. 14. Da sentença, denegando ou concedendo o mandado, cabe apelação.

Bastante cuidado: as bancas gostam de trocar apelação por “agravo de instrumento”. Não caia em pegadinhas. Lembre-se que, no âmbito de liminar, é cabível o agravo, veja:

Art. 7º (...)

§ 1º Da decisão do juiz de primeiro grau que conceder ou denegar a liminar **cabará agravo de instrumento**, observado o disposto na Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil; [destacou-se]

Sendo assim, muito cuidado com o contexto da questão, ok?

c. Considera-se autoridade coatora aquela que tenha praticado o ato impugnado ou da qual emane a ordem para sua prática.

CERTO. Perfeito, com base no § 3º do art. 6º da Lei do MS.

Art. 6º (...)

§ 3º Considera-se autoridade coatora aquela que tenha praticado o ato impugnado ou da qual emane a ordem para a sua prática;

d. O pedido de mandado de segurança poderá ser renovado dentro do prazo decadencial, se a decisão denegatória não lhe houver apreciado o mérito.

CERTO. Perfeito, com base no § 6º do art. 6º da Lei do MS.

Art. 6º (...)

§ 6º O pedido de mandado de segurança poderá ser renovado dentro do prazo decadencial, se a decisão denegatória não lhe houver apreciado o mérito;

e. O direito de requerer mandado de segurança extinguir-se-á decorridos **180** dias, contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado.

ERRADO. Finalmente, nosso gabarito. Conforme o *caput* do art. 23 da Lei nº 12.016/2009, o prazo é de 120 dias, não 180 dias.

Art. 23. O direito de requerer mandado de segurança extinguir-se-á decorridos **120 (cento e vinte) dias**, contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado. [destacou-se]

Tome bastante cuidado, pois as bancas gostam de, além de alterar o prazo, afirmar que o lapso temporal decadencial do *mandamus* é contado a partir da prática do ato, quando, na verdade, é contado a partir da ciência. Por todo o exposto, o gabarito é a letra E.

Gabarito: E

8. Incumbem às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, nos termos da Constituição Federal:

- A) ressalvada a competência dos Municípios, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, inclusive as militares.
- B) ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, inclusive as militares.
- C) ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.
- D) ressalvada a competência dos Municípios, as funções de polícia ostensiva e a apuração de infrações penais, exceto as militares.
- E) ressalvada a competência da União, as funções de polícia ostensiva e a apuração de infrações penais, inclusive as militares.

COMENTÁRIO:

Trata-se de questão que versa sobre Segurança Pública (art. 144, da Constituição Federal).

O art. 144 deve estar na ponta da língua. Você deve saber recitá-lo de trás para frente, rsrsrs. Suficiente para a resolução desta alternativa é a leitura do § 4º do artigo ora mencionado.

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: (...)

§ 4º Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares;

Dessa forma, a única que se amolda perfeitamente é a letra C, nosso gabarito. Destaquemos as alternativas:

a. ressalvada a competência dos **Municípios**, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, **inclusive** as militares.

ERRADO. Ressalva-se a competência da União. Ademais, infrações militares não estão no âmbito da polícia civil.

b. ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, **inclusive** as militares.

ERRADO. Infrações militares não estão no âmbito da polícia civil.

c. ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.

CERTO. É o gabarito; cuida-se da expressa literalidade do § 4º do art. 144 da CF/88.

d. ressalvada a competência dos **Municípios**, as funções de **polícia ostensiva** e a apuração de infrações penais, exceto as militares.

ERRADO. Ressalva-se a competência da União. Ademais, as funções de polícia ostensiva são dadas às polícias militares, conforme § 5º do art. 144 da CF/88, não às polícias civis.

e. ressalvada a competência da União, as funções de **polícia ostensiva** e a apuração de infrações penais, **inclusive** as militares.

ERRADO. Funções de polícia ostensiva são dadas às polícias militares, não às polícias civis. Ademais, infrações militares não estão no âmbito da polícia civil.

Por todo o exposto, o gabarito encontra-se na letra C.

Gabarito: C

9. Assinale a alternativa correta sobre o Princípio da Federação (Princípio do Direito Constitucional).

- A) O legislador constituinte originário elegeu a forma federativa de Estado como cláusula pétrea da Constituição Federal de 1988.
- B) A Federação caracteriza-se pela união dos Estados-membros, dotados de soberania.
- C) Em uma Federação como o Brasil, as entidades federadas constituem pessoas jurídicas de direito público internacional.
- D) No modelo federativo brasileiro, a União Federal é superior hierarquicamente aos Estados-membros, ao Distrito Federal e aos Municípios.
- E) Os Municípios ostentam a condição de entes federativos autênticos no Brasil porque possuem Poder Judiciário próprio e representantes no Congresso Nacional.

COMENTÁRIO:

Trata-se de questão que versa sobre Emenda à Constituição Federal.

Concurseiro, para respondermos com tranquilidade a questão em apreço, precisamos ter o conhecimento do art. 60, § 4º, da Constituição. Esse dispositivo trata das famosas “cláusulas pétreas”. Todo mundo tem um tiozão que se acha o bichão nesse assunto, não é verdade? Rsrtrs.

Essas cláusulas contam com o privilégio de não serem abolidas pelo poder constituinte derivado ao emendar a Carta Magna.

Sem mais delongas, vamos às alternativas:

a. O legislador constituinte originário elegeu a forma federativa de Estado como cláusula pétrea da Constituição Federal de 1988.

CERTO. Exatamente, vejamos:

Art. 60 (...)

§ 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

I – a forma federativa de Estado;

II – o voto direto, secreto, universal e periódico;

III – a separação dos Poderes;

IV – os direitos e garantias individuais; [destacou-se]

O item está certo, portanto é nosso gabarito.

b. A Federação caracteriza-se pela união dos Estados-membros, **dotados de soberania**.

ERRADO. Somente a República Federativa do Brasil (RFB) é que possui soberania. Dessa forma, União, Estados, Distrito Federal e Municípios gozam apenas de autonomia, não de soberania, beleza? Ademais, nota-se que a união é dos Estados, Municípios e Distrito Federal, não apenas dos Estados.

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: (...)

c. Em uma Federação como o Brasil, as entidades federadas constituem pessoas jurídicas de direito público **internacional**.

ERRADO. As entidades federadas constituem pessoas jurídicas de direito público interno.

d. No modelo federativo brasileiro, a União Federal **é superior hierarquicamente** aos Estados-membros, ao Distrito Federal e aos Municípios.

ERRADO. Não há hierarquia entre entes federados.

e. Os Municípios ostentam a condição de entes federativos autênticos no Brasil **porque possuem Poder Judiciário próprio e representantes no Congresso Nacional**.

ERRADO. Item salada mista. Municípios não têm poder judiciário próprio nem representantes no Congresso Nacional, mas, sim, na Câmara dos Vereadores. Você já ouviu, alguma vez na vida, Tribunal de Justiça do Município X? Pois é, o examinador foi longe.

O gabarito é, portanto, a letra A.

Gabarito: A

10. Com base na Constituição Federal, a República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

1. a autonomia.
2. a cidadania.
3. a dignidade da pessoa humana.
4. o pluralismo político.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas corretas.

- A) São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 3.
B) São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 4.
C) São corretas apenas as afirmativas 1, 3 e 4.
D) São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 4.
E) São corretas as afirmativas 1, 2, 3 e 4.

COMENTÁRIO:

Trata-se de questão que versa sobre Princípios Fundamentais da República Federativa do Brasil (RFB).

Concurseiro, a leitura dos arts. 1º a 4º da Constituição Federal é obrigatória. Assim, você não pode nem deve ir para a prova sem ter feito inúmeras leituras, ok?

No caso em apreço, era suficiente, para a resolução da questão, o conhecimento do SoCiDiVaPlu, expresso no art. 1º da Carta Magna.

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I - a soberania;
II - a cidadania;
III - a dignidade da pessoa humana;
IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
V - o pluralismo político.

So → soberania;

Ci → cidadania;

Di → dignidade da pessoa humana;

Va → valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

Plu → pluralismo político.

Dessa forma, “autonomia” não representa um fundamento da república. Ela fica por conta dos entes federados, uma vez que a RFB é soberana. Memorize:

RFB → soberana;

Entes federados → autonomia.

Por todo o exposto, a única alternativa correta é a letra D.

Gabarito: D

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

11. Assinale a alternativa que indica corretamente o princípio geral que disciplina a prestação de serviços públicos, orientando que eles devem ser remunerados a preços moderados, de modo que o Poder Público avalie o poder aquisitivo dos usuários para que, por dificuldades financeiras, não sejam alijados do universo de beneficiários do serviço:

- A) da eficácia.
- B) da modicidade.
- C) da universalidade.
- D) da impessoalidade.
- E) da compulsoriedade.

COMENTÁRIO:

Trata-se de questão que versa sobre Serviços Públicos.

O examinador deseja saber que princípio, aplicável no âmbito dos serviços públicos, refere-se à prestação de serviços com base em preços moderados. A resposta é simples e até um pouco intuitiva: princípio da modicidade, letra B.

A letra A traz “eficácia”, que não tem correlação com o que foi solicitado pelo enunciado. O conceito de eficácia está mais voltado ao cumprimento de objetivos e metas em tempo razoável.

As letras C e D trazem os princípios da universalidade/impessoalidade, aplicáveis, realmente, ao serviço público, no entanto, não responde à questão, uma vez que demandam a máxima prestação, vale dizer, que o serviço alcance o maior número de usuários, sem discriminações.

Por fim, a letra E traz um princípio que não é aplicável aos serviços públicos. Podemos analisá-lo sob a ótica tributária, tendo em vista que somos “convidados” (brincadeira, obrigados) a pagar tributos, dada sua natureza jurídica (prevista no art. 3º do CTN). Da mesma forma, podemos pensar na ótica previdenciária, em que devemos contribuir para a previdência. Seja lá ou cá, a alternativa está incorreta, porque não tem relação com serviço público.

Por todo o exposto, o gabarito deve ser assinalado na letra B, sem medo!

Gabarito: B

12. Não constitui característica das sociedades de economia mista:

- A) são criadas por autorização de lei.
- B) adotam a forma de sociedade anônima.
- C) são pessoas jurídicas de direito público.
- D) controle acionário pertencente ao Poder Público.
- E) têm como objetivo a exploração de atividades econômicas ou a prestação de serviços públicos.

COMENTÁRIO:

Trata-se de questão que versa sobre Administração Indireta.

Concurseiro, dada a pertinência do assunto, vamos fazer uma breve revisão?

Administração Direta é quando entes políticos recebem competências diretamente da Constituição para prestar serviço público à sociedade. Ela faz isso por meio das próprias pessoas políticas e de seus órgãos.

Na Administração Direta, a prestação do serviço dá-se de forma centralizada, há hierarquia e, portanto, subordinação. Os serviços são prestados por órgãos despersonalizados, por exemplo, secretarias, ministérios.

Por oportuno, cabe destacar que, quando o serviço é prestado de forma descentralizada, estamos diante do conceito de **Administração Indireta**. Nesse caso, não há que se falar em órgãos, mas, sim, em entidades como: autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista. Não há mais que se falar em subordinação e hierarquia, tão somente em vinculação.

- Autarquias:
 - o pessoa jurídica de direito público, criada por lei, com capacidade de autoadministração, para o desempenho de serviço público descentralizado, mediante controle administrativo exercido nos limites da lei;
 - o criação por lei;
 - o personalidade jurídica de direito público;
 - o capacidade de autoadministração;
 - o especialização dos fins ou atividades;
 - o sujeição a controle/tutela (controle finalístico, supervisão ministerial, autotutela).
- Pegadinhas vão dizer que é uma pessoa jurídica de direito privado, que podem ser criadas por decreto, que desempenha serviço de forma concentrada, que é subordinada à administração direta → se vir qualquer dessas afirmações, assinale errado.
- Consórcios públicos de direito público integram a Administração Indireta de todos os entes consorciados.
- Empresa Pública:
 - o pessoas jurídicas de direito privado, integrantes da Administração Indireta do Estado, criadas por autorização legal, sob qualquer forma jurídica adequada a sua finalidade, para que o Governo exerça atividades gerais de caráter econômico ou, em certas situações, execute a prestação de serviços públicos;

- o seu capital social é integralmente detido pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios; desde que a maioria do capital votante permaneça em propriedade da União, do Estado, do Distrito Federal ou do Município, será admitida, no capital da empresa pública, a participação de outras pessoas jurídicas de direito público interno, bem como de entidades da administração indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- o admite qualquer forma admitida em direito (SA, LTDA...);
- o o regime dessas entidades é misto, com aplicação simultânea de regras de direito público (princípios constitucionais, concurso público, licitação) e de direito privado (sujeição ao regime próprio das empresas privadas). Logo, o regime é híbrido, ora com predomínio de normas de direito público, ora com predomínio de regras de direito privado.
- Sociedade de Economia Mista:
 - o pessoas jurídicas de direito privado, integrantes da Administração Indireta do Estado, criadas por autorização legal, sob a forma de sociedades anônimas, cujo controle acionário pertença ao Poder Público, tendo por objetivo, como regra, a exploração de atividades gerais de caráter econômico e, em algumas ocasiões, a prestação de serviços públicos;
 - o só admite a forma de Sociedade Anônima;
 - o o capital social não precisa ser integralmente público, apenas é exigido que o controle acionário pertença ao Poder Público;
 - o o regime dessas entidades é misto, com aplicação simultânea de regras de direito público (princípios constitucionais, concurso público, licitação) e de direito privado (sujeição ao regime próprio das empresas privadas). Logo, o regime é híbrido, ora com predomínio de normas de direito público, ora com predomínio de regras de direito privado.
- Fundação Pública:
 - o personificação de um patrimônio ao qual é atribuída uma finalidade social não lucrativa (saúde, educação, pesquisa..);
 - o patrimônio, total ou parcialmente público, dotado de personalidade jurídica de direito público ou privado e destinado, por lei, ao desempenho de atividades do Estado de ordem social, com capacidade de autoadministração e mediante controle da Administração Pública, nos limites da lei;
 - o poder ser de direito público ou de direito privado:
 - quando de direito público, tem a natureza de autarquia; é criada por lei;
 - quando de direito privado, será administrada como uma fundação de direito privado; é autorizada por lei.

Essas entidades não possuem autonomia política e estão vinculadas à Administração Direta (composta de órgãos). Não caia em pegadinhas → há o **vínculo** (não é subordinação) entre as entidades da Administração Indireta e a Administração Direta.

Agências Reguladoras:

- são autarquias em regime especial, com funções regulatórias e de fiscalização sobre atividades econômicas ou serviços públicos;
- são criadas por lei específica (o próprio ato que as instituem traz a qualificação de agência reguladora);
- maior autonomia em relação às autarquias comuns, com mandatos fixos para seus dirigentes e independência técnica e administrativa;
- funções → regulamentar, fiscalizar e sancionar atividades específicas, como telecomunicações, transportes, energia, saúde etc.; expedir regulamentos e normas técnicas para o setor regulado, desde que respeitem a hierarquia das leis.

Agência Executiva:

- qualificação dada a autarquias ou fundações públicas que firmam contrato de gestão com a Administração Pública para melhorar sua eficiência;
- decreto qualifica a entidade como Agência Executiva após assinatura do contrato de gestão;
- o contrato de gestão estabelece metas e objetivos de desempenho para melhorar a gestão e prestação de serviços públicos;
- possuem mais autonomia, mais flexibilidade administrativa e financeira;
- o objetivo é tornar a entidade mais eficiente no uso de recursos e na execução de suas atividades.

Dessa forma, após essa breve revisão, podemos assinalar, com certeza, que não é uma característica das sociedades de economia mista ser pessoa jurídica de direito público, porquanto são de direito privado. Nesse sentido, veja, inclusive, como dispõe a Lei das Estatais (Lei nº 13.303/2016):

Art. 3º Empresa pública é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei e com patrimônio próprio, cujo capital social é integralmente detido pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios;

Art. 4º Sociedade de economia mista é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios ou a entidade da administração indireta; [grifou-se]

Vejamos as demais alternativas:

a. São criadas por autorização de lei.

CERTO. Exatamente, empresas públicas e sociedades de economia mista não são criadas por lei efetivamente, mas, sim, autorizadas. É o que podemos constatar da Lei das Estatais:

Art. 3º Empresa pública é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei e com patrimônio próprio, cujo capital social é integralmente detido pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios;

Art. 4º Sociedade de economia mista é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios ou a entidade da administração indireta; [grifou-se]

b. Adotam a forma de sociedade anônima.

CERTO. Perfeito. Inclusive, cuida-se de uma diferença significativa entre as empresas públicas e as sociedades de economia mista: a primeira pode revestir-se de qualquer forma admitida no direito; a segunda só pode ser do tipo sociedade anônima.

Art. 4º Sociedade de economia mista é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios ou a entidade da administração indireta; [grifou-se]

c. São pessoas jurídicas de direito **público**.

ERRADO. Conforme vimos, sociedades de economia mista são pessoas jurídicas de direito privado.

d. Controle acionário pertencente ao Poder Público.

CERTO. Isso mesmo. Seja empresa pública ou sociedade de economia mista, o controle acionário deve ser pertencente ao poder público.

Aqui vai mais uma diferença significativa entre essas entidades: as empresas públicas só admitem capital público em sua composição, ao passo que as sociedades de economia mista admitem recursos de parceiros privados, desde que não detenham o controle acionário.

e. Têm como objetivo a exploração de atividades econômicas ou a prestação de serviços públicos.

CERTO. Temos o objeto dessas entidades: exploração de atividade econômica ou prestação de serviços públicos. Veja como pontua a Lei das Estatais:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, abrangendo toda e qualquer empresa pública e sociedade de economia mista da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios que explore atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, ainda que a atividade econômica esteja sujeita ao regime de monopólio da União ou seja de prestação de serviços públicos. [grifou-se]

O gabarito é, portanto, a letra C.

Gabarito: C

13. A respeito do prazo que o Estado dispõe para exercer seu direito de regresso contra o agente responsável pelo dano causado a terceiro, deduzindo a pretensão indenizatória para ressarcir-se daquilo que pagou ao lesado a título de indenização:

- A) é imprescritível.
- B) prescreve em 2 anos.
- C) prescreve em 5 anos.
- D) prescreve em 10 anos.
- E) prescreve em 20 anos.

COMENTÁRIO:

Trata-se de questão que versa sobre Responsabilidade Civil.

Primeiramente, concurseiro, você deve entender que a responsabilidade civil do estado é, em regra, objetiva. Dessa maneira, o estado responderá pelos danos causados por seus agentes a terceiros, independentemente de dolo ou culpa.

No entanto, é assegurado, nos termos da Constituição Federal, a ação de regresso do ente público em face de seu agente.

Art. 37 (...)

§ 6º As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

A pergunta do examinador é: qual é prazo prescricional de que dispõe o estado para exercer esse direito de regresso? Ou melhor, o prazo é prescritível?

Cuida-se de um assunto muito controverso. Vira e mexe, há mudança de entendimento pelos tribunais superiores. No entanto, a regra que vige hoje é a seguinte:

- ressarcimento por ações de improbidade administrativa → imprescritível;
 - o são imprescritíveis as ações de ressarcimento ao erário fundadas na prática de ato doloso tipificado na Lei de Improbidade Administrativa (Tema nº 897/STF);
- outros casos → prescritível.

À época da prova, a banca havia dado como gabarito preliminar a letra A, imprescritível, pois era o entendimento dominante até o ano de 2016. Levava-se em conta o final da redação do § 5º do art. 37 da CF/88:

§ 5º A lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, **ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento**. [destacou-se]

Entendia-se, à época, que ações de ressarcimento eram imprescritíveis. No entanto, no ano da prova, 2017, houve mudança de entendimento e a banca achou por bem anular. A justificativa dada por ela foi a seguinte, *ipsis litteris*:

Ainda que a questão trate especificamente da prescrição 'da ação de regresso', o julgamento recente (2016) pelo STF do Recurso Extraordinário 669.069, com repercussão geral, trouxe um novo posicionamento sobre a matéria do ressarcimento ao erário decorrente de ilícito civil, o que pode ter gerado prejuízo à compreensão do questionamento proposto.

Gabarito: anulada

14. Designa o princípio fundamental da administração pública, cujo núcleo é a busca de produtividade e economicidade, que impõe a execução de serviços públicos com presteza, perfeição e rendimento funcional, a fim de reduzir os desperdícios de dinheiro público:

- A) legalidade.
- B) probidade.
- C) eficiência.
- D) legitimidade.
- E) imparcialidade.

COMENTÁRIO:

Trata-se de questão que versa sobre Princípios da Administração Pública.

Caro aluno, solicita-se de você o conhecimento do assunto Princípios da Administração Pública, que podem estar, ou não, expressos no texto constitucional. Vamos fazer uma breve revisão? O assunto é de suma importância, você não pode perder pontos aqui, beleza?

→ **Princípios constitucionais expressos (LIMPE, *caput* do art. 37 da CF/88)**

- Legalidade:
 - o subordina a atividade da Administração à lei (só pode ser feito aquilo que está previsto na lei; diferente é o caso do particular, que pode fazer tudo aquilo que não está proibido em lei);
 - o situações que mitigam o princípio da legalidade → medida provisória, estado de defesa, estado de sítio.
- Impessoalidade:
 - o os atos da administração devem perseguir o interesse público;
 - o faz decorrer o princípio da isonomia ou igualdade → exige-se tratamento igual aos que estão em situações semelhantes e tratamento diferenciado aos que estão em situações desiguais;
 - o veda a autopromoção → a publicidade dos órgãos e entidades deve ter cunho público social, não o fim de promover autoridades.

- **Moralidade:**
 - o exige-se a atuação ética, honesta, pautada na boa-fé e nos bons costumes;
 - o dele decorre a vedação ao nepotismo (súmula vinculante 13):
 - a nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal.
- **Publicidade:**
 - o exige-se a transparência dos atos da administração;
 - o não é absoluto → pode ser mitigado por conta de sigilo p/ segurança da sociedade e do Estado ou em casos de intimidade pessoal;
 - o dela decorrem → direito de pedir; emissão de certidões; divulgações de ofício;
 - o pode condicionar a produção de efeitos de determinados atos, afinal, se não há publicidade, como saber da existência?
- **Eficiência:**
 - o é o princípio mais recente entre os supracitados;
 - o exige-se rendimento, qualidade, resultados e racionalidade (redução de desperdícios, + com -).

→ Princípios implícitos

- **Razoabilidade e proporcionalidade:**
 - o evitar exageros ou limitações desnecessárias;
 - o limitação da discricionariedade administrativa;
 - o permite o controle judicial dos atos administrativos.
- **Controle ou tutela:**
 - o controle da administração direta sobre a indireta (sem hierarquia, controle por vinculação).
- **Autotutela:**
 - o a administração pode revogar quando inconvenientes ou inoportunos (faculdade não está obrigada); mas deve anular os atos ilegais (obrigação).
- **Motivação:**
 - o na edição do ato, faz-se necessária a indicação dos fundamentos de fato e de direito.

- Continuidade dos serviços públicos:
 - o serviços públicos não devem ser interrompidos, salvo situações excepcionais;
 - o limita o direito de greve;
 - o limita a exceção do contrato não cumprido (“a administração não me pagou, então não vou prestar o serviço”);
 - o é importante observar que o serviço pode, sim, ser interrompido nos casos de emergência, manutenção ou falta de pagamento de fatura (cortou sua luz por ausência de pagamento, não há, em regra, problema).
- Contraditório e ampla defesa:
 - o contraditório: tomar conhecimento das alegações da parte, possibilidade de contrapor as alegações, capacidade de influenciar na decisão;
 - o ampla defesa: direito de alegar e provar o que alega, utilização de todos os meios e recursos juridicamente válidos, vedação ao cerceamento do direito de defesa.
- Especialidade:
 - o decorre a descentralização administrativa → administração indireta.
- Segurança jurídica:
 - o busca-se a estabilidade das relações jurídicas já consolidadas;
 - o busca-se a boa-fé e a confiança do administrado perante a administração;
 - o dele decorrem os institutos da prescrição e decadência.

→ Superprincípios (pilares da Administração Pública)

- Princípio da supremacia do interesse público sobre o privado:
 - o estabelece que o interesse público, ou seja, o bem comum da coletividade, deve prevalecer em caso de conflito com os interesses individuais. Ele justifica o poder especial que o Estado possui para, por exemplo, desapropriar bens privados, limitar liberdades individuais ou interferir em atividades econômicas, sempre com o objetivo de promover o bem-estar social.
- Princípio da indisponibilidade do interesse público:
 - o os agentes públicos não são donos dos bens, direitos ou interesses públicos, mas meros gestores, por isso não podem dispor livremente deles. A Administração Pública deve sempre atuar em conformidade com a lei e com as finalidades públicas, ou seja, não pode abrir mão de interesses da coletividade nem fazer concessões que prejudiquem o bem comum.

Após nossa breve revisão, fica claro que o princípio fundamental da administração pública, cujo núcleo é a busca de produtividade e economicidade, que impõe a execução de serviços públicos com presteza, perfeição e rendimento funcional, a fim de reduzir os desperdícios de dinheiro público é o da eficiência, sendo os demais totalmente descabidos na situação em apreço.

Gabarito: C

15. Uma determinada categoria, entre os agentes públicos, congrega o maior número de integrantes ocupantes de cargos funcionais. Eles exercem, em caráter de permanência, uma função pública em decorrência da relação de trabalho e recebem a correspondente remuneração.
Assinale a alternativa que a identifica.

- A) Agentes delegados.
- B) Agentes honoríficos.
- C) Agentes colaboradores.
- D) Servidores públicos.
- E) Servidores eletivos.

COMENTÁRIO:

Trata-se de questão que versa sobre Agentes Públicos.

Concurseiro, quando o *caput* da questão menciona “eles exercem, em caráter de permanência (...)”, só podemos assinalar a letra D, a qual confundiu o gênero servidor público com a espécie servidor público efetivo, que será você futuramente. As demais classificações não representam esse caráter permanente, portanto estão erradas. Quanto aos conceitos das demais alternativas:

Agentes delegados → são particulares que atuam em seu próprio nome, por sua conta e risco, e que estão sujeitos ao poder de polícia da administração.

Agente honorífico → são aqueles que, sem vínculo laboral com o poder público, colaboram com o poder público de forma voluntária e, geralmente, sem remuneração. Eles desempenham funções de interesse público por um período determinado e são investidos em tais funções por meio de nomeação ou designação.

Agentes colaboradores → são os que auxiliam a Administração Pública de maneira eventual e esporádica, geralmente com objetivo de contribuir para a realização de funções públicas específicas. Diferem dos agentes honoríficos porque, no caso dos colaboradores, a atuação tende a ser mais informal e vinculada a necessidades pontuais.

Agentes eletivos → são os agentes políticos, a galera que ocupa cargo de alto escalão. Investem-se no cargo por meio de eleição, nomeação, designação, delegação.

O gabarito é, portanto, a letra D.

Gabarito: D

16. Assinale a alternativa incorreta a respeito do poder de polícia da administração pública:

- A) A Constituição brasileira autoriza os entes federativos a instituírem impostos e taxas em razão do exercício do poder de polícia.
- B) A manifestação do poder de polícia ocorre quando o Poder Público interfere no domínio dos interesses privados, restringindo direitos individuais.
- C) Além das atribuições típicas das corporações policiais, as atividades oriundas do poder de polícia também são exercidas por outros órgãos administrativos.
- D) Afigura-se inválido o ato de polícia praticado por um agente de ente federativo que não possua competência constitucional para regular a matéria.
- E) O exercício do poder de polícia encontra fundamento no princípio da supremacia do interesse público.

COMENTÁRIO:

Trata-se de questão que versa sobre Poderes Administrativos.

Candidato, antes de adentrarmos nas alternativas, que tal fazermos uma revisão acerca dos poderes administrativos? É um assunto crucial e certo em sua prova. Logo, se estiver com tempo, confira a revisão a seguir. Caso contrário, pule para as alternativas, beleza?

- Poder Vinculado → a lei, ao outorgar determinada competência ao agente público, não deixa nenhuma margem de liberdade para seu exercício.
- Poder Discricionário → há margem de liberdade para o agente público; o agente poderá fazer seu juízo de conveniência e oportunidade e decidirá com base no mérito administrativo, devendo haver razoabilidade e proporcionalidade.
- Poder Hierárquico → é quando há subordinação entre órgãos e agentes administrativos, por exemplo, distribuição de funções internamente (Secretário > Gerente > Chefe de Serviço). Esse poder permite a edição de atos normativos de comando interno (ordinatórios), dar ordens, fiscalizar, aplicar sanções, delegar e avocar funções.
 - o Delegação:
 - atribui-se competência a um terceiro;
 - pode ocorrer independente de hierarquia;
 - em regra, pode ser perfeitamente realizável, somente quando há alguma vedação legal é que não é permitida a delegação.

- o Avocação:
 - atrai para si determinada competência de um subordinado;
 - é necessário existir hierarquia (fruto do poder hierárquico);
 - somente é cabível em casos excepcionais.
- Poder Disciplinar → poder/dever de punir internamente as infrações funcionais dos servidores e demais pessoas sujeitas à disciplina dos órgãos e serviços da Administração (tome nota que punir um particular sem relação com a Administração é referente ao poder de polícia, não disciplinar). Esse poder alcança servidores públicos e particulares com vínculo com a Administração. É um poder que possui características de vinculação (dever de apurar e punir a infração), porém também há traços discricionários, como graduar a multa (é 20 ou 30%?). Exige a concessão de contraditório e ampla defesa.
- Poder Regulamentar → prerrogativa conferida à Administração Pública para editar normas complementares à lei, permitindo sua fiel execução para complementar as leis e permitir sua efetiva aplicação (exemplo: editar decretos autônomos).
- Poder Normativo → capacidade normativa da Administração Pública, envolvendo não só a competência do Chefe do Poder Executivo para editar decretos regulamentares, mas também a competência das demais autoridades administrativas para a edição dos mais diversos tipos de normas administrativas (resoluções, instruções, decretos etc.; é um poder mais amplo, engloba o poder regulamentar).
- Poder Normativo x Regulamentar → normativo (amplo; atos gerais/abstratos; Chefe do Executivo, Ministros, Secretários, outras autoridades) x regulamentar (estrito; Chefe do Executivo; decretos autônomos).
- Poder de Polícia → atividade normativa e concreta da Administração Pública para condicionamento e restrição de direitos em prol da coletividade; atributos: DiCA (discricionariedade: liberdade para definir quem será fiscalizado e, em certos casos, para definir o conteúdo da sanção; coercibilidade: possibilidade de impor as decisões de forma coativa; autoexecutoriedade: prerrogativa de executar as decisões, sem precisar de ordem autorização judicial).

Nossa questão trabalha especificamente com o poder de polícia. Sabendo disso, vamos, agora, ao julgamento das alternativas.

a. A Constituição brasileira autoriza os entes federativos a instituírem **impostos** e taxas em razão do exercício do poder de polícia.

ERRADO. De cara, nossa resposta. Taxas são espécies de tributos que derivam do exercício regular de polícia ou da utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto a sua disposição. Assim dispõe o Código Tributário Nacional (CTN):

Art. 77. As **taxas cobradas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios**, no âmbito de suas respectivas atribuições, têm como fato gerador o **exercício regular do poder de polícia**, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição. [destacou-se]

Veja que, no próprio comando, podemos confirmar que todos os entes federados podem instituí-las e que têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia.

Apesar da correção quanto às taxas, a assertiva equivoca-se ao citar que os impostos podem ser instituídos em face de exercício de poder de polícia. Essa espécie tributária é voltada a serviços gerais (*uti universi*), cobrados independentemente de uma atividade estatal específica para com o contribuinte, vale dizer, não é contraprestacional como a taxa.

b. A manifestação do poder de polícia ocorre quando o Poder Público interfere no domínio dos interesses privados, restringindo direitos individuais.

CERTO. Exato. A assertiva é mera decorrência do conceito de poder de polícia. A palavra-chave é: restrição de interesses privados e direitos individuais.

c. Além das atribuições típicas das corporações policiais, as atividades oriundas do poder de polícia também são exercidas por outros órgãos administrativos.

CERTO. Sim, não são somente as autoridades policiais que exercem o poder de polícia. Vários outros órgãos podem exercê-lo também: autoridades fiscais; autoridades de controle externo; autoridades de controle interno; órgãos fiscalizadores de trânsito; agências reguladoras; entre outros.

d. Afigura-se inválido o ato de polícia praticado por um agente de ente federativo que não possua competência constitucional para regular a matéria.

CERTO. Com certeza. Atuar fora de sua competência legal configura abuso de poder. Lembre-se: um dos requisitos/elementos do ato administrativo é a competência.

e. O exercício do poder de polícia encontra fundamento no princípio da supremacia do interesse público.

CERTO. O princípio da supremacia do interesse público é considerado um super-princípio e estabelece que o interesse público, ou seja, o bem comum da coletividade, deve prevalecer em caso de conflito com os interesses individuais. Ele justifica o poder especial que o Estado possui para, por exemplo, desapropriar bens privados, limitar liberdades individuais (poder de polícia) ou interferir em atividades econômicas, sempre com o objetivo de promover o bem-estar social.

O gabarito é, por tudo, a letra A.

Gabarito: A

17. Assinale a alternativa correta sobre a classificação dos atos administrativos.

- A) Os atos gerais são aqueles que se preordenam a regular situações jurídicas concretas, como exemplo uma licença para construção.
- B) Denominam-se atos de gestão aqueles que se caracterizam pelo poder de coerção da Administração, não intervindo a vontade dos administrados para sua realização.
- C) Os atos revogáveis são aqueles que a Administração pode expurgar do mundo jurídico por razões meramente administrativas.
- D) Atos discricionários são aqueles que o agente público pratica reproduzindo os elementos que a lei previamente estabelece, sem margem de liberdade para avaliação da conduta pela Administração.
- E) São atos declaratórios aqueles que alteram uma relação jurídica, criando, modificando ou extinguindo direitos.

COMENTÁRIO:

Trata-se de questão que versa sobre Atos Administrativos.

a. Os atos gerais são aqueles que se ~~preordenam a regular situações jurídicas concretas, como exemplo uma licença para construção.~~

ERRADO. Contraditório, não acha? Ato geral versar sobre situações jurídicas concretas? Geral versar sobre algo tão específico como uma licença construção? Percebe que não faz sentido? Pois é! Atos gerais estão relacionados com situações genéricas, abstratas, não concretas.

b. Denominam-se ~~atos de gestão~~ aqueles que se caracterizam pelo poder de coerção da Administração, não intervindo a vontade dos administrados para sua realização.

ERRADO. Se deriva do poder de coerção, estamos diante dos atos de império, não dos atos de gestão. Os atos de império são aqueles praticados pela administração com base na supremacia do interesse público sobre o interesse privado (super-princípio). Nesses atos, a administração exerce sua autoridade coercitiva, impondo sua vontade unilateralmente, mesmo contra a vontade do particular, sempre nos limites da lei.

Por outro lado, nos atos de gestão, a administração atua em condições de igualdade com os particulares, sem utilizar sua autoridade coercitiva. Esses atos visam atender às necessidades administrativas do Estado, especialmente relacionadas à gestão de bens e serviços.

Perceba, então, que o examinador trocou os conceitos, portanto a assertiva está incorreta.

c. Os atos revogáveis são aqueles que a Administração pode expurgar do mundo jurídico por razões meramente administrativas.

CERTO. Interessa você saber, nesse ponto, a seguinte diferença:

- atos vinculados → a administração não tem liberdade de escolha; deve executá-lo ou invalidá-lo, se eivado de vício;

- atos discricionários → a administração conta com a flexibilidade (conveniência e oportunidade) para tratar do ato; dessa forma, ela pode expurgar do mundo jurídico por razões meramente administrativas (jeito chique de dizer “revogar”).

O item está certo, vez que retrata a faculdade da administração em revogar atos discricionários.

d. Atos discricionários são aqueles que o agente público pratica **reproduzindo os elementos que a lei previamente estabelece, sem margem de liberdade para avaliação da conduta pela Administração.**

ERRADO. Conforme pontuamos no comentário da alternativa anterior, o conceito aqui retratado é de ato vinculado, não o de ato discricionário.

e. São atos declaratórios aqueles que **alteram uma relação jurídica, criando, modificando ou extinguindo direitos.**

ERRADO. Definiu-se o conceito de atos constitutivos. Os declaratórios, por seu turno, apenas enunciam, confirmam, determinada situação jurídica.

O gabarito é, portanto, a letra C.

Gabarito: C

18. A rescisão dos contratos administrativos poderá ser determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos seguintes casos:

1. o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos.
2. a não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto.
3. a dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado.
4. o atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas corretas.

- A) São corretas apenas as afirmativas 1 e 4.
- B) São corretas apenas as afirmativas 2 e 3.
- C) São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 3.
- D) São corretas apenas as afirmativas 1, 3 e 4.
- E) São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 4.

COMENTÁRIO:

Trata-se de questão que versa sobre Contratos Administrativos.

A questão foi baseada na Lei nº 8.666/93, que estava vigente à época. Em 2021, ela cedeu espaço para a conhecida Nova Lei de Licitações e Contratos, Lei nº 14.133/2021.

Primeiramente, vamos respondê-la com base na antiga lei e, depois, vamos pincelar como prediz a Nova Lei.

À época, bastava o conhecimento do art. 78 da Lei nº 8.666/193, especificamente os incisos I, IV e X, que correspondem, respectivamente, aos itens 1, 4 e 3 (gabarito: letra D). O art. 78 trazia situações que ensejavam rescisão do contrato administrativo, porém era o art. 79 que apontava quais eram as situações poderiam demandar rescisão unilateral:

Art. 79. A rescisão do contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo anterior; [grifou-se]

Vejamos as alternativas.

1. o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos.

CERTO. Item correto, conforme inc. I do art. 78 da Lei nº 8.666/93:

Art. 78. Constituem motivo para rescisão do contrato:

I - o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

2. a não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto.

ERRADO. Temos uma situação que constitui rescisão do contrato administrativo, porém não de forma unilateral.

Art. 78. Constituem motivo para rescisão do contrato:

XVI - a não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;

Note que o inc. XVI, supracitado, não está arrolado no inc. I do art. 79:

Art. 79. A rescisão do contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo anterior; [grifou-se]

3. a dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado.

CERTO. Item correto, conforme inc. X do art. 78 da Lei nº 8.666/93:

Art. 78. Constituem motivo para rescisão do contrato:

X - a dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

4. o atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento.

CERTO. Item correto, conforme inc. IV do art. 78 da Lei nº 8.666/93:

Art. 78. Constituem motivo para rescisão do contrato:

IV - o atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;;

Assim, à época, o gabarito era a letra D. A Nova Lei trata da seguinte maneira:

Art. 137. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

I - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

IV - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

VI - atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

VII - atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

VIII - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

IX - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

Art. 138. A extinção do contrato poderá ser:

I - **determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;** [destacou-se]

Perceba que, conforme a Lei nº 14.133/2021, a extinção unilateral só não decorre nos casos de descumprimento de sua própria conduta. Fique atento às diferenças. O gabarito é a letra D (à época).

Gabarito: D

19. Assinale a alternativa correta a respeito do tema licitações.

- A) A tomada de preços é a modalidade de licitação adequada para a contratação de obras e serviços de engenharia até R\$ 150.000,00.
- B) O autor de projeto básico ou executivo não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra ou serviço.
- C) O regime de licitações refere-se exclusivamente aos órgãos da administração direta, não se aplicando às autarquias e fundações públicas.
- D) As normas de licitações e contratos não podem conferir tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte.
- E) Denomina-se empreitada por preço global a contratação da execução da obra ou do serviço por preço certo de unidades determinadas.

COMENTÁRIO:

Trata-se de questão que versa sobre Licitações e Contratos Administrativos.

A questão foi baseada na Lei nº 8.666/93, que estava vigente à época. Em 2021, ela cedeu espaço para a conhecida Nova Lei de Licitações e Contratos, Lei nº 14.133/2021, a qual trouxe mudanças significativas em relação à lei pretérita.

À época, o gabarito era letra B, por expressa decorrência lógica do inc. I do art. 9º da Lei nº 8.666/93:

b. O autor de projeto básico ou executivo não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra ou serviço.

CERTO. Segue-se o dispositivo legal:

Art. 9º Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários:

I - o autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;

Veja como dispõe a Nova Lei:

Art. 14. Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

I - autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

II - empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

§ 2º A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os incisos I e II do caput deste artigo poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

§ 3º Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

Em relação às demais alternativas:

Alternativa A → não existe mais tomada de preços.

Alternativa C → o regime de licitações aplica-se, sim, às autarquias e fundações públicas, regra que valia à época e ainda vale agora.

Alternativa D → tanto a lei antiga como a lei nova conferiram tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte.

Alternativa E → cuidava-se do conceito de empreitada por preço unitário. Seguem-se os conceitos com base na Nova Lei:

Art. 6º (...)

XXVIII - empreitada por preço unitário: contratação da execução da obra ou do serviço por preço certo de unidades determinadas;

XXIX - empreitada por preço global: contratação da execução da obra ou do serviço por preço certo e total;

XXX - empreitada integral: contratação de empreendimento em sua integralidade, compreendida a totalidade das etapas de obras, serviços e instalações necessárias, sob inteira responsabilidade do contratado até sua entrega ao contratante em condições de entrada em operação, com características adequadas às finalidades para as quais foi contratado e atendidos os requisitos técnicos e legais para sua utilização com segurança estrutural e operacional;

Por todo o exposto, o gabarito é a letra B.

Gabarito: B

20. De acordo com a legislação, é inexigível a licitação para:

- A) a construção, a ampliação, a reforma e o aprimoramento de estabelecimentos penais, desde que configurada situação de grave e iminente risco à segurança pública.
- B) a celebração de contratos de prestação de serviços com as organizações sociais, qualificadas no âmbito das respectivas esferas de governo, para atividades contempladas no contrato de gestão.
- C) a aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos, de autenticidade certificada, desde que compatíveis ou inerentes às finalidades do órgão ou entidade.
- D) a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípua da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia.
- E) contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

COMENTÁRIO:

Trata-se de questão que versa sobre Licitações e Contratos Administrativos.

A questão foi baseada na Lei nº 8.666/93, que estava vigente à época. Em 2021, ela cedeu espaço para a conhecida Nova Lei de Licitações e Contratos, Lei nº 14.133/2021, a qual trouxe mudanças significativas em relação à lei pretérita.

Solicitava-se do candidato o conhecimento das hipóteses de inexigibilidade de licitação. A resposta encontrava-se na letra E, com base no inc. III do art. 25 da Lei nº 8.666/93. As demais alternativas traziam hipóteses de licitação dispensável.

Atualmente, é importante que você memorize as situações de inexigibilidade de licitação conforme a Nova Lei:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;

II - contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

a) estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos ou projetos executivos;

b) pareceres, perícias e avaliações em geral;

- c) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;
 - d) fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços;
 - e) patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;
 - f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;
 - g) restauração de obras de arte e de bens de valor histórico;
 - h) controles de qualidade e tecnológico, análises, testes e ensaios de campo e laboratoriais, instrumentação e monitoramento de parâmetros específicos de obras e do meio ambiente e demais serviços de engenharia que se enquadrem no disposto neste inciso;
- IV - objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento;
- V - aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.

Veja que a alternativa E ainda continua respaldada no inc. II do art. 74 da Lei nº 14.133/2021.

Gabarito: E

NOÇÕES DE DIREITO PENAL PROCESSUAL

21. É correto afirmar, sobre a ação penal, que:

- A) o Ministério Público poderá desistir a qualquer tempo da ação penal privada.
- B) a desistência na ação penal pública incondicionada depende do consentimento do ofendido.
- C) em se tratando de ação penal pública incondicionada, dela não poderá o Ministério Público desistir.
- D) a autoridade policial poderá, a qualquer tempo, requisitar a desistência da ação penal pública.
- E) após manifestação prévia do Ministério Público, poderá o réu desistir da ação penal.

COMENTÁRIO:

O tema central da questão é **ação penal** no âmbito do Direito Processual Penal. Trata-se de um conceito fundamental, uma vez que a ação penal é o meio pelo qual o Estado, representado pelo Ministério Público ou pelo particular legitimado, busca a aplicação do direito penal em casos concretos.

Resumidamente, as ações penais podem ser classificadas em **ação penal pública** (titularidade do Ministério Público) e **ação penal de iniciativa privada** (titularidade do ofendido). A ação penal pública ainda se subdivide em **incondicionada**, quando não há necessidade de qualquer manifestação de vontade do ofendido, e **condicionada**, quando depende de representação ou requisição específica. No caso da ação penal pública incondicionada, prevalece o **princípio da indisponibilidade**, que veda a desistência por parte do Ministério Público após a propositura da ação (art. 42 do CPP).

A resposta correta é a **letra C**, que afirma corretamente que o Ministério Público não pode desistir da ação penal pública incondicionada. A seguir, analisaremos cada alternativa.

(A) Essa alternativa está **INCORRETA**, pois o Ministério Público não é titular da ação penal privada, portanto não pode desistir dela. A desistência é permitida apenas ao ofendido, que pode desistir da queixa-crime.

Portanto, embora a **ação penal privada** seja regida pelo **princípio da disponibilidade**, permitindo ao ofendido desistir da queixa-crime, tal faculdade não se estende ao Ministério Público. **O Ministério Público não é titular da ação penal privada** e, assim, não pode dela desistir.

Para entender melhor, é importante lembrar que, na ação penal privada, o ofendido ou seu representante legal pode decidir não prosseguir com a ação, desde que ainda não tenha havido a sentença final. Essa desistência pode ocorrer por meio do perdão do ofendido, que extingue a punibilidade do réu. No entanto, no contexto da **ação penal pública**, o art. 42 do CPP é claro ao determinar que "o Ministério Público não poderá desistir da ação penal", reforçando o **princípio da indisponibilidade**. Esse dispositivo garante que o interesse público não seja comprometido por decisões discricionárias do titular da ação penal pública.

(B) A alternativa está **INCORRETA** porque, na ação penal pública **incondicionada**, a titularidade pertence exclusivamente ao Ministério Público, e não há necessidade de representação ou consentimento do ofendido para sua propositura ou continuidade.

Esse tipo de ação busca proteger bens jurídicos que transcendem interesses individuais, como a segurança pública e a ordem social.

O princípio da indisponibilidade é aplicado de forma rigorosa na ação penal pública incondicionada. Assim, uma vez iniciada, ela prossegue independentemente da vontade do ofendido ou de qualquer outro interessado. Esse princípio está respaldado no art. 42 do CPP, que assegura a continuidade da persecução penal em defesa do interesse público, mesmo em situações em que o ofendido perdoe ou manifeste desinteresse pela continuidade da ação.

(C) A alternativa está **CORRETA**.

O **princípio da indisponibilidade** rege a ação penal pública, especialmente a incondicionada. Isso significa que, uma vez proposta, o Ministério Público não pode desistir, conforme expressamente previsto no art. 42 do CPP:

*Art. 42. O Ministério Público **não poderá desistir da ação penal**.*

O objetivo é proteger o interesse público na persecução penal, impedindo que haja discricionariedade em desistir de ações que visam à aplicação da justiça penal.

A doutrina e a jurisprudência corroboram que, **ainda que o Ministério Público possa opinar pela absolvição** em alegações finais, tal postura não configura desistência, pois o juiz poderá decidir de forma independente, conforme o art. 385 do CPP:

Art. 385. Nos crimes de ação pública, o juiz poderá proferir sentença condenatória, ainda que o Ministério Público tenha opinado pela absolvição, bem como reconhecer agravantes, embora nenhuma tenha sido alegada.

Esse artigo permite que o juiz profira sentença condenatória, mesmo que o Ministério Público opine pela absolvição, garantindo que a função jurisdicional não seja limitada pela atuação da acusação.

(D) A alternativa está **INCORRETA** porque a autoridade policial não possui legitimidade para interferir na desistência ou continuidade da ação penal pública, que é de titularidade exclusiva do Ministério Público, conforme disposto nos arts. 24 e 42 do CPP.

A função da autoridade policial limita-se à **fase investigativa** do processo penal, sendo responsável pela apuração de infrações penais e pela elaboração do inquérito policial.

Após a conclusão do inquérito, cabe ao Ministério Público decidir se apresenta ou não a denúncia. Uma vez oferecida e recebida pelo juiz, a ação penal segue o curso normal, sem qualquer interferência da autoridade policial. Esse papel limitado da polícia judiciária reflete o **sistema acusatório** adotado no Brasil, que separa as funções de investigação, acusação e julgamento para garantir maior imparcialidade e respeito aos direitos fundamentais.

(E) A alternativa está **INCORRETA**, uma vez que o réu não possui qualquer legitimidade para desistir da ação penal, uma vez que ele é o **sujeito passivo** da persecução penal.

Essa alternativa apresenta uma ideia que contraria a lógica do processo penal. A ação penal é um instrumento do Estado para a aplicação da justiça penal e, como tal, somente o titular da ação (o Ministério Público ou o ofendido, conforme o caso) pode decidir sobre sua continuidade ou eventual desistência, conforme as regras aplicáveis.

Além disso, a desistência pressupõe titularidade ativa, o que não se aplica ao réu. O réu tem o direito de se defender, mas não de controlar o curso da ação penal, como regra. Sua posição no processo é de parte passiva, sendo submetido às decisões judiciais que decorrem da acusação apresentada.

No entanto, é importante saber que, nas ações privadas, o ofendido pode renunciar ao direito de ajuizamento da ação ou oferecer perdão ao réu. A diferença entre os institutos é que a renúncia ocorre antes do ajuizamento da ação e o perdão, depois. Ocorre que, em relação ao perdão, esse é bilateral, necessitando ser aceito pelo réu para produzir efeito. Vejamos os dispositivos do CPP:

Art. 51. O perdão concedido a um dos querelados aproveitará a todos, sem que produza, todavia, efeito em relação ao que o recusar.

Art. 58. Concedido o perdão, mediante declaração expressa nos autos, o querelado será intimado a dizer, dentro de três dias, se o aceita, devendo, ao mesmo tempo, ser cientificado de que o seu silêncio importará aceitação.

Logo, nessa hipótese em particular, o réu tem alguma influência sobre o processo, quando recusa o perdão e opta pelo prosseguimento da ação penal, a fim de provar sua inocência.

Os dispositivos a seguir do CPP ilustram de forma clara o instituto da renúncia:

Art. 104. O direito de queixa não pode ser exercido quando renunciado expressa ou tacitamente.

Parágrafo único: Importa renúncia tácita, ao direito de queixa, a prática de ato incompatível com a vontade de exercê-lo; não a implica, todavia, o fato de receber o ofendido a indenização do dano causado pelo crime.

Podemos resumir a renúncia como a desistência da propositura da ação penal privada. Tanto a renúncia como o perdão podem ser expressos ou tácitos. Expressos, quando ocorrem por meio de declaração escrita e assinada pelo ofendido ou por seu procurador, com poderes especiais (não obrigatoriamente advogado). Tácitos, quando o querelante praticar atos incompatíveis com o desejo de processar o ofensor (art. 104, parágrafo único, 1ª parte, e art. 106, § 1º, CP). Ex.: reatamento de amizade, não se incluindo nisso as relações de civilidade ou profissionais.

Gabarito: C

22. De acordo com o Código de Processo Penal, é correto afirmar, sobre o interrogatório do réu, que:

- A) não importa em confissão o silêncio do réu.
- B) o silêncio do réu poderá ser interpretado em seu desfavor.
- C) o interrogatório deverá se limitar, unicamente, a questões relativas aos fatos decorrentes da infração penal.
- D) o réu que silenciar no seu interrogatório deverá ser interrogado quantas vezes forem necessárias até ele prestar as informações necessárias.
- E) somente é lícito ao réu silenciar no interrogatório quando não estiver devidamente acompanhado por advogado ou defensor.

COMENTÁRIO:

O tema central da questão trata do **interrogatório do réu**, abordado nos artigos 185 a 196 do Código de Processo Penal (CPP). Esse ato processual é fundamental, tanto como **meio de prova** quanto como **instrumento de defesa**, permitindo ao réu expor sua versão dos fatos e fornecer informações pessoais relevantes.

Destaca-se, nesse contexto, o **direito ao silêncio** garantido ao acusado, direito que não pode ser interpretado em prejuízo de sua defesa, conforme o **princípio do *nemo tenetur se detegere***. Vejamos as alternativas:

(A) Essa alternativa está **CORRETA** porque o art. 186, parágrafo único, do CPP, assegura que o silêncio do acusado não implica confissão, respeitando o princípio do *nemo tenetur se detegere*.

O artigo 186, parágrafo único, do CPP, assegura expressamente que o silêncio do acusado não implica confissão e não pode ser interpretado em prejuízo de sua defesa:

CPP, Art. 186, Parágrafo único. **O silêncio, que não importará em confissão, não poderá ser interpretado em prejuízo da defesa.** (Incluído pela Lei nº 10.792, de 1º.12.2003)

Esse dispositivo reflete o princípio constitucional da não autoincriminação (*nemo tenetur se detegere*), garantido pelo artigo 5º, inciso LXIII, da Constituição Federal:

CF/88, Art. 5º, LXIII - o preso será informado de seus direitos, entre os quais o de **permanecer calado**, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado;

Assim, o réu pode optar por permanecer calado durante todo o interrogatório, sem que essa postura seja utilizada contra ele no processo penal.

(B) Essa alternativa está INCORRETA porque contraria o art. 186, parágrafo único, do CPP, que veda expressamente a interpretação do silêncio do réu em prejuízo de sua defesa.

Interpretar o silêncio desfavoravelmente violaria o direito ao silêncio e o princípio da ampla defesa, ambos previstos na Constituição Federal, conforme vimos na alternativa A.

Além disso, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) possui jurisprudência consolidada que reafirma a inadmissibilidade de interpretações que prejudiquem o réu com base em seu silêncio. No julgamento do **REsp 2.037.491-SP**, a Sexta Turma, sob a relatoria do Ministro Rogerio Schietti Cruz, decidiu que **o exercício do direito ao silêncio não pode servir de fundamento para desacreditar o acusado nem para presumir a veracidade das versões sustentadas por policiais**, sendo imprescindível a superação do *standard* probatório próprio do processo penal para respaldá-las.

(C) Essa alternativa está INCORRETA porque o art. 187 do CPP estabelece que o interrogatório deve abordar tanto aspectos pessoais do acusado quanto os fatos relacionados à infração penal.

De acordo com o art. 187 do CPP, o interrogatório é dividido em duas partes:

Art. 187. O interrogatório será constituído de duas partes: **sobre a pessoa do acusado e sobre os fatos.**

§ 1º **Na primeira parte** o interrogando será perguntado sobre a residência, meios de vida ou profissão, oportunidades sociais, lugar onde exerce a sua atividade, vida pregressa, notadamente se foi preso ou processado alguma vez e, em caso afirmativo, qual o juízo do processo, se houve suspensão condicional ou condenação, qual a pena imposta, se a cumpriu e outros dados familiares e sociais.

§ 2º **Na segunda parte** será perguntado sobre:

I - ser verdadeira a acusação que lhe é feita;

II - não sendo verdadeira a acusação, se tem algum motivo particular a que atribuí-la, se conhece a pessoa ou pessoas a quem deva ser imputada a prática do crime, e quais sejam, e se com elas esteve antes da prática da infração ou depois dela;

III - onde estava ao tempo em que foi cometida a infração e se teve notícia desta;
IV - as provas já apuradas;
V - se conhece as vítimas e testemunhas já inquiridas ou por inquirir, e desde quando, e se tem o que alegar contra elas;
VI - se conhece o instrumento com que foi praticada a infração, ou qualquer objeto que com esta se relacione e tenha sido apreendido;
VII - todos os demais fatos e pormenores que conduzam à elucidação dos antecedentes e circunstâncias da infração;
VIII - se tem algo mais a alegar em sua defesa.

Portanto, a primeira aborda aspectos **pessoais do acusado** (como sua residência, profissão e vida pregressa); a segunda trata dos fatos relacionados à **infração penal**. Portanto, a afirmação de que o interrogatório se limita apenas aos fatos da infração penal está equivocada. Esse detalhamento tem por objetivo fornecer ao magistrado uma compreensão mais ampla sobre o acusado e as circunstâncias do crime.

(D) Essa alternativa está INCORRETA porque o direito ao silêncio garantido pelo art. 186 do CPP assegura que o réu não pode ser compelido a prestar informações contra sua vontade.

O direito ao silêncio é garantido ao réu pelo art. 186 do CPP, e sua manifestação de permanecer calado deve ser respeitada. O réu não pode ser constrangido a prestar informações, e a realização de novos interrogatórios com a intenção de forçá-lo a falar seria uma violação dos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e da não autoincriminação.

(E) Essa alternativa está INCORRETA porque o direito ao silêncio independe da presença de advogado, conforme previsto no art. 185 do CPP.

Embora o art. 185 do CPP determine que o réu seja interrogado na presença de seu defensor, o direito ao silêncio é uma garantia que pode ser exercida em qualquer circunstância, sem prejuízo de sua defesa. Dessa forma, mesmo com a presença do advogado, o réu tem total liberdade para optar por permanecer calado.

Gabarito: A

23. De acordo com o Código de Processo Penal, a prisão em flagrante:

- A) poderá ser realizada por agentes de polícia e deverá ser efetuada pela autoridade policial.
- B) poderá ser realizada por qualquer do povo.
- C) poderá ser realizada apenas pela autoridade policial.
- D) deverá ser realizada por qualquer pessoa, pela autoridade policial e seus agentes.
- E) deverá ser realizada apenas por agentes de polícia e facultada à autoridade policial.

COMENTÁRIO:

A questão trata da **prisão em flagrante**, um instituto essencial do Direito Processual Penal brasileiro. A prisão em flagrante ocorre em situações previstas no artigo 302 do Código de Processo Penal (CPP), e o artigo 301 define que **qualquer pessoa pode realizar a prisão em flagrante**, enquanto **as autoridades policiais têm o dever de realizá-la**. Com base nos critérios legais, a alternativa correta é a **B**.

Agora, vamos analisar cada alternativa detalhadamente para consolidar o entendimento.

(A) A alternativa A está **INCORRETA** porque afirma que a prisão em flagrante "poderá ser realizada por agentes de polícia e deverá ser efetuada pela autoridade policial".

Esse entendimento contraria o disposto no artigo 301 do CPP, que estabelece que a prisão em flagrante **pode ser realizada por qualquer pessoa**, enquanto **as autoridades policiais e seus agentes têm o dever de realizá-la**. Assim, restringir a atuação a agentes de polícia e autoridade policial está equivocado:

*Art. 301 do CPP - "Qualquer do povo **poderá** e as autoridades policiais e seus agentes **deverão** prender quem quer que seja encontrado em flagrante delito."*

Portanto, o caráter obrigatório aplica-se exclusivamente às autoridades policiais, enquanto, para particulares, é uma faculdade.

(B) A alternativa B está **CORRETA** porque afirma que a prisão em flagrante "poderá ser realizada por qualquer do povo".

Essa redação está em perfeita consonância com o artigo 301 do CPP, que prevê a possibilidade de qualquer pessoa, ao presenciar um crime em flagrante, efetuar a prisão do autor.

Trata-se de uma prerrogativa importante no combate à criminalidade, pois permite que a sociedade colabore diretamente com a aplicação da lei.

Dica: lembre-se de que, embora qualquer pessoa **possa** realizar a prisão, as autoridades policiais têm o **dever** de fazê-lo sempre que se depararem com o flagrante.

(C) A alternativa C está **INCORRETA** porque afirma que a prisão em flagrante "poderá ser realizada apenas pela autoridade policial".

Esse entendimento desconsidera que o artigo 301 do CPP permite que **qualquer do povo** também realize a prisão. A alternativa limita erroneamente a atuação, ignorando a previsão de colaboração da sociedade.

Restringir a prisão apenas às autoridades policiais contraria a lei e o caráter facultativo da prisão em flagrante por particulares.

(D) A alternativa D está **INCORRETA** porque afirma que a prisão em flagrante "deverá ser realizada por qualquer pessoa, pela autoridade policial e seus agentes".

Esse entendimento está equivocado, pois, para **qualquer do povo**, a prisão em flagrante é uma faculdade, não uma obrigação, diferentemente das autoridades policiais, para as quais a prisão em flagrante é um dever. A questão reforça a importância de compreender o caráter facultativo e obrigatório nas prisões em flagrante.

(E) A alternativa E está **INCORRETA** porque afirma que a prisão em flagrante "deverá ser realizada apenas por agentes de polícia e facultada à autoridade policial".

Esse entendimento é duplamente equivocado: tanto os agentes de polícia quanto a autoridade policial **devem realizar a prisão** em flagrante. Além disso, restringir a atuação apenas às autoridades policiais exclui indevidamente a possibilidade de prisão por qualquer pessoa, como prevê o artigo 301 do CPP.

Gabarito: B

24. De acordo com o Código de Processo Penal, é correto afirmar, sobre o inquérito policial, que:

- A) as diligências requisitadas pela parte ofendida deverão ser realizadas pela autoridade policial, no prazo de até dez dias.
- B) apenas a autoridade judiciária poderá requisitar a realização de diligência durante a fase indiciária.
- C) a prática de diligências durante as investigações indiciárias deverão ser suportadas pela parte que as requerer.
- D) ficará a juízo da autoridade policial a realização, ou não, das diligências requeridas pelo representante legal do ofendido.
- E) estando o réu solto, as diligências requeridas pelo indiciado deverão ser realizadas no prazo máximo de setenta e duas horas pela autoridade policial.

COMENTÁRIO:

O tema central dessa questão é o **inquérito policial**, um procedimento administrativo conduzido pela **polícia judiciária** que visa investigar infrações penais e suas autorias. Entre suas características principais, destacam-se a **discrecionariade**, a **informalidade** e a **inquisitorialidade**.

A questão aborda especificamente a execução de **diligências durante o inquérito**, analisando a possibilidade de requisição dessas medidas por diferentes partes e se a autoridade policial está vinculada a realizá-las. Vale destacar que, conforme a característica da discrecionariade do inquérito policial, a autoridade policial tem liberdade para decidir que diligências são necessárias e como conduzir o inquérito, respeitando os limites legais. A **resposta correta é a alternativa D**, pois reflete essa característica, de acordo com o art. 14 do Código de Processo Penal (CPP).

(A) A alternativa A está **INCORRETA** porque afirma que as diligências requisitadas pela parte ofendida devem ser realizadas no prazo de até dez dias.

Essa afirmação contraria o art. 14 do CPP, que estabelece que o ofendido pode solicitar diligências ao delegado de polícia, mas a autoridade policial possui discricionariedade para decidir se irá realizá-las ou não, dependendo da relevância da medida. Além disso, não há qualquer prazo fixado na lei para o cumprimento dessas diligências, aplicando-se apenas o princípio da **razoável duração do processo** previsto na Constituição Federal:

Art. 14. O ofendido, ou seu representante legal, e o indiciado poderão requerer qualquer diligência, que será realizada, ou não, a juízo da autoridade.

Portanto, não existem prazos fixados no CPP para a realização de diligências no inquérito policial, salvo em casos específicos como a conclusão do inquérito.

(B) A alternativa B está **INCORRETA** porque afirma que somente a autoridade judiciária pode requisitar diligências durante a fase de investigação.

Na prática, além do juiz, outras autoridades, como o **Ministério Público**, podem requisitar diligências conforme o art. 13, II, e o próprio art. 14 do CPP. Essa prerrogativa não se restringe ao juiz, especialmente em um sistema acusatório, que separa as funções de acusar, defender e julgar:

Art. 13. Incumbirá ainda à autoridade policial:
II - realizar as diligências requisitadas pelo juiz ou pelo Ministério Público;

Assim, tanto o juiz quanto o Ministério Público têm competência para requisitar diligências no inquérito policial.

(C) A alternativa C está **INCORRETA** porque afirma que as diligências realizadas durante a investigação devem ser custeadas pela parte que as solicita.

Essa afirmação é completamente equivocada, já que o **inquérito policial é custeado pelo Estado**, sendo parte de suas funções de persecução penal. Não há qualquer previsão legal que transfira esse ônus financeiro ao ofendido ou a qualquer outra parte.

Em resumo, o inquérito policial é uma atividade estatal, e os custos de sua execução são arcados pelo Estado.

(D) A alternativa D está **CORRETA** porque, segundo o art. 14 do CPP, a realização das diligências solicitadas pelo representante do ofendido fica a critério da autoridade policial.

O inquérito policial é caracterizado pela **discricionariedade**, o que significa que o delegado de polícia tem liberdade para avaliar se as diligências solicitadas são pertinentes ou úteis para a investigação. A única exceção à discricionariedade é a realização do **exame de corpo de delito**, obrigatório em casos de crimes que deixam vestígios (art. 158 do CPP).

Art. 14. O ofendido, ou seu representante legal, e o indiciado poderão requerer qualquer diligência, que **será realizada, ou não, a juízo da autoridade**.

Art. 158. Quando a infração deixar vestígios, **será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, não podendo supri-lo a confissão do acusado**.

Portanto, a discricionariedade é uma característica fundamental do inquérito policial, mas não pode ser confundida com arbitrariedade.

(E) A alternativa E está INCORRETA porque sugere que diligências requeridas pelo indiciado devem ser realizadas no prazo máximo de 72 horas.

Novamente, essa afirmação não encontra respaldo no CPP, que não estipula prazo mínimo ou máximo para a execução de diligências. Esse prazo de 72 horas, na verdade, não se aplica a diligências, mas a situações como a comunicação imediata da prisão em flagrante ao juiz (art. 306 do CPP).

Em suma, não há prazos legais para a realização de diligências durante o inquérito, exceto em casos específicos previstos em lei.

Gabarito: D

25. Está em flagrante delito aquele que:

1. está cometendo a infração penal.
2. acaba de cometê-la.
3. é perseguido, logo após, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser autor da infração.
4. é encontrado, logo depois, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração.

Assinale a alternativa que indica todos os itens corretos.

- A) São corretos apenas os itens 1, 2 e 3.
- B) São corretos apenas os itens 1, 2 e 4.
- C) São corretos apenas os itens 1, 3 e 4.
- D) São corretos apenas os itens 2, 3 e 4.
- E) São corretos os itens 1, 2, 3 e 4.

COMENTÁRIO:

A questão aborda o tema das **espécies de flagrante delito**, previsto no **art. 302 do Código de Processo Penal (CPP)**. Esse dispositivo legal estabelece as situações em que se considera que uma pessoa está em flagrante. O objetivo da questão é identificar que itens do enunciado correspondem a essas hipóteses legais de flagrante delito. Para facilitar seu estudo, já vamos analisar o art. 302 do CPP em conjunto com os itens apresentados pela questão:

Art. 302. Considera-se em **flagrante delito** quem:

I - está cometendo a infração penal; (ITEM 1)

II - acaba de cometê-la; (ITEM 2)

III - é perseguido, logo após, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser autor da infração; (ITEM 3)

IV - é encontrado, logo depois, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração. (ITEM 4)

Portanto, a resposta correta é a **letra E**: todos os itens (1, 2, 3 e 4) estão corretos, pois descrevem as diferentes modalidades de flagrante previstas no CPP. Vamos, agora, analisar detalhadamente cada alternativa.

(A) A alternativa A está INCORRETA porque exclui o item 4, que também configura uma modalidade de flagrante delito.

O art. 302 do CPP define que há flagrante delito quando o suspeito é encontrado, logo depois do crime, com **instrumentos, armas, objetos ou papéis** que indiquem ser ele o autor da infração (flagrante presumido). Portanto, excluir o item 4 é um erro, visto que tal situação se enquadra no âmbito legal do flagrante delito.

(B) A alternativa B está INCORRETA porque exclui o item 3, que descreve uma situação de flagrante impróprio.

De acordo com o art. 302, III, do CPP, é considerado flagrante impróprio o caso em que o suspeito é **perseguido logo após a prática da infração penal**. Essa perseguição pode ser realizada pela autoridade policial, pela vítima ou por qualquer pessoa, desde que a situação permita presumir que o indivíduo seja o autor do delito. Assim, o item 3 é uma descrição válida de flagrante delito, e sua exclusão torna a alternativa errada.

(C) A alternativa C está INCORRETA porque exclui o item 2, que trata do flagrante próprio.

O flagrante próprio está previsto nos incisos I e II do art. 302 do CPP, abrangendo as situações em que o indivíduo **está cometendo a infração penal** (inciso I) ou **acaba de cometê-la** (inciso II). Excluir o item 2 é um equívoco, pois tal situação está claramente prevista em lei como uma forma de flagrante.

(D) A alternativa D está INCORRETA porque exclui o item 1, que também caracteriza flagrante próprio.

O flagrante próprio é configurado tanto quando a infração penal **está sendo cometida** quanto quando acaba de ser cometida. Assim, o item 1 está correto e não deveria ser excluído.

(E) A alternativa E está CORRETA porque inclui todos os itens descritos no enunciado, os quais correspondem às modalidades de flagrante previstas no art. 302 do CPP.

Conforme já analisado, o art. 302 do CPP descreve quatro hipóteses de flagrante delito:

ESPÉCIE DE FLAGRANTE	DESCRIÇÃO	FONTE LEGAL
Flagrante próprio	O agente está cometendo a infração penal ou acaba de cometê-la.	Art. 302, incisos I e II, do CPP
Flagrante impróprio	O agente é perseguido logo após a infração, em situação que faça presumir ser o autor.	Art. 302, inciso III, do CPP
Flagrante presumido	O agente é encontrado, logo depois, com instrumentos, armas ou objetos que indiquem a autoria.	Art. 302, inciso IV, do CPP

Portanto, todos os itens do enunciado estão corretos, tornando a letra E a resposta certa.

Gabarito: E

26. De acordo com o Código de Processo Penal, é correto afirmar, sobre as provas, que:

- A) incumbe ao réu provar que as alegações da acusação não são procedentes.
- B) o juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial.
- C) o magistrado, ao fundamentar sua decisão, deverá utilizar, exclusivamente, os elementos informativos colhidos na investigação policial.
- D) as provas produzidas em contraditório judicial possuem a mesma força probatória daquelas produzidas de forma unilateral durante a fase investigatória.
- E) as provas ilícitas produzidas durante o contraditório judicial poderão servir para formar a convicção do magistrado.

COMENTÁRIO:

A questão aborda o tema das **provas no processo penal**, conforme regulado pelo Código de Processo Penal (CPP). O ponto central é a formação da convicção do juiz, respeitando os princípios do contraditório e da ampla defesa, assegurando um julgamento justo e embasado em provas legalmente produzidas.

A resposta correta é a **letra B**, pois reflete o **princípio do livre convencimento motivado**, que concede ao magistrado liberdade para valorar as provas desde que sua decisão seja devidamente fundamentada. Vamos analisar cada alternativa.

(A) A alternativa A está INCORRETA porque transfere equivocadamente ao réu o ônus de provar sua inocência. O sistema processual penal brasileiro segue o **princípio da presunção de inocência** (art. 5º, LVII, CRFB), cabendo à acusação demonstrar a culpa do acusado, nos termos do art. 156 do CPP:

CF/88, LVII - ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória;

CPP, Art. 156. A prova da alegação incumbirá a quem a fizer, sendo, porém, facultado ao juiz de ofício:

Portanto, incumbe à acusação provar que suas alegações são procedentes (caso contrário, serão improcedentes automaticamente). Ademais, O princípio **in dubio pro reo** reforça que, na dúvida, a decisão deve favorecer o acusado.

(B) A alternativa B está CORRETA.

Conforme o art. 155 do CPP, o juiz forma sua convicção pela **livre apreciação das provas** produzidas sob o contraditório judicial, vedando-se o uso exclusivo de elementos informativos colhidos durante a investigação, salvo exceções expressas, como provas cautelares, não repetíveis e antecipadas:

Art. 155. O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.

Esse dispositivo consagra o princípio do **livre convencimento motivado**, também conhecido como **persuasão racional do juiz**. Esse sistema possui duas principais características:

- (1) o juiz tem ampla liberdade para valorar as provas, que, em tese, possuem igual valor abstrato; e
- (2) ele deve obrigatoriamente fundamentar suas decisões, sob pena de nulidade, conforme o art. 93, IX, da Constituição Federal:

CF/88, art. 93, IX todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação;

Esse sistema tem efeitos importantes, como a inexistência de hierarquia absoluta entre os meios de prova e a obrigatoriedade de apreciação de todas as provas presentes no processo. Dessa forma, o juiz não pode desconsiderar uma prova sem justificativa e deve explicitar os motivos de sua convicção. Também é vedado o uso de conhecimentos privados do juiz na fundamentação de suas decisões, assegurando-se que apenas as provas constantes nos autos sejam consideradas.

(C) A alternativa C está INCORRETA.

O erro está em afirmar que o juiz deve fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação policial. O art. 155 do CPP proíbe essa prática, ressalvando apenas as provas cautelares, não repetíveis ou antecipadas:

Art. 155. O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.

Durante a fase investigatória, os elementos informativos auxiliam na formação da *opinio delicti*, mas, **para que a decisão judicial seja legitimada, é imprescindível que as provas sejam produzidas em juízo, observando-se o contraditório e a ampla defesa.**

(D) A alternativa D está INCORRETA.

Ao afirmar que as provas produzidas em contraditório judicial possuem a mesma força probatória das colhidas unilateralmente na investigação, desconsidera-se o contraditório e ampla defesa.

Os **elementos informativos** coletados na investigação policial são instrumentos para subsidiar o oferecimento da denúncia e medidas cautelares, mas não possuem o mesmo peso das **provas judiciais**.

ASPECTO	ELEMENTOS INFORMATIVOS	PROVAS
Fase de Produção	Fase investigatória	Fase judicial
Contraditório e Ampla Defesa	Não obrigatórios	Obrigatórios
Intervenção do Juiz	Apenas quando necessário e provocado	Deve estar presente, diretamente ou remotamente
Finalidade	Auxiliar na formação da <i>opinio delicti</i>	Auxiliar na formação da convicção do juiz

Apenas as provas obtidas sob contraditório possuem plena força probatória, conforme o sistema acusatório adotado no Brasil.

(E) A alternativa E está INCORRETA.

De acordo com o art. 157 do CPP, **são inadmissíveis as provas obtidas por meios ilícitos**, devendo ser desentranhadas do processo:

Art. 157. São inadmissíveis, devendo ser desentranhadas do processo, as provas ilícitas, assim entendidas as obtidas em violação a normas constitucionais ou legais.

Esse princípio está embasado na Constituição Federal (art. 5º, LVI) e reflete a essência do Estado Democrático de Direito, que impede que o Estado cometa ilegalidades para produzir provas contra o acusado. A utilização de provas obtidas ilicitamente violaria direitos fundamentais, como a inviolabilidade domiciliar e a privacidade das comunicações.

A distinção entre **prova ilícita** e **prova ilegítima** também é relevante. Enquanto a prova ilícita é obtida em violação a normas de direito material (ex.: interceptação telefônica sem autorização judicial), a prova ilegítima resulta de violação de normas processuais (ex.: exame pericial realizado por apenas um perito, quando a lei exige dois).

Por serem inadmissíveis, as provas ilícitas devem ser excluídas do processo e inutilizadas, conforme art. 157, § 3º, do CPP. Esse dispositivo também atua como uma forma de dissuasão, incentivando os agentes públicos a respeitarem as regras legais durante a coleta de provas. A insistência em utilizar provas ilícitas compromete a legitimidade do processo e pode levar à nulidade das decisões judiciais.

Gabarito: B

27. De acordo com o Código de Processo Penal, é correto afirmar, sobre o exame de corpo de delito, que:

- A) o exame de corpo de delito somente será realizado a pedido da parte interessada.
- B) o exame de corpo de delito poderá ser relatado à autoridade judicial como forma testemunhal.
- C) a parte interessada na produção de exame de corpo de delito deverá requerer sua realização à autoridade policial, no prazo de até três dias após a infração penal.
- D) qualquer pessoa, desde que habilitada na especialidade demandada, poderá produzir o exame de corpo de delito.
- E) por se tratar de prova indispensável em crimes que deixam vestígios, poderá ser feito em qualquer dia e a qualquer hora.

COMENTÁRIO:

O exame de corpo de delito é um tema essencial no Código de Processo Penal (CPP), especialmente em crimes que deixam vestígios. De acordo com o art. 158 do CPP, esse exame é indispensável para a comprovação da materialidade do crime, salvo situações em que os vestígios tenham desaparecido, permitindo a substituição pela prova testemunhal. A realização do exame é responsabilidade dos peritos oficiais, ou, na falta destes, de peritos não oficiais com diploma de curso superior, conforme disposto no art. 159 do CPP.

O tema é frequentemente explorado em provas de concursos, dada sua relevância para a apuração da materialidade dos delitos. A **alternativa correta é a letra E**, que afirma que o exame de corpo de delito pode ser realizado em qualquer dia e a qualquer hora.

Agora, vamos analisar cada alternativa em detalhe.

(A) A alternativa A está **INCORRETA**, pois o exame de corpo de delito não depende exclusivamente do pedido da parte interessada.

Conforme o art. 168 do CPP, o exame pode ser determinado de ofício pela autoridade policial ou judiciária, além de poder ser requerido pelo Ministério Público, pelo ofendido, pelo acusado ou por seu defensor. Logo, o exame não está condicionado à iniciativa da parte:

Art. 158. Quando a infração deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, não podendo supri-lo a confissão do acusado.

Art. 168. Em caso de lesões corporais, se o primeiro exame pericial tiver sido incompleto, proceder-se-á a exame complementar por determinação da autoridade policial ou judiciária, de ofício, ou a requerimento do Ministério Público, do ofendido ou do acusado, ou de seu defensor.

A realização do exame de corpo de delito é indispensável em crimes que deixam vestígios e pode ser determinada por diferentes partes do processo, assegurando a imparcialidade e a efetividade da prova pericial.

(B) A alternativa B está **INCORRETA**, porque o exame de corpo de delito, em regra, não pode ser substituído pela prova testemunhal.

Contudo, o art. 167 do CPP prevê que, se os vestígios do crime desaparecerem, a prova testemunhal poderá suprir a falta do exame. Assim, a regra é a obrigatoriedade do exame, mas há exceções para garantir a prova da materialidade do delito:

*Art. 158. Quando a infração deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, **não podendo supri-lo a confissão do acusado.***

*Art. 167. Não sendo possível o exame de corpo de delito, por haverem desaparecido os vestígios, **a prova testemunhal poderá suprir-lhe a falta.***

A exceção prevista no art. 167 é fundamental em situações onde não há mais vestígios, evitando a impunidade.

(C) A alternativa C está **INCORRETA**, porque não há prazo fixado para requerer o exame de corpo de delito.

O art. 160 do CPP estabelece um prazo de até 10 dias apenas para a elaboração do laudo pericial, podendo ser prorrogado em casos excepcionais. Não existe previsão de prazo para que a parte interessada solicite a realização do exame.

A flexibilidade quanto ao momento de solicitação do exame garante que a prova possa ser produzida sempre que necessário, respeitando as peculiaridades do caso concreto.

(D) A alternativa D está **INCORRETA**, porque o exame de corpo de delito deve ser realizado, prioritariamente, por peritos oficiais. De acordo com o art. 159, § 1º, do CPP, na falta de perito oficial, o exame será feito por duas pessoas idôneas com diploma de curso superior, preferencialmente na área da perícia. Assim, não é qualquer pessoa habilitada que pode realizar o exame, mas apenas peritos devidamente qualificados.

*Art. 159. O exame de corpo de delito e outras perícias serão realizados por **perito oficial**, portador de diploma de curso superior.*

*§ 1º Na falta de perito oficial, o exame será realizado por **2 (duas) pessoas idôneas**, portadoras de diploma de curso superior preferencialmente na área específica, dentre as que tiverem habilitação técnica relacionada com a natureza do exame.*

§ 2º Os peritos não oficiais prestarão o compromisso de bem e fielmente desempenhar o encargo.

A exigência de peritos qualificados assegura a confiabilidade e a precisão das conclusões periciais, reforçando a imparcialidade da prova.

(E) A alternativa E está **CORRETA**, pois o exame de corpo de delito pode ser realizado em qualquer dia e a qualquer hora.

Essa previsão está expressa no art. 161 do CPP, visando garantir a celeridade e a eficiência na coleta da prova pericial, independentemente do horário ou do dia em que for necessário realizá-lo.

Art. 161. O exame de corpo de delito poderá ser feito em qualquer dia e a qualquer hora.

Portanto, a possibilidade de realizar o exame a qualquer momento demonstra a relevância dessa prova para a elucidação de crimes, garantindo que a perícia seja realizada com agilidade e sem interrupções processuais.

Gabarito: E

28. De acordo com o Código de Processo Penal, a prisão preventiva:

- A) poderá ser decretada em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal.
- B) somente poderá ser decretada pela autoridade judiciária no curso de ação penal pública incondicionada.
- C) é o instrumento cautelar específico para o restabelecimento da garantia da ordem pública, da ordem econômica, sendo desnecessária, para sua decretação, a prova da existência do crime.
- D) por conveniência da instrução criminal, não poderá ser decretada por prazo superior a cinco dias, prorrogáveis por igual período.
- E) somente poderá ser revogada por ocasião da prolação da sentença penal, seja de condenação ou de absolvição.

COMENTÁRIO:

A questão aborda o tema da **prisão preventiva**, uma das modalidades de prisão cautelar previstas no Código de Processo Penal (CPP). Essa prisão é decretada por ordem judicial, com base nos requisitos e fundamentos previstos nos artigos 311 a 316 do CPP. Trata-se de uma medida de caráter excepcional, destinada a assegurar a ordem pública ou econômica, a conveniência da instrução criminal ou a aplicação da lei penal, desde que haja **prova da materialidade do crime e indícios suficientes de autoria**.

A **resposta correta é a alternativa A**, que afirma que a prisão preventiva pode ser decretada em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal, conforme o art. 311 do CPP. Vamos analisar cada alternativa para reforçar esse aprendizado.

(A) A alternativa A está **CORRETA** porque a prisão preventiva pode ser decretada tanto na fase de investigação (inquérito policial) quanto durante a ação penal.

De acordo com o **art. 311 do CPP**, a prisão preventiva será sempre decretada pelo juiz, mediante **requerimento do Ministério Público, do querelante, do assistente ou representação da autoridade policial**:

Art. 311. Em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal, caberá a prisão preventiva decretada pelo juiz, a requerimento do Ministério Público, do querelante ou do assistente, ou por representação da autoridade policial. (Redação dada pela Lei nº 13.964, de 2019)

Isso demonstra a possibilidade de aplicação da medida em qualquer momento da persecução penal. Além disso, a medida deve atender aos requisitos do **art. 312 do CPP**, como garantia da ordem pública, ordem econômica, conveniência da instrução criminal ou assegurar a aplicação da lei penal.

É importante também lembrar que o pacote anticrime retirou a expressão "de ofício" em relação à decretação da prisão preventiva pelo juiz. Neste sentido, a decisão pela prisão preventiva, além de observar os parâmetros do art. 312 do CPP, será deflagrada a partir de requerimento do Ministério Público, do querelante ou do assistente, ou por representação da autoridade policial.

(B) A alternativa B está **INCORRETA**, pois a prisão preventiva não se limita ao curso de ação penal pública incondicionada.

Na realidade, conforme o **art. 311 do CPP**, a prisão preventiva pode ser decretada em qualquer tipo de ação penal, seja pública incondicionada, pública condicionada ou privada, desde que presentes os fundamentos do **art. 312 do CPP**. Esse equívoco na alternativa B demonstra uma compreensão limitada sobre o cabimento da prisão preventiva, que não está vinculada apenas ao tipo de ação penal.

Portanto, a alternativa B restringe indevidamente o cabimento da prisão preventiva, contrariando o CPP.

(C) A alternativa C está **INCORRETA**, pois, embora a prisão preventiva sirva para garantir a ordem pública e a ordem econômica, sua decretação exige a prova da existência do crime.

O **art. 312 do CPP** estabelece que, além de garantir esses objetivos, a prisão preventiva deve ser fundamentada em **fumus comissi delicti** (prova da materialidade e indícios de autoria) e **periculum libertatis** (risco que a liberdade do acusado representa para a sociedade ou para o processo):

*Art. 312. A prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da **existência do crime e indício suficiente de autoria** e de **perigo gerado pelo estado de liberdade do imputado**. (Redação dada pela Lei nº 13.964, de 2019)*

Ou seja, não basta apenas alegar a necessidade de proteger a ordem pública ou econômica; é indispensável demonstrar a existência de indícios concretos.

Assim, a letra C desconsidera a exigência de elementos probatórios para a decretação da prisão preventiva, estando incorreta.

(D) A alternativa D está **INCORRETA**, pois confunde os prazos da prisão temporária com os da prisão preventiva. A prisão temporária, regulamentada pela **Lei 7.960/89**, tem prazos específicos (5 dias, prorrogáveis por mais 5, ou 30 dias prorrogáveis no caso de crimes hediondos). Já a prisão preventiva não possui prazo determinado, mas deve ser reavaliada pelo juiz a cada 90 dias, conforme o **art. 316, parágrafo único, do CPP**, sob pena de tornar-se ilegal.

Art. 316, Parágrafo único. Decretada a prisão preventiva, deverá o órgão emissor da decisão revisar a necessidade de sua manutenção a cada 90 (noventa) dias, mediante decisão fundamentada, de ofício, sob pena de tornar a prisão ilegal. (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019) (Vigência) (Vide ADI 6581) (Vide ADI 6582)

A alternativa D, portanto, apresenta informação equivocada sobre prazos, aplicando indevidamente características da prisão temporária à prisão preventiva.

(E) A alternativa E está **INCORRETA**, pois a prisão preventiva pode ser revogada a qualquer momento, não apenas por ocasião da sentença.

O **art. 316 do CPP** prevê que o juiz pode revogar a prisão preventiva **a qualquer tempo**, caso verifique que não subsistem os fundamentos que justificaram sua decretação. Além disso, o juiz pode novamente decretá-la se surgirem razões que a justifiquem.

Art. 316. O juiz poderá, de ofício ou a pedido das partes, revogar a prisão preventiva se, no correr da investigação ou do processo, verificar a falta de motivo para que ela subsista, bem como novamente decretá-la, se sobrevierem razões que a justifiquem. (Redação dada pela Lei nº 13.964, de 2019) (Vigência)

Portanto, a prisão preventiva não está vinculada exclusivamente à sentença penal.

Gabarito: A

29. É correto afirmar, sobre a prisão temporária, que:

- A) o Ministério Público é o único autor legitimado a representar pela prisão temporária do réu.
- B) o preso temporário deverá, obrigatoriamente, permanecer separado dos demais detentos.
- C) quando imprescindível para as investigações do inquérito policial, a prisão temporária poderá ser decretada pela autoridade policial.
- D) a prisão temporária não excederá a 5 dias; contudo, a pedido da autoridade policial, poderá ser prorrogada até o oferecimento da denúncia.
- E) Recebida a ação penal, a autoridade policial poderá requerer a prisão temporária do agente que não tiver residência fixa.

COMENTÁRIO:

A questão aborda a **prisão temporária**, uma medida cautelar prevista na **Lei nº 7.960/89**, que tem aplicação exclusiva durante a fase de **investigação policial**. Sua decretação depende da comprovação de requisitos específicos, como a **imprescindibilidade para as investigações**, a **falta de residência fixa do investigado** ou a **existência de fundadas razões** de autoria ou participação em crimes graves. Sua finalidade é viabilizar o andamento do inquérito sem a interferência do investigado.

A **resposta correta é a alternativa B**, que estabelece a obrigatoriedade de o preso temporário ser mantido separado dos demais detentos, conforme o **art. 3º da Lei nº 7.960/89**.

Vamos analisar as alternativas individualmente para esclarecer os fundamentos e os erros.

(A) A alternativa A está **INCORRETA**, pois o Ministério Público **não é o único legitimado** a solicitar a prisão temporária.

Conforme o **art. 2º da Lei nº 7.960/89**, a prisão temporária pode ser decretada pelo juiz **mediante requerimento do Ministério Público ou representação da autoridade policial**.

Art. 2º A prisão temporária será decretada pelo Juiz, em face da representação da autoridade policial ou de requerimento do Ministério Público, e terá o prazo de 5 (cinco) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.

Dessa forma, tanto o delegado de polícia quanto o MP possuem legitimidade para provocar o judiciário.

(B) A alternativa B está **CORRETA**, pois o **art. 3º da Lei nº 7.960/89** determina que o preso temporário deve ser **mantido separado dos demais detentos**:

Art. 3º Os presos temporários deverão permanecer, obrigatoriamente, separados dos demais detentos.

Essa previsão busca garantir a integridade física e psicológica do preso temporário, além de evitar que ele tenha contato com outros detentos que possam influenciar as investigações ou prejudicar o curso do inquérito policial.

(C) A alternativa C está **INCORRETA**, pois a autoridade policial **não tem competência para decretar** a prisão temporária.

Conforme o **art. 2º da Lei nº 7.960/89**, a decretação da prisão temporária é competência exclusiva do juiz, que atua mediante **requerimento do Ministério Público ou representação da autoridade policial**. A autoridade policial apenas **representa**, mas não possui competência para decretar a medida.

Portanto, a alternativa C atribui à autoridade policial uma competência que é exclusiva do Poder Judiciário, sendo incorreta.

(D) A alternativa D está **INCORRETA**, pois o prazo da prisão temporária **não pode ser prorrogado indefinidamente até o oferecimento da denúncia**.

O **art. 2º da Lei nº 7.960/89** estabelece que a prisão temporária tem prazo de **5 dias, prorrogáveis por mais 5 dias**, em caso de extrema necessidade, devendo o preso ser posto imediatamente em liberdade ao final do prazo, salvo se já tiver sido comunicada a prorrogação da prisão temporária ou a decretação da prisão preventiva:

Art. 2º A prisão temporária será decretada pelo Juiz, em face da representação da autoridade policial ou de requerimento do Ministério Público, e terá o prazo de 5 (cinco) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.

§ 7º Decorrido o prazo contido no mandado de prisão, a autoridade responsável pela custódia deverá, independentemente de nova ordem da autoridade judicial, pôr imediatamente o preso em liberdade, salvo se já tiver sido comunicada da prorrogação da prisão temporária ou da decretação da prisão preventiva. (Redação dada pela Lei nº 13.869, de 2019)

Para crimes hediondos ou equiparados, o prazo é de **30 dias**, prorrogáveis por mais **30 dias**, conforme o **art. 2º, § 4º, da Lei nº 8.072/90**:

Lei de Crimes Hediondos, art. 2º, § 4º - A prisão temporária, sobre a qual dispõe a Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989, nos crimes previstos neste artigo, terá o prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade. (Incluído pela Lei nº 11.464, de 2007)

Assim, a alternativa D apresenta informações equivocadas sobre a prorrogação do prazo, sendo incorreta.

(E) A alternativa E está **INCORRETA**, pois a prisão temporária **só pode ser decretada na fase de inquérito policial**, ou seja, antes do recebimento da ação penal. Ademais, a decretação da prisão temporária é competência exclusiva do juiz, conforme estudamos no comentário da alternativa C.

De acordo com o **art. 2º da Lei nº 7.960/89**, a prisão temporária tem como objetivo auxiliar nas investigações policiais. Após o recebimento da denúncia, essa modalidade de prisão não é mais cabível. Caso necessário, a prisão preventiva pode ser decretada, pelo Juiz, desde que atendidos os requisitos dos **arts. 312 e 313 do CPP**.

Gabarito: B

30. É correto afirmar, sobre a investigação conduzida por delegado de polícia, que:

- A) a apuração de infrações penais de menor potencial ofensivo, que não possuem natureza jurídica, poderá ser delegada a terceiros.
- B) o delegado de polícia, durante a investigação criminal, somente poderá requisitar a produção de provas após ouvido o Ministério Público.
- C) o procedimento investigatório em curso poderá, a qualquer tempo, ser avocado ou redistribuído por superior hierárquico.
- D) a função de polícia judiciária é considerada essencial e exclusiva do Estado.
- E) a autonomia investigatória do delegado de polícia desobriga-o da observância aos procedimentos previstos em regulamento da corporação.

COMENTÁRIO:

O tema dessa questão trata da **investigação criminal conduzida pelo delegado de polícia**, destacando aspectos como a autonomia investigativa, a hierarquia, e as funções essenciais de polícia judiciária. O **delegado de polícia** é a autoridade competente para presidir o inquérito policial, seguindo as disposições do **Código de Processo Penal (CPP)** e da **Lei 12.830/2013**. Essa legislação assegura a autonomia técnica do delegado, mas dentro de limites regulamentares.

A **resposta correta é a letra D**: “a função de polícia judiciária é considerada essencial e exclusiva do Estado”. Vamos analisar cada alternativa para compreender os motivos.

(A) A alternativa A está **INCORRETA**, pois a **apuração de infrações penais de menor potencial ofensivo não pode ser delegada a terceiros**.

De acordo com o **art. 69 da Lei 9.099/95**, é responsabilidade da autoridade policial lavrar o Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO).

Art. 69. A autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência lavrará termo circunstanciado e o encaminhará imediatamente ao Juizado, com o autor do fato e a vítima, providenciando-se as requisições dos exames periciais necessários.

Vale destacar que, consoante Tese fixada pelo STF: o Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO) não possui natureza investigativa, podendo ser lavrado por integrantes da polícia judiciária ou da polícia administrativa. STF. Plenário. ADI 6245/DF e ADI 6264/DF, Rel. Min. Roberto Barroso, julgados em 17/02/2023 (Info 1083).

Conclusivamente, a investigação ou lavratura do TCO não pode ser delegada a terceiros sem previsão legal.

(B) A alternativa B está **INCORRETA**, pois o **delegado de polícia pode requisitar a produção de provas sem a necessidade de ouvir previamente o Ministério Público**.

A **discrecionabilidade** conferida à autoridade policial na condução das investigações permite certa margem de liberdade para determinar que diligências são mais adequadas em cada caso concreto. Essa flexibilidade é essencial para adaptar as ações investigativas às peculiaridades de cada situação, sempre dentro dos limites legais estabelecidos.

Segundo o **art. 2º, § 2º da Lei 12.830/2013**, cabe ao delegado requisitar diretamente exames periciais, documentos e informações que interessem à investigação:

Art. 2º As funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais exercidas pelo delegado de polícia são de natureza jurídica, essenciais e exclusivas de Estado.
§ 2º Durante a investigação criminal, cabe ao delegado de polícia a requisição de perícia, informações, documentos e dados que interessem à apuração dos fatos.

Dessa forma, o delegado tem autonomia para conduzir o inquérito sem depender da anuência prévia do MP.

(C) A alternativa C está **INCORRETA**, pois o **procedimento investigatório em curso não pode ser avocado ou redistribuído por superior hierárquico a qualquer tempo e sem justificativa**.

Conforme o **art. 2º, § 4º, da Lei 12.830/2013**, a avocação ou redistribuição só pode ocorrer mediante despacho fundamentado e apenas nas seguintes situações:

- o por motivo de interesse público;
- o em caso de inobservância dos procedimentos regulamentares que prejudiquem a investigação.

Veja a literalidade do dispositivo legal:

*art. 2º, § 4º O inquérito policial ou outro procedimento previsto em lei em curso **somente poderá ser avocado ou redistribuído** por superior hierárquico, mediante despacho fundamentado, por motivo de interesse público ou nas hipóteses de inobservância dos procedimentos previstos em regulamento da corporação que prejudique a eficácia da investigação.*

Assim, a expressão “a qualquer tempo” torna a assertiva equivocada.

(D) A alternativa D está **CORRETA**, pois a função de polícia judiciária é essencial e exclusiva do Estado.

O **art. 2º da Lei 12.830/2013** afirma que a apuração de infrações penais exercida pelo delegado é uma atividade **jurídica, essencial e exclusiva do Estado**. Esse dispositivo reflete a relevância do trabalho da polícia judiciária na manutenção da ordem pública e na garantia dos direitos fundamentais:

*Art. 2º As funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais exercidas pelo delegado de polícia **são de natureza jurídica, essenciais e exclusivas de Estado**.*

A exclusividade reforça a independência dessa função, impedindo que terceiros ou instituições não autorizadas assumam essa atribuição. Além disso, o **princípio da oficialidade** determina que a persecução penal deve ser realizada por órgãos oficiais do Estado, assegurando que a investigação criminal seja conduzida por autoridades legitimadas, como o delegado de polícia.

Esse princípio garante que a atuação estatal na investigação de infrações penais seja realizada de forma imparcial e dentro dos parâmetros legais, evitando interferências indevidas e assegurando a proteção dos direitos individuais.

(E) A alternativa E está **INCORRETA**, pois a autonomia investigatória do delegado não o desobriga de observar os procedimentos regulamentares.

Embora a **Lei 12.830/2013** assegure autonomia técnica ao delegado, essa autonomia deve ser exercida em conformidade com as normas internas e com o CPP. É fundamental destacar que essa discricionariedade não é absoluta. A autoridade policial deve atuar conforme os princípios da legalidade, proporcionalidade e razoabilidade, evitando qualquer forma de arbitrariedade. Conforme observado por Renato Brasileiro de Lima, a discricionariedade implica liberdade de atuação nos limites traçados pela lei; se a autoridade policial ultrapassa esses limites, sua atuação torna-se arbitrária, ou seja, contrária à lei.

Portanto, o delegado está sujeito a regras administrativas e deve respeitar os regulamentos da corporação para que a investigação seja conduzida de forma eficaz e legal.

Gabarito: D

NOÇÕES DE DIREITO PENAL

31. Assinale a alternativa correta acerca dos princípios constitucionais do direito penal.

- A) É vedada a aplicação de pena que suspenda o exercício de direitos.
- B) As penas restritivas de liberdade somente poderão ser aplicadas para crimes consumados.
- C) A pena de morte poderá ser decretada nos casos de reincidência de crimes hediondos.
- D) Ao individualizar o crime, o magistrado é livre para escolher a espécie de penalidade que entender mais adequada para o caso.
- E) Ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória.

COMENTÁRIO:

A questão aborda aspectos relacionados à aplicação da pena, à luz da CF/88 e do CP.

a) INCORRETA. A suspensão de direitos consta expressamente no rol de penas permitidas pela CF/88:

Art. 5º, XLVI - a lei regulará a individualização da pena e adotará, entre outras, as seguintes: e) suspensão ou interdição de direitos;

b) INCORRETA. As penas restritivas de liberdade podem perfeitamente ser aplicadas para crimes tentados. A lei não diferencia a espécie de pena quando o crime é tentado, mas, sim, a quantidade. Tecnicamente, a tentativa consiste em uma causa de diminuição de pena, prevista no art. 14 do CP:

Art. 14 - Diz-se o crime: *Tentativa II - tentado, quando, iniciada a execução, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente. Pena de tentativa Parágrafo único - Salvo disposição em contrário, pune-se a tentativa com a pena correspondente ao crime consumado, diminuída de um a dois terços.*

Cabe ressaltar que detenção é uma das espécies de pena restritivas de liberdade, previstas no Título V, Capítulo I, Seção I, do Código Penal.

c) INCORRETA. A pena de morte, via de regra, é vedada pela CF/88. A única exceção é em caso de guerra declarada:

Art. 5º, XLVII - não haverá penas: a) de morte, salvo em caso de guerra declarada, nos termos do art. 84, XIX;

d) INCORRETA. O juiz até tem certa discricionariedade na aplicação da pena, mas ele está vinculado às espécies cominadas pela lei. Veja:

Fixação da pena

Art. 59 - O juiz, atendendo à culpabilidade, aos antecedentes, à conduta social, à personalidade do agente, aos motivos, às circunstâncias e consequências do crime, bem como ao comportamento da vítima, estabelecerá, conforme seja necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime: I - as penas aplicáveis dentre as cominadas;

e) CORRETA. É a literalidade do art. 5º, LVII, da CF/88:

Art. 5º, LVII - ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória;

Gabarito: E

32. De acordo com o Código Penal, o erro sobre a ilicitude do fato, se inevitável:

- A) isenta o agente de pena.
- B) exclui a ilicitude do fato.
- C) é punível como crime culposos.
- D) é punível apenas com pena de detenção.
- E) desclassifica o crime para forma tentada.

COMENTÁRIO:

Trata-se da literalidade do art. 21 do CP:

Erro sobre a ilicitude do fato

Art. 21 - O desconhecimento da lei é inescusável. O erro sobre a ilicitude do fato, se inevitável, isenta de pena; se evitável, poderá diminuí-la de um sexto a um terço. Parágrafo único - Considera-se evitável o erro se o agente atua ou se omite sem a consciência da ilicitude do fato, quando lhe era possível, nas circunstâncias, ter ou atingir essa consciência.

Gabarito: A

33. Assinale a alternativa que indica corretamente o princípio de que o direito penal não deve se preocupar com condutas que, embora típicas, têm resultados não suficientemente reprováveis a ponto de sujeitar ou haver a necessidade do exercício do poder punitivo do Estado.

- A) princípio do juiz natural.
- B) princípio da reserva de lei.
- C) princípio da insignificância.
- D) princípio de exasperação da pena.
- E) princípio da humanidade da pena.

COMENTÁRIO:

Também chamado de bagatela, o princípio da insignificância preconiza que o Direito Penal não deve se preocupar com bagatelas, ou seja, é necessário que a infração penal ofenda de alguma forma o bem jurídico tutelado. Exemplo: X subtrai uma borracha de Y. Formalmente, é uma conduta que se amolda ao crime de furto. Porém, materialmente, dada a insignificância do bem, não há ofensa ao patrimônio de Y, pelo que, nesse caso, afasta-se a tipicidade material da conduta e, conseqüentemente, não há crime, por atipicidade do fato.

a) INCORRETA. O princípio do juiz natural é um princípio processual, que veda a escolha de um julgador após o fato, o que viola a imparcialidade do julgamento. Está previsto no art. 5º da CF/88:

LIII - ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente;

b) INCORRETA. O princípio da reserva legal, assim como o princípio da anterioridade, é um desdobramento do princípio da legalidade. A legalidade, prevista de modo amplo no art. 5º, II, da CF/88, preceitua que “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei”. A reserva legal, por sua vez, determina que somente por lei formal (elaborada pelo Poder Legislativo) pode haver a previsão de infrações penais e a cominação de penas.

c) CORRETA. A questão aborda o conceito do princípio da insignificância, conforme explicado acima. Tal princípio é uma construção doutrinária e jurisprudencial e não possui previsão legal expressa.

d) INCORRETA. Exasperação da pena não é bem um princípio, mas, sim, uma técnica de aplicação da pena, que consiste em aumentá-la em algumas hipóteses previstas na lei.

e) INCORRETA. O princípio da humanidade é um desdobramento lógico da dignidade da pessoa humana, fundamento da República Federativa do Brasil, segundo o art. 1º da CF/88:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: III - a dignidade da pessoa humana;

Gabarito: C

34. De acordo com o Código Penal, pratica crime de prevaricação o agente público que:

- A) facilitar, com infração de dever funcional, a prática de contrabando ou descaminho.
- B) praticar violência, no exercício de função ou a pretexto de exercê-la.
- C) deixar de praticar ou retardar ato de ofício, com infração de dever funcional, cedendo a pedido ou influência de outrem.
- D) deixar de cumprir seu dever de vedar ao preso o acesso a aparelho telefônico, de rádio ou similar, que permita a comunicação com outros presos ou com o ambiente externo.
- E) por indulgência, deixar de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo ou, quando lhe falte competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente.

COMENTÁRIO:

A questão aborda aspectos relacionados aos crimes tipificados no Título XI - Dos Crimes contra a Administração Pública, mais especificamente no Capítulo I - Dos Crimes praticados por Funcionário Público contra a Administração em geral, do Código Penal.

a) INCORRETA. Essa conduta é tipificada como um crime específico:

Facilitação de contrabando ou descaminho

Art. 318 - Facilitar, com infração de dever funcional, a prática de contrabando ou descaminho (art. 334): Pena - reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos, e multa.

b) INCORRETA. Essa conduta também se trata de crime autônomo:

Violência arbitrária

Art. 322 - Praticar violência, no exercício de função ou a pretexto de exercê-la: Pena - detenção, de seis meses a três anos, além da pena correspondente à violência.

c) INCORRETA. Muito cuidado com essa alternativa, porque narra uma conduta muito parecida com o tipo ordinário da prevaricação. Porém, trata-se da chamada corrupção passiva privilegiada, uma modalidade mais branda desse crime:

Corrupção passiva

Art. 317 - Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem: Pena – reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa. § 2º - Se o funcionário pratica, deixa de praticar ou retarda ato de ofício, com infração de dever funcional, cedendo a pedido ou influência de outrem: Pena - detenção, de três meses a um ano, ou multa.

d) CORRETA. Trata-se da chamada “prevaricação imprópria”, prevista no art. 319-A do CP:

Art. 319-A. Deixar o Diretor de Penitenciária e/ou agente público, de cumprir seu dever de vedar ao preso o acesso a aparelho telefônico, de rádio ou similar, que permita a comunicação com outros presos ou com o ambiente externo: Pena: detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano.

e) INCORRETA. Também é preciso ficar atento a essa alternativa, dada a semelhança da conduta com a prevaricação comum. Todavia, trata-se do tipo condescendência criminosa:

Condescendência criminosa

Art. 320 - Deixar o funcionário, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo ou, quando lhe falte competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente: Pena - detenção, de quinze dias a um mês, ou multa.

Gabarito: D

35. De acordo com o Código Penal, é correto afirmar, sobre os crimes contra a dignidade sexual, que:

- A) se o autor do crime for casado, o crime será apenado com multa.
- B) a pena será aumentada se o agente do crime for irmão da vítima.
- C) somente poderão ser praticados contra pessoas maiores de dezoito anos.
- D) não haverá crime quando o autor do delito for cônjuge da vítima.
- E) a pena será reduzida quando a vítima for ascendente ou descendente do agente do crime.

COMENTÁRIO:

A questão aborda aspectos relacionados aos crimes tipificados no Título VI - Dos Crimes contra a Dignidade Sexual, do Código Penal.

a) INCORRETA. Se o autor for cônjuge, a punição é ainda mais severa, pois consiste em uma majorante:

Art. 226. A pena é aumentada: II - de metade, se o agente é ascendente, padrasto ou madrasta, tio, irmão, cônjuge, companheiro, tutor, curador, preceptor ou empregador da vítima ou por qualquer outro título tiver autoridade sobre ela;

b) CORRETA. A pena é aumentada pela metade, nos termos do comentário acima.

c) INCORRETA. Nada a ver. Podem ser praticados contra pessoas de qualquer idade. Inclusive, quando as vítimas são crianças, adolescentes ou idosos, a reprimenda é ainda maior. Veja o exemplo do estupro de vulnerável:

Estupro de vulnerável

Art. 217-A. Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos: Pena - reclusão, de 8 (oito) a 15 (quinze) anos.

d) INCORRETA. Ver comentário da alternativa A.

e) INCORRETA. Ver comentário da alternativa A.

Gabarito: B

36. De acordo com o Código Penal, assinale a alternativa correta acerca do concurso de crimes.

- A) A prática de crime em concurso de pessoas sujeita todos os autores às mesmas penas.
- B) As circunstâncias pessoais comunicam-se quando elementares do crime.
- C) O ajuste, a determinação e a instigação serão sempre puníveis com as mesmas penas dos crimes consumados.
- D) As condutas criminosas de menor importância, quando praticadas por agentes em concurso, não são puníveis.
- E) Nos crimes tentados praticados por meio de concurso de pessoas, aplica-se a pena como se consumados fossem.

COMENTÁRIO:

A questão aborda aspectos relacionados à Parte Geral do Código Penal, mais especificamente no Título IV - Do Concurso de Pessoas.

a) INCORRETA. Um dos princípios da pena é a individualização, previsto no art. 5º da CF/88: *XLVI - a lei regulará a individualização da pena e adotará, entre outras, as seguintes.*

Do mesmo modo, o CP expressamente determina que cada agente responde pelo crime na medida de sua culpabilidade:

Art. 29 - Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade.

b) CORRETA. É exatamente a exceção prevista no art. 30:

Circunstâncias incommunicáveis

Art. 30 - Não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, salvo quando elementares do crime.

c) INCORRETA. Ver comentário da alternativa A.

d) INCORRETA. São puníveis sim, mas de modo minorado: *art. 29, § 1º - Se a participação for de menor importância, a pena pode ser diminuída de um sexto a um terço.*

e) INCORRETA. Não há essa previsão legal. Mesmo em concurso de pessoas, a tentativa segue a regra geral:

Art. 14 - Diz-se o crime: Tentativa II - tentado, quando, iniciada a execução, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente. Pena de tentativa Parágrafo único - Salvo disposição em contrário, pune-se a tentativa com a pena correspondente ao crime consumado, diminuída de um a dois terços.

Gabarito: B

37. De acordo com o Código Penal, quando o juiz deixar de aplicar a pena na hipótese de homicídio culposo, por considerar que as consequências da infração atingem o próprio agente de forma tão grave que a sanção penal se torne desnecessária, ocorre o fenômeno:

- A) da desclassificação da conduta.
- B) da imputabilidade familiar.
- C) da excludente de ilicitude.
- D) do perdão judicial.
- E) da atipicidade judicial.

COMENTÁRIO:

Trata-se do fenômeno do perdão judicial, previsto no § 1º do art. 121:

§ 5º - Na hipótese de homicídio culposo, o juiz poderá deixar de aplicar a pena, se as consequências da infração atingirem o próprio agente de forma tão grave que a sanção penal se torne desnecessária.

- a) INCORRETA. Desclassificação é a responsabilização por crime menos grave do que o imputado. Exemplo: desclassificação de tráfico de drogas para porte de drogas para consumo pessoal.
- b) INCORRETA. Esse fenômeno sequer existe.
- c) INCORRETA. O juiz tão somente deixa de aplicar a pena, mas o fato continua sendo ilícito.
- d) CORRETA. Previsão do art. 121, § 5º, do CP.
- e) INCORRETA. O juiz tão somente deixa de aplicar a pena, mas o fato continua sendo típico.

Gabarito: D

38. É correto afirmar, sobre o crime de peculato, que:

- A) poderão ser objeto do crime de peculato apenas bens públicos.
- B) trata-se de crime praticado exclusivamente por particular contra bens públicos.
- C) dinheiro poderá ser objeto do crime de peculato.
- D) somente ocorrerá o crime se praticado mediante concurso de agentes.
- E) para consumação do crime de peculato, o proveito do crime deverá ser revertido para terceiro.

COMENTÁRIO:

A questão aborda aspectos relacionados ao crime de peculato, disciplinado nos artigos 312 e 313 do CP.

a) INCORRETA. Bens particulares também podem ser objetos:

Peculato

Art. 312 - Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio: Pena - reclusão, de dois a doze anos, e multa.

b) INCORRETA. Trata-se de crime formal, previsto no Capítulo I do Título XI do CP, que prevê os “crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral”.

c) CORRETA. Conforme comentário da alternativa A.

d) INCORRETA. Não se trata de crime plurissubjetivo, mas, sim, unissubjetivo, isso é, pode ser praticado por apenas um indivíduo ou em concurso de pessoas.

e) INCORRETA. Conforme comentário da alternativa A, pode ser cometido em proveito próprio ou alheio.

Gabarito: C

39. É correto afirmar, sobre o erro de tipo, que:

- A) o erro sobre o elemento constitutivo do tipo legal exclui o dolo.
- B) o crime praticado com erro de tipo será desclassificado para a forma tentada.
- C) a prática de crime com erro de tipo somente é possível nos crimes dolosos contra a vida.
- D) não se admite o erro de tipo nos crimes contra a administração pública.
- E) o ato delituoso deverá ser apenado como contravenção quando presente o erro sobre o elemento constitutivo do tipo legal.

COMENTÁRIO:

O erro de tipo é a expressão equivocada do agente em relação às elementares do tipo penal.

a) CORRETA. O erro sobre o elemento constitutivo do tipo exclui o dolo, mas permite a responsabilização por culpa:

Erro sobre elementos do tipo

Art. 20 - O erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime exclui o dolo, mas permite a punição por crime culposos, se previsto em lei.

- b) INCORRETA. Conforme comentário anterior, o erro de tipo exclui o dolo, nada tendo a ver com a tentativa.
- c) INCORRETA. O erro de tipo não se restringe aos crimes dolosos, tampouco aos crimes contra a vida. Pode haver erro de tipo em crime culposos e, também, contra outros bens jurídicos, como os patrimoniais.
- d) INCORRETA. É perfeitamente cabível o erro de tipo nos crimes contra a administração pública.
- e) INCORRETA. Não há essa exigência.

Gabarito: A

40. De acordo com o Código Penal, assinale a alternativa correta acerca da imputabilidade penal.

- A) O menor de dezoito anos é isento de pena para todos os efeitos legais, quando demonstrado não entender o caráter ilícito do fato.
- B) A embriaguez, quando voluntária, afasta a imputabilidade do agente.
- C) A emoção, quando proveniente de caso fortuito, torna o agente inimputável se, ao tempo da ação ou da omissão, não possuía a plena capacidade de entender o caráter ilícito do fato.
- D) Ao agir sob efeito da paixão, o agente terá reduzida a pena de um a dois terços.
- E) O agente que, por doença mental, ao tempo da ação ou omissão, era inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato é isento de pena.

COMENTÁRIO:

A questão aborda aspectos relacionados à Parte Geral do Código Penal, mais especificamente no Título III - Da Imputabilidade Penal.

- a) INCORRETA. Os menores de 18 anos são sempre isentos de pena, pois são inimputáveis. Eles respondem somente na forma do ECA:

Art. 27 - Os menores de 18 (dezoito) anos são penalmente inimputáveis, ficando sujeitos às normas estabelecidas na legislação especial.

- b) INCORRETA. A embriaguez voluntária não gera inimputabilidade penal:

Art. 28 - Não excluem a imputabilidade penal: II - a embriaguez, voluntária ou culposa, pelo álcool ou substância de efeitos análogos.

- c) INCORRETA. Essa alternativa mistura caso fortuito, emoção e a capacidade parcial de entender o caráter ilícito do fato. Porém, nenhuma dessas coisas configura inimputabilidade penal.

d) INCORRETA. A emoção não é uma minorante e não exclui a imputabilidade penal:

Art. 28 - Não excluem a imputabilidade penal: I - a emoção ou a paixão;

e) CORRETA. É a literalidade do art. 26 do CP:

Art. 26 - É isento de pena o agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

Gabarito: E

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

41. Assinale a alternativa que indica corretamente as funções exercidas pela Corte Interamericana de Direitos Humanos.

- A) Função administrativa e consultiva.
- B) Função legislativa e consultiva.
- C) Função jurisdicional e legislativa.
- D) Função jurisdicional e executiva.
- E) Função jurisdicional e consultiva.

COMENTÁRIO:

Nossa questão cobra conhecimentos das funções da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

A questão é bem direta e sua resposta também.

Consta do art. 2 do Estatuto da Corte Interamericana de Direitos Humanos que suas funções são jurisdicional e consultiva, letra E.

Vejamos:

Artigo 2. Competência e funções

A Corte exerce função jurisdicional e consultiva.

1. Sua função jurisdicional se rege pelas disposições dos artigos 61, 62 e 63 da Convenção.
2. Sua função consultiva se rege pelas disposições do artigo 64 da Convenção.

Gabarito: E

42. A Organização dos Estados Americanos tem como princípios que:

1. a boa-fé deve reger as relações dos Estados entre si.
 2. a educação dos povos deve orientar-se para a justiça, a liberdade e a paz.
 3. toda agressão armada deverá ser repelida na mesma medida e esforço.
 4. a justiça e a segurança demandam a eliminação de focos de dissidência.
- Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas corretas.

- A) São corretas apenas as afirmativas 1 e 2.
- B) São corretas apenas as afirmativas 2 e 4.
- C) São corretas apenas as afirmativas 3 e 4.
- D) São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 3.
- E) São corretas apenas as afirmativas 1, 3 e 4.

COMENTÁRIO:

Vejamos, no art. 3, da Carta da Organização dos Estados Americanos, quais são os princípios que os Estados Americanos reafirmam:

Artigo 3

Os Estados americanos reafirmam os seguintes princípios:

- a) O direito internacional é a norma de conduta dos Estados em suas relações recíprocas;
- b) A ordem internacional é constituída essencialmente pelo respeito à personalidade, soberania e independência dos Estados e pelo cumprimento fiel das obrigações emanadas dos tratados e de outras fontes do direito internacional;
- c) A boa-fé deve reger as relações dos Estados entre si;
- d) A solidariedade dos Estados americanos e os altos fins a que ela visa requerem a organização política dos mesmos, com base no exercício efetivo da democracia representativa;
- e) Todo Estado tem o direito de escolher, sem ingerências externas, seu sistema político, econômico e social, bem como de organizar-se da maneira que mais lhe convenha, e tem o dever de não intervir nos assuntos de outro Estado. Sujeitos ao acima disposto, os Estados americanos cooperarão amplamente entre si, independentemente da natureza de seus sistemas políticos, econômicos e sociais;
- f) A eliminação da pobreza crítica é parte essencial da promoção e consolidação da democracia representativa e constitui responsabilidade comum e compartilhada dos Estados americanos;
- g) Os Estados americanos condenam a guerra de agressão: a vitória não dá direitos;

- h) A agressão a um Estado americano constitui uma agressão a todos os demais Estados americanos;
- i) As controvérsias de caráter internacional, que surgirem entre dois ou mais Estados americanos, deverão ser resolvidas por meio de processos pacíficos;
- j) A justiça e a segurança sociais são bases de uma paz duradoura;
- k) A cooperação econômica é essencial para o bem-estar e para a prosperidade comuns dos povos do Continente;
- l) Os Estados americanos proclamam os direitos fundamentais da pessoa humana, sem fazer distinção de raça, nacionalidade, credo ou sexo;
- m) A unidade espiritual do Continente baseia-se no respeito à personalidade cultural dos países americanos e exige a sua estreita colaboração para as altas finalidades da cultura humana;
- n) A educação dos povos deve orientar-se para a justiça, a liberdade e a paz.

Desse modo, a **alternativa A** está correta e é o gabarito da questão.

Gabarito: A

43. Assinale a alternativa que indica corretamente o organismo internacional cujo preâmbulo da Declaração Universal dos Direitos Humanos aponta que se compromete a promover, em cooperação com os Estados Membros, o respeito universal e efetivo dos direitos do Homem e das liberdades fundamentais.

- A) Comunidade Europeia.
- B) Organização do Tratado Norte.
- C) Organização das Nações Unidas.
- D) Organização Internacional do Trabalho.
- E) Fundo das Nações Unidas para a Infância.

COMENTÁRIO:

A **alternativa C** está correta e é o gabarito da questão. Vejamos o preâmbulo da DUDH:

Considerando que os Países-Membros se comprometeram a promover, em cooperação com as Nações Unidas, o respeito universal aos direitos e liberdades fundamentais do ser humano e a observância desses direitos e liberdades.

Gabarito: C

44. É correto afirmar, sobre a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que:

- A) admite-se a tortura, excepcionalmente, para se penalizar crimes hediondos.
- B) é vedada a escravidão, porém admite-se a servidão de pessoas até dezoito anos.
- C) todo acusado deverá ser considerado culpado até que se prove sua inocência.
- D) não se admite a prisão, a detenção ou o exílio arbitrário.
- E) é obrigação dos Estados signatários da Declaração instituírem tribunais parciais e dependentes.

COMENTÁRIO:

Nossa questão cobra conhecimentos da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Sobre a DUDH, a Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1948, declarou:

a presente Declaração Universal dos Direitos Humanos como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade tendo sempre em mente esta Declaração, esforce-se, por meio do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universais e efetivos, tanto entre os povos dos próprios Países-Membros quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição.

Vejamos cada uma das assertivas:

a. Admite-se a tortura, excepcionalmente, para se penalizar crimes hediondos.

Errada.

b. É vedada a escravidão, porém, admite-se a servidão de pessoas até dezoito anos.

Errada. O art. 4 da DUDH veda ambos:

Artigo 4

Ninguém será mantido em escravidão ou servidão; a escravidão e o tráfico de escravos serão proibidos em todas as suas formas.

c. Todo acusado deverá ser considerado culpado até que se prove sua inocência.

Errada. O art. 11, 1, da DUDH, diz que todo acusado deverá ser considerado inocente até a prova de sua culpa.

Daria para responder até por bom senso. Vejamos:

Artigo 11

1. Todo ser humano acusado de um ato delituoso tem o direito de ser presumido inocente até que a sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a lei, em julgamento público no qual lhe tenham sido asseguradas todas as garantias necessárias à sua defesa.

d. Não se admite a prisão, a detenção ou o exílio arbitrário.

Correta. É o reflexo do art. 9 da DUDH:

Artigo 9

Ninguém será arbitrariamente preso, detido ou exilado.

e. É obrigação dos Estados signatários da Declaração instituírem tribunais ~~parciais e dependentes~~.

Errada. Mais uma que daria para eliminar por bom senso. O certo seria imparcial e independente:

Artigo 10

Todo ser humano tem direito, em plena igualdade, a uma justa e pública audiência por parte de um tribunal independente e imparcial, para decidir seus direitos e deveres ou fundamento de qualquer acusação criminal contra ele.

Gabarito: D

45. É correto afirmar, sobre a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que:

- A) a proteção à opinião política é reduzida em razão da salvaguarda das liberdades.
- B) todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos.
- C) o caráter laico do Estado dispensa proteção ao direito de religião.
- D) por não possuir natureza comercial, não há previsão de proteção e satisfação de direitos econômicos.
- E) a Declaração somente protege direitos de cidadãos residentes em países ou territórios plenamente livres e soberanos.

COMENTÁRIO:

Nosso assunto é a famosa Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Analisemos cada assertiva à luz desse importante documento:

a. A proteção à opinião política é ~~reduzida~~ em razão da salvaguarda das liberdades.

Errada. Não há que se falar em redução da proteção à opinião política em razão da salvaguarda das liberdades.

Na realidade, a própria opinião política é uma liberdade, de modo que todo esse sistema de proteções e de liberdades deve ser harmônico, sem sacrifício de um pelo outro. Vejamos o que dizem os art. 2 e 19 da DUDH, que sustentam o entendimento colocado:

Artigo 2

1. Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição. (...)

Artigo 19

Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; esse direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.

b. Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos.

Correta. É exatamente o que diz o art. 1 da DUDH:

Artigo 1

Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.

c. O caráter laico do Estado ~~dispensa~~ proteção ao direito de religião.

Errada. Na realidade, a laicidade funciona como instrumento viabilizador e protetivo do direito à liberdade religiosa. Vejamos o art. 18 da DUDH:

Artigo 18

Todo ser humano tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; esse direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença pelo ensino, pela prática, pelo culto em público ou em particular.

d. Por não possuir natureza comercial, ~~não~~ há previsão de proteção e satisfação de direitos econômicos.

Errada. Há previsão, sim, no art. 22, senão vejamos:

Artigo 22

Todo ser humano, como membro da sociedade, tem direito à segurança social, à realização pelo esforço nacional, pela cooperação internacional e de acordo com a organização e recursos de cada Estado, dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento da sua personalidade.

e. A Declaração ~~somente protege~~ direitos de cidadãos residentes em países ou territórios plenamente livres e soberanos.

Errada. Não interessa o nível de limitação de soberania ou de liberdade do país ou território. A DUDH não faz distinção segundo esses critérios, conforme o art. 2, 2:

2. Não será também feita nenhuma distinção fundada na condição política, jurídica ou internacional do país ou território a que pertença uma pessoa, quer se trate de um território independente, sob tutela, sem governo próprio, quer sujeito a qualquer outra limitação de soberania.

Gabarito: B

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL

46. De acordo com a Lei nº 6.745, de 1985, a posse é o ato pelo qual o nomeado para um cargo público manifesta, pessoal e expressamente, sua vontade de aceitar a nomeação e inicia o exercício das respectivas funções e terá lugar no prazo de:

- A) quinze dias da data da publicação do ato de nomeação, improrrogáveis.
- B) quinze dias da data da publicação do ato de nomeação, prorrogáveis por mais quinze dias, ou enquanto durar o impedimento, se estiver comprovadamente doente.
- C) trinta dias da data da publicação do ato de nomeação, improrrogáveis.
- D) trinta dias da data da publicação do ato de nomeação, prorrogáveis por mais quinze dias.
- E) trinta dias da data da publicação do ato de nomeação, prorrogáveis por mais trinta dias, ou enquanto durar o impedimento, se estiver comprovadamente doente.

COMENTÁRIO:

Nossa questão trata da posse, nos termos da Lei nº 6.745, de 1985, Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado de Santa Catarina.

O enunciado define a posse e pergunta qual é seu prazo. A resposta é 30 dias da publicação do ato de nomeação, prorrogáveis por mais 30 dias, ou enquanto durar o impedimento, se o nomeado estiver comprovadamente doente, nos termos do art. 14 e § 1º da norma:

Art. 14. A posse terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias da data da publicação do ato de nomeação no Diário Oficial.

§ 1º A requerimento do interessado, o prazo para a posse poderá ser prorrogado por mais 30 (trinta) dias ou enquanto durar o impedimento, se estiver comprovadamente doente.

A opção que atende ao dispositivo é a letra E, nosso gabarito.

Gabarito: E

47. Compete ao Corpo de Bombeiros Militar, órgão permanente, força auxiliar, reserva do Exército, organizado com base na hierarquia e disciplina, subordinado ao Governador do Estado, nos termos da Constituição do Estado de Santa Catarina:

- A) executar serviços administrativos de trânsito.
- B) supervisionar serviços de segurança privada.
- C) realizar perícias criminais e serviços de identificação civil e criminal.
- D) estabelecer normas relativas à segurança das pessoas e de seus bens contra incêndio, catástrofe ou produtos perigosos.
- E) atuar preventivamente como força de dissuasão e repressivamente como de restauração da ordem pública.

COMENTÁRIO:

A questão cobra conhecimentos da Constituição Estadual de SC, no que se refere ao Corpo de Bombeiros Militar. O enunciado traz o conceito da corporação, nos termos do art. 108 da CE/SC, e cobra suas funções, as quais são descritas nos incisos do referido artigo:

Art. 108 O Corpo de Bombeiros Militar, órgão permanente, força auxiliar, reserva do Exército, organizado com base na hierarquia e disciplina, subordinado ao Governador do Estado, cabe, nos limites de sua competência, além de outras atribuições estabelecidas em Lei:

I - realizar os serviços de prevenção de sinistros ou catástrofes, de combate a incêndio e de busca e salvamento de pessoas e bens e o atendimento pré-hospitalar;

II - estabelecer normas relativas à segurança das pessoas e de seus bens contra incêndio, catástrofe ou produtos perigosos;

III - analisar, previamente, os projetos de segurança contra incêndio em edificações, contra sinistros em áreas de risco e de armazenagem, manipulação e transporte de produtos perigosos, acompanhar e fiscalizar sua execução, e impor sanções administrativas estabelecidas em Lei;

IV - realizar perícias de incêndio e de áreas sinistradas no limite de sua competência;

V - colaborar com os órgãos da defesa civil;

VI - exercer a polícia judiciária militar, nos termos de lei federal;

VII - estabelecer a prevenção balneária por salva-vidas; e

VIII - prevenir acidentes e incêndios na orla marítima e fluvial. - grifo nosso.

Reparem que a única opção que reflete bem um dos incisos supra é a letra D, correspondente ao inciso II, logo é o gabarito.

As demais estão erradas, pois não refletem qualquer dos incisos do art. 108. Porém, se você estava atento ao texto da Constituição de Santa Catarina, terá percebido que as alternativas refletem atribuições de outros órgãos de segurança pública. Vejamos:

POLÍCIA CIVIL

a. executar serviços administrativos de trânsito (INCORRETA). Trata-se de atribuição da Polícia Civil, conforme o texto constitucional estadual:

Art. 106. A Polícia Civil, dirigida por delegado de polícia, subordina-se ao Governador do Estado, cabendo-lhe:

(...)

III – a execução dos serviços administrativos de trânsito;

b. supervisionar serviços de segurança privada (INCORRETA). Mais uma atribuição da Polícia Civil segundo a CE/SC:

Art. 106. A Polícia Civil, dirigida por delegado de polícia, subordina-se ao Governador do Estado, cabendo-lhe:

(...)

IV – a supervisão dos serviços de segurança privada;

c. realizar perícias criminais e serviços de identificação civil e criminal (INCORRETA). Dessa vez, trata-se de atribuição da Polícia Científica, senão vejamos o texto da CE/SC:

Art. 109-A. A Polícia Científica é o órgão permanente de perícia oficial, competindo-lhe a realização de perícias criminais, os serviços de identificação civil e criminal e a pesquisa e o desenvolvimento de estudos na sua área de atuação.

e. atuar preventivamente como força de dissuasão e repressivamente como de restauração da ordem pública (INCORRETA). Aqui, retrata-se uma atribuição da Polícia Militar de acordo com a CE/SC:

Art. 107. À Polícia Militar, órgão permanente, força auxiliar, reserva do Exército, organizada com base na hierarquia e na disciplina, subordinada ao Governador do Estado, cabe, nos limites de sua competência, além de outras atribuições estabelecidas em Lei:

(...)

III – atuar preventivamente como força de dissuasão e repressivamente como de restauração da ordem pública.

De toda forma, a resposta foi atendida pela letra D.

Gabarito: D.

48. Constitui atribuição específica do cargo de Agente de Polícia Civil, de acordo com a Lei Complementar nº 453, de 05 de agosto de 2009:

- A) fiscalizar o uso de armas, munições, explosivos e outros produtos controlados e atividades de jogos e diversões públicas.
- B) proceder à entrega de correspondências e intimações que lhe forem determinadas.
- C) garantir o cumprimento das normas referentes a procedimentos processuais, prazos, documentos, registros, livros e arquivos da unidade policial.
- D) cumprir ordens, despachos e outras determinações legais emanadas do Delegado de Polícia.
- E) participar de operações, principalmente em situações críticas, em que seja necessário o gerenciamento de crise.

COMENTÁRIO:

A Lei Complementar nº 453, de 05 de agosto de 2009, foi revogada. Hoje, essa questão estaria totalmente desatualizada e anulada.

Gabarito: anulada

49. O subsídio previsto na Lei Complementar nº 611, de 2013, não exclui o direito à percepção, nos termos da legislação e regulamentação específicas, de:

- A) auxílio-alimentação.
- B) vantagens pessoais e vantagens pessoais nominalmente identificadas (VPNI), de qualquer origem e natureza.
- C) diferenças individuais e resíduos, de qualquer origem e natureza.
- D) valores incorporados à remuneração a título de adicional por tempo de serviço, triênios ou quinquênios.
- E) adicional pelo exercício de atividades insalubres, perigosas ou penosas.

COMENTÁRIO:

Nossa questão fala do subsídio previsto na Lei Complementar nº 611, de 2013.

O art. 1º, § único, da referida Lei, diz que o subsídio é uma parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio ou outra espécie remuneratória, salvo as verbas estabelecidas no art. 3º desta Lei Complementar:

Art. 1º O sistema remuneratório dos integrantes do Grupo Segurança Pública - Polícia Civil, Subgrupo Agente da Autoridade Policial, fica estabelecido por meio de subsídio, fixado na forma dos Anexos I, II e III desta Lei Complementar.

Parágrafo único. O subsídio fica fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio ou outra espécie remuneratória, salvo as verbas estabelecidas no art. 3º desta Lei Complementar.

Agora, repare que, embora seja “parcela única”, há exceções previstas no art. 3º da mesma norma, e a única opção que reflete uma dessas exceções legais é a Letra A - auxílio-alimentação, nosso gabarito. Vejamos:

Art. 3º O subsídio dos integrantes da carreira a que se refere o art. 1º desta Lei Complementar não exclui o direito à percepção, nos termos da legislação e regulamentação específicas, de:

I – décimo terceiro vencimento, na forma do inciso IV do art. 27 da Constituição do Estado;

II – terço de férias, na forma do inciso XII do art. 27 da Constituição do Estado;

III – diárias e ajuda de custo, na forma da legislação em vigor;

IV – abono de permanência de que tratam o § 19 do art. 40 da Constituição da República, o § 5º do art. 2º e o § 1º do art. 3º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003;

V – retribuição financeira transitória pelo exercício de função de direção, chefia e assessoramento;

VI – vantagem de que trata o § 1º do art. 92 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985;

VII – parcela complementar de subsídio, na forma desta Lei Complementar;

~~VIII – indenização por Regime Especial de Trabalho Policial Civil, na forma desta Lei Complementar, (Redação revogada pela LC 765, de 2020)~~

IX – indenização de magistério devida aos professores da Academia de Polícia Civil, nos termos do art. 187 da Lei nº 6.843, de 28 de julho de 1986, e do § 1º do art. 7º da Lei nº 9.764, de 12 de dezembro de 1994;

X – retribuição financeira transitória pelo exercício de atividades no Corpo Temporário de Inativos da Segurança Pública (CTISP), na forma do art. 8º da Lei Complementar nº 380, de 3 de maio de 2007;

XI – indenização por invalidez permanente, na forma da Lei nº 14.825, de 5 de agosto de 2009;

XII – retribuição financeira transitória pela participação em grupos de trabalho ou estudo, em comissões legais e em órgãos de deliberação coletiva, nos termos do inciso II do art. 85 da Lei nº 6.745, de 1985;

XIII – auxílio-alimentação; e

XIV – outras parcelas indenizatórias previstas em lei.

Gabarito: A

50. Constitui infração disciplinar punível com demissão simples, nos termos da Lei nº 6.843, de 28 de julho de 1986:

- A) lesão aos cofres públicos.
- B) dilapidação do patrimônio público.
- C) entregar-se ao uso de tóxicos ou comercializá-los.
- D) ofender moralmente qualquer pessoa no recinto da repartição.
- E) simular doença para esquivar-se ao cumprimento do dever.

COMENTÁRIO:

Questão que trata das infrações disciplinares puníveis com demissão simples, nos termos da Lei nº 6.843, de 28 de julho de 1986 - Estatuto da Polícia Civil do Estado de Santa Catarina.

Questão bem direta, pessoal. Basta conhecer o art. 210 e seus incisos, especificamente o V:

Art. 210. São puníveis com demissão simples: (...)
V – entregar-se ao uso de tóxicos ou comercializá-los;

Achamos o gabarito na letra C.

Cuidado ao ler a legislação, pois a banca ama tentar confundir os candidatos quando há diferentes punições em diferentes artigos. É um assunto “concursável”, pois é fácil fazer uma questão dele e o examinador aproveita. Cada um dos artigos 206 a 212 da norma elenca uma série de condutas que ensejam a punição respectiva, portanto muito cuidado.

Repare que cada alternativa se enquadra em um artigo diferente dos que mencionei, mas apenas a letra C se refere à pena de demissão simples.

Gabarito: C

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto 1

O Sol na obra de Van Gogh

Nenhum outro pintor captou e soube transmitir a luz e a energia do Sol como Vincent van Gogh (1863-1890). Cansado e desgostoso de Paris, Van Gogh passou os dois últimos anos de sua vida no sul da França, que os franceses chamam de Midi. Ele queria pintar ao ar livre, em um contexto mais luminoso. Em uma carta ao seu irmão Theo, em 1888, ele escreveu: "Vim ao Midi por muitas razões. Por querer ver outra luz, crer que a contemplação da natureza sob um céu mais claro pode me dar um ideia mais exata da maneira de sentir e desenhar dos japoneses. Querer, enfim, ver este sol mais intenso, porque pressinto que, sem conhecê-lo, não é possível compreender desde o ponto de vista da realização e da técnica, as obras de Delacroix, e porque me intui que as cores do prisma se velam com as brumas do norte".

Após uma violenta discussão com seu amigo pintor Paul Gauguin (1848-1903), e que teve como consequência a famosa mutilação de parte da orelha, Van Gogh foi internado no sanatório de Saint-Rémy. Lá, o Sol continuava presente em suas criações.

Em seus últimos meses de vida, e durante uma das várias internações de Van Gogh no sanatório de Saint-Rémy, ele descobriu na França meridional uma fonte de inspiração inesgotável: as oliveiras. Com elas compartilhou os últimos dias de sua vida turbulenta. Talvez uma destas obras mais significativas que tenha pintado foi Oliveiras com céu amarelo e Sol. Recentemente, esta obra foi uma das escolhidas em um projeto para sofrer um corte virtual de suas árvores como forma criativa de chamar a atenção para o desmatamento.

Van Gogh era fascinado pelos astros. Sol, Lua, estrelas. Procurava a luz à sua volta. Talvez para iluminar o seu interior sombrio. Ele precisava de todas as luzes da natureza para fazer germinar a natureza da sua Arte.

BELTRÃO, C. Disponível em: <<http://artenarede.com.br/blog/index.php/o-sol-na-obra-de-van-gogh/>> Acesso em 12/11/2017.

[Adaptado]

51. Assinale a alternativa correta, de acordo com o texto 1.

- A) Os elementos da natureza são evocados com sentido figurado, conotativo, simbolizando a criatividade linguística de Van Gogh.
- B) Trata-se de um texto argumentativo, cujas estratégias discursivas são fundamentadas em elementos ficcionais e literários, caracterizando-se como um exemplar de gênero artístico.
- C) O texto intercala três vozes autorais: a voz do autor, a voz de Van Gogh e a voz de Theo, irmão do pintor.
- D) Trata-se de um texto que mescla relato de acontecimentos com elenco de avaliações, em que a voz de Van Gogh é trazida, reforçando o efeito de verdade produzido.
- E) Paul Gauguin representa, intencionalmente, uma virada artística na vida de Van Gogh, tendo influenciado diretamente a mudança de estilo deste na pintura.

COMENTÁRIO:

A opção D é a correta, pois o texto apresenta um relato de fatos da vida de Van Gogh, intercalado com avaliações sobre sua obra e processos criativos. A citação direta de Van Gogh reforça a autenticidade e o efeito de verdade do texto, o que é comum quando se fala de determinado personagem.

Letra A (incorreta) - o texto destaca os elementos da natureza, mas com ênfase em seu papel inspirador e real para Van Gogh, não como figuras de linguagem ou símbolos linguísticos.

Letra B (incorreta) - o texto não é argumentativo, mas predominantemente expositivo, com elementos de relato e apreciação artística.

Letra C (incorreta) - embora o texto traga uma citação de Van Gogh em uma carta enviada a seu irmão, Theo, este não possui voz própria no texto.

Letra E (incorreta) - embora a relação de Van Gogh e Gauguin tenha sido importante, o texto não menciona que Gauguin influenciou diretamente uma mudança de estilo em Van Gogh.

Gabarito: D

52. Assinale a alternativa que completa corretamente a frase abaixo, de acordo com o texto 1.

Entre as razões expostas pelo pintor na carta a Theo para ter ido ao Midi, está:

- A) o desejo de conhecer o sol do sul da França, para compreender as obras de Delacroix.
- B) a certeza de que olhar para o prisma de outra perspectiva teria efeito imediato na descoberta da técnica de velar as cores em suas pinturas.
- C) a urgência em analisar comparativamente suas telas sob os efeitos da luz do sul e da luz do norte da França.
- D) a intenção de radicar-se definitivamente na França meridional, para tratar-se e ficar mais próximo do irmão.
- E) e. o projeto de ter uma velhice tranquila e saudável em um lugar bucólico, repleto de ar puro e de luz solar.

COMENTÁRIO:

A alternativa A é correta. Na carta mencionada no texto, Van Gogh expressa o desejo de ver a luz intensa do sul da França, fazendo associação com a possibilidade de compreender melhor as obras de Delacroix, que são influenciadas por essa luminosidade.

Item B (incorreto) – o texto não menciona uma "certeza" ou "efeito imediato" relacionado à técnica de velar cores. O que se fala no texto é a questão da intuição.

Item C (incorreto) - o texto não menciona uma análise comparativa entre as luzes do sul e do norte.

Item D (incorreto) – o texto não indica que Van Gogh pretendia se estabelecer definitivamente no Midi nem que buscava ficar mais próximo do irmão Theo.

Item E (incorreto) - não há, no texto, qualquer menção a um plano de velhice tranquila ou algo relacionado a um projeto de vida longe das tensões.

Gabarito: A

53. Assinale a alternativa correta, de acordo com o texto 1.

- A) Van Gogh teve que abandonar Paris, sua principal fonte de energia, prazer e inspiração, para ser internado em um sanatório, situação que o deprimiu e tolheu sua criatividade.
- B) O sanatório de Saint-Rémy estimulou o espírito criador de Van Gogh, pois foi em uma das internações que ele descobriu as oliveiras como fonte de inspiração, as quais o acompanharam até o fim de seus dias.
- C) O fascínio de Van Gogh pelos astros é explicado como uma projeção natural de sua vida sempre ao ar livre e puro, em contato direto com a luz e a energia solar, que se confundiam com a luz vibrante que irradiava constantemente de sua vida interior.
- D) Os primeiros anos da vida de Van Gogh foram marcados pela turbulência e pelo auge de sua criação no seio da sociedade parisiense; os anos finais foram de uma vida calma e interiorana, o que se refletiu em cores veladas e esmaecidas impressas em suas últimas pinturas.
- E) No século XIX, Van Gogh já demonstrava preocupação explícita com o meio ambiente, o que fica evidenciado em sua forma criativa de chamar a atenção para o desmatamento por meio da obra *Oliveiras com céu amarelo e Sol*.

COMENTÁRIO:

A alternativa B está correta. O texto destaca que, enquanto esteve internado no sanatório de Saint-Rémy, Van Gogh descobriu nas oliveiras uma fonte significativa de inspiração, que marcou profundamente os últimos períodos de sua trajetória.

Item A (incorreto) – o texto deixa claro que Van Gogh abandona Paris por estar desgostoso e cansado, buscando, assim, novas inspirações no Midi.

Item C (incorreto) - embora o texto mencione o fascínio de Van Gogh pelos astros e sua busca pela luz, ele não estabelece uma ligação direta com uma suposta vida interior intensa ou com uma rotina ao ar livre.

Item D (incorreto) – o texto não menciona que os primeiros anos foram de criação no seio da sociedade parisiense, nem que os anos finais foram calmos.

Item E (incorreto) - o corte virtual das oliveiras é um projeto recente, e não há indícios de que Van Gogh tivesse essa preocupação no século XIX.

Gabarito: B

54. Considerando as funções sintáticas dos termos sublinhados, numere a coluna 2 de acordo com a coluna 1.

Coluna 1 — Função Sintática

1. Objeto direto
2. Objeto indireto
3. Predicativo do sujeito
4. Adjunto adverbial
5. Adjunto adnominal

Coluna 2 — Frases

- () Ele queria pintar ao ar livre (1º parágrafo).
- () Nenhum outro pintor captou e soube transmitir a luz e a energia do Sol (1º parágrafo).
- () Por [...] crer que a contemplação da natureza sob um céu mais claro (1º parágrafo).
- () Van Gogh era fascinado pelos astros. (4º parágrafo).
- () Ele precisava de todas as luzes da natureza (4º parágrafo).

Assinale a alternativa que indica a sequência correta, de cima para baixo.

- A) 2. 1. 3. 4. 5
- B) 2. 5. 1. 3. 4
- C) 4. 1. 5. 3. 2
- D) 4. 3. 5. 1. 2
- E) 5. 4. 3. 2. 1

COMENTÁRIO:

Ele queria pintar ao ar livre – essa expressão sublinhada representa o lugar onde Van Gogh queria pintar. Isso significa que essa expressão exerce a função de adjunto adverbial, com tal circunstância de lugar.

Nenhum outro pintor captou e soube transmitir a luz e a energia do Sol – o termo sublinhado é complemento direto do verbo ‘transmitir’. É só perceber – com calma – que o verbo é transitivo direto: quem transmite, transmite algo. Além disso, observe a possibilidade de substituir tal expressão sublinhada por um pronome átono próprio da função de objeto direto: ‘soube transmiti-los’.

Por [...] crer que a contemplação da natureza sob um céu mais claro – o termo ‘claro’ funciona como um determinante do núcleo ‘céu’, exercendo uma função interna nesse segmento, a de adjunto adnominal.

Van Gogh era fascinado pelos astros – o termo ‘fascinado’ é um adjetivo, que está transmitindo um atributo em relação ao sujeito, por meio de um verbo de ligação. A função responsável por isso é o predicativo do sujeito.

Ele precisava de todas as luzes da natureza – agora, a expressão sublinhada é complemento de um verbo transitivo indireto, o qual projeta preposição ‘de’ na frase. Por isso, é classificado como objeto indireto.

A sequência correta de classificação às colunas, como a questão pediu, foi:

4. 1. 5. 3. 2

Gabarito: C

55. Identifique a seguir as afirmativas verdadeiras (V) e as falsas (F), em relação às palavras extraídas do texto 1.

() As palavras "árvores", "técnica" e "últimos" obedecem à seguinte regra de acentuação gráfica: são proparoxítonas que apresentam na sílaba tônica as vogais abertas grafadas a, e, u, respectivamente.

() As palavras "várias"; "consequência" e "sanatório" são acentuadas por se enquadrarem na regra das paroxítonas terminadas em ditongo crescente, ou das chamadas proparoxítonas aparentes ou relativas.

() No primeiro parágrafo, o pronome oblíquo átono "me" (em "me dar uma ideia") funciona como objeto direto do verbo dar.

() No último parágrafo, as três ocorrências do pronome possessivo ("sua volta", "seu interior", "sua Arte") funcionam como elementos coesivos e fazem referência a Van Gogh.

() No último parágrafo, o sinal grave indicativo de crase é facultativo em "procurava a luz à sua volta".

Assinale a alternativa que indica a sequência correta, de cima para baixo.

- A) V-V-F-V-V
- B) V-F-V-F-V
- C) V-F-F-F-V
- D) F-V-F-V-F
- E) F-F-V-V-F

COMENTÁRIO:

(Verdadeiro) As palavras "árvores", "técnica" e "últimos" obedecem à seguinte regra de acentuação gráfica: são proparoxítonas que apresentam na sílaba tônica as vogais abertas grafadas a, e, u, respectivamente.

Regra de acentuação: TODAS as proparoxítonas são acentuadas. E, como a banca apontou inclusive as vogais que foram acentuadas, o item é verdadeiro.

(Verdadeiro) As palavras "várias", "consequência" e "sanatório" são acentuadas por se enquadrarem na regra das paroxítonas terminadas em ditongo crescente, ou das chamadas proparoxítonas aparentes ou relativas.

Muito cuidado! Realmente, todas as palavras destacadas são paroxítonas, pois apresentam a sílaba tônica na penúltima posição. Além disso, todas são terminadas em ditongo crescente, com semivogal seguida de vogal.

Cabe salientar que, para diversos autores, esses termos também podem ter a justificativa de acentuação pautada na classificação de proparoxítonas eventuais.

(Falso) No primeiro parágrafo, o pronome oblíquo átono "me" (em "me dar uma ideia") funciona como objeto direto do verbo dar.

Na frase em questão, observe que o verbo 'dar' é transitivo direto e indireto.

O objeto direto desse verbo é o termo 'uma ideia'.

Porém, além de tal objeto, há quem recebe essa ideia, no caso, o pronome 'me'.

Como o item chamou o pronome 'me' de objeto direto, o item está incorreto.

(Verdadeiro) No último parágrafo, as três ocorrências do pronome possessivo ("sua volta", "seu interior", "sua Arte") funcionam como elementos coesivos e fazem referência a Van Gogh.

A afirmativa está correta, pois, no último parágrafo, as três ocorrências do pronome possessivo "sua" e "seu" são elementos coesivos que retomam o sujeito principal da narrativa, Van Gogh. Essas referências mantêm a coesão textual ao estabelecer conexões com as ideias anteriormente apresentadas, reforçando que o fascínio por luzes e astros, assim como a necessidade de iluminação para sua arte, estão diretamente relacionados ao pintor.

(Verdadeiro) No último parágrafo, o sinal grave indicativo de crase é facultativo em "procurava a luz à sua volta". O pronome possessivo adjetivo 'sua', que acompanha o núcleo 'volta', configura um caso facultativo de emprego de artigo. Isso naturalmente influencia a crase, que também passa a ser considerada facultativa.

Questão polêmica. Após recursos, foi anulada.

Gabarito do professor: A
Gabarito da banca: anulada.

Texto 2

Um gafanhoto esteve incrustado mais de um século em um Van Gogh

Os restos de um gafanhoto com mais de um século foram encontrados na espessa pintura As Oliveiras, de Vincent van Gogh (parte de uma série de 18 pinturas que o artista fez sobre o tema em 1889). Uma restauradora do Museu de Arte Nelson-Atkins, na cidade de Kansas, nos Estados Unidos, onde a obra está exposta, descobriu o inseto enquanto trabalhava numa pesquisa sobre a tela. Segundo um comunicado dessa pinacoteca, o achado é apenas um dos resultados emocionantes que surgiram quando o estudo científico e a investigação histórica da arte se combinaram no museu para compreender melhor o processo do artista holandês.

"As Oliveiras é uma pintura muito querida no Nelson-Atkins e esse estudo científico não faz mais do que aumentar nossa compreensão de sua riqueza", afirmou o diretor do museu, Julián Zugazagoitia. "Van Gogh trabalhou ao ar livre, e sabemos que ele, como outros artistas plein air, lidou com o vento e o pó, a grama e as árvores, e as moscas e os gafanhotos."

A equipe de pesquisadores entrou em contato com o paleoentomologista Michael S. Engel, professor da Universidade de Kansas, para seu estudo posterior.

Engel observou que faltavam o tórax e o abdômen do gafanhoto e que não se via nenhum sinal de movimento na pintura circundante. Isso indica que o inseto estava morto antes de aterrissar na tela de Van Gogh. O gafanhoto não pode servir para uma datação mais precisa da pintura.

Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/11/08/cultura/1510154425_196558.html> Acesso em 12/11/2017.

[Adaptado.]

56. Assinale a alternativa correta, com base nos textos 1 e 2.

- A) O texto 2 é escrito em linguagem informal e apresenta uma série de avaliações subjetivas do redator, diferentemente do texto 1, que é construído em linguagem formal, objetiva e rebuscada.
- B) O texto 2 foi escrito a partir do texto 1, sendo que os argumentos apresentados no primeiro texto são retomados pelo redator do texto 2.
- C) Os textos apresentam uma linearidade que segue a seguinte sequência: apresentação de fatos passados sobre a vida do artista, identificação de elementos atuais na arte de Van Gogh, projeção de aspectos futuros acerca do estilo do pintor.
- D) A criação da obra *As Oliveiras* sofreu influência de Paul Gauguin, amigo de Van Gogh, conforme nos revela o texto 2.
- E) Os dois textos abordam aspectos relacionados à pintura de Van Gogh: o primeiro menciona o efeito da luz e da energia solar na capacidade criadora do pintor, e o segundo noticia uma consequência palpável do trabalho ao ar livre em sua obra.

COMENTÁRIO:

A alternativa E é a correta. O texto 1 aborda como o ambiente e a luz solar impactaram a criatividade de Van Gogh, enquanto o texto 2 ressalta a descoberta de um gafanhoto na pintura *As Oliveiras*, ilustrando as características do trabalho ao ar livre do artista.

Item A (incorreto) – ambos os textos utilizam linguagem formal.

Item B (incorreto) - os textos abordam aspectos distintos: o texto 1 trata da influência da luz e do ambiente na criação de Van Gogh, e o texto 2 relata o achado de um gafanhoto em *As Oliveiras*.

Item C (incorreto) - os textos não apresentam essa linearidade nem fazem referência a projeções futuras do estilo de Van Gogh, pois abordam temas específicos e independentes.

Item D (incorreto) - o texto 2 não cita Gauguin ou sua influência em *As Oliveiras*, tema tratado somente no texto 1.

Gabarito: E

57. Assinale a alternativa correta, considerando as frases em seu contexto (texto 2) e a norma culta da língua escrita.

- A) Em "segundo um comunicado dessa pinacoteca" (1º parágrafo), a expressão sublinhada é um recurso coesivo que faz referência ao Museu de Arte Nelson-Atkins.
- B) Em "uma restauradora do Museu de Arte Nelson-Atkins, na cidade de Kansas, nos Estados Unidos, onde a obra está exposta" (1º parágrafo), o pronome relativo pode ser substituído por "aonde".
- C) Em "As Oliveiras é uma pintura muito querida" (2º parágrafo), o verbo deveria estar no plural, em concordância com As Oliveiras.
- D) Em "não se via nenhum sinal de movimento na pintura circundante" (3º parágrafo), o pronome oblíquo átono pode ser posposto ao verbo.
- E) Em "o inseto estava morto antes de aterrissar na tela de Van Gogh" (3º parágrafo), a oração reduzida pode ser desenvolvida como "antes que aterrissou na tela de Van Gogh".

COMENTÁRIO:

a. Em "segundo um comunicado dessa pinacoteca" (1º parágrafo), a expressão sublinhada é um recurso coesivo que faz referência ao Museu de Arte Nelson-Atkins.

A afirmativa está correta. A expressão "essa pinacoteca" funciona como um recurso coesivo anafórico, retomando o "Museu de Arte Nelson-Atkins", mencionado anteriormente no texto. Esse tipo de coesão é utilizado para evitar repetições e manter a fluidez textual.

Item B (incorreto). Em "uma restauradora do Museu de Arte Nelson-Atkins, na cidade de Kansas, nos Estados Unidos, onde a obra está exposta" (1º parágrafo), o pronome relativo pode ser substituído por "aonde".

A obra está exposta EM ALGUM LUGAR. Nesse caso, não cabe utilizar a forma 'aonde', pois tal expressão necessita de algum elemento que exija a preposição 'a'.

Item C (incorreto). Em "As Oliveiras é uma pintura muito querida" (2º parágrafo), o verbo deveria estar no plural, em concordância com As Oliveiras.

O verbo concorda com a ideia singular da obra, pois mais que o nome da obra esteja no plural.

Item D (incorreto). Em "não se via nenhum sinal de movimento na pintura circundante" (3º parágrafo), o pronome oblíquo átono pode ser posposto ao verbo.

Essa afirmação está incorreta. O termo 'não' exerce atração obrigatória sobre o pronome átono 'se'. Nesse caso, não se pode deslocar o pronome 'se' para depois do verbo.

Item E (incorreto). Em "o inseto estava morto antes de aterrissar na tela de Van Gogh" (3º parágrafo), a oração reduzida pode ser desenvolvida como "antes que aterrissou na tela de Van Gogh".

A oração reduzida até poderia ser reescrita na forma desenvolvida, porém o verbo precisaria ser conjugado da seguinte forma: aterrissasse. Logo, o item está incorreto. Observe:

O inseto estava morto antes que aterrissasse na tela de Van Gogh

Gabarito: A

58. Considerando o uso das preposições, combinadas ou não com artigos, numere a coluna 2 de acordo com a coluna 1.

Coluna 1

A preposição sublinhada na coluna 2 introduz um:

1. adjunto adnominal.
2. objeto indireto.
3. adjunto adverbial.
4. complemento nominal.

Coluna 2 Frases

- () afirmou o diretor do museu (2º parágrafo).
 () a investigação histórica da arte (1º parágrafo).
 () aumentar nossa compreensão de sua riqueza (2º parágrafo).
 () lidou com o vento e o pó (2º parágrafo).
 () trabalhou ao ar livre (2º parágrafo).
 () o abdômen do gafanhoto (3º parágrafo).

Assinale a alternativa que indica a sequência correta, de cima para baixo.

- A) 1. 4. 2. 3. 4. 3
 B) 1. 4. 4. 2. 3. 1
 C) 2. 1. 3. 4. 3. 1
 D) 3. 3. 4. 4. 2. 3
 E) 4. 1. 3. 2. 3. 4

COMENTÁRIO:

(1) afirmou o diretor do museu (2º parágrafo).

A expressão 'do museu' está associada ao substantivo CONCRETO 'diretor'. Expressões preposicionadas que se ligam a substantivos concretos são necessariamente adjuntos adnominais.

(4) a investigação histórica da arte (1º parágrafo).

A expressão 'da arte' está associada ao substantivo abstrato 'investigação'. Observe que 'a arte' É INVESTIGADA, ou seja, ela SOFRE a ação de ser investigada, é o paciente dessa ação. Nesse caso, tem-se um complemento nominal.

(4) aumentar nossa compreensão de sua riqueza (2º parágrafo).

A expressão 'de sua riqueza' está associada ao substantivo abstrato 'compreensão'. Observe que 'a riqueza' É COMPREENDIDA, ou seja, ela SOFRE a ação de ser compreendida, é o paciente dessa ação. Nesse caso, tem-se um complemento nominal.

(2) lidou com o vento e o pó (2º parágrafo).

A preposição 'com' introduz o complemento do verbo 'lidar'. Quem lida, lida com algo. Como esse verbo exige preposição, o termo em questão é objeto indireto.

(3) trabalhou ao ar livre (2º parágrafo).

O termo 'ao ar livre' expressa, em relação ao verbo 'trabalhar', uma ideia de lugar, não sendo um elemento que completa, e sim um elemento que modifica. Nesse caso, tem-se um adjunto adverbial.

(1) o abdômen do gafanhoto (3º parágrafo).

A expressão 'do gafanhoto' está associada ao substantivo CONCRETO 'abdômen'. Expressões preposicionadas que se ligam a substantivos concretos são necessariamente adjuntos adnominais.

Gabarito: B

59. Assinale a alternativa correta, considerando o texto 2.

- A) Em "segundo um comunicado dessa pinacoteca, o achado é apenas um dos resultados" (1º parágrafo), a palavra sublinhada funciona como numeral e sinaliza uma dada ordem na sequência textual.
- B) Em "o achado é apenas um dos resultados emocionantes que surgiram quando o estudo científico e a investigação histórica da arte se combinaram" (1º parágrafo), a palavra sublinhada funciona como advérbio relativo, tendo como antecedente, no período, uma expressão circunstancial de tempo.
- C) Em "descobriu o inseto enquanto trabalhava" (1º parágrafo), a palavra sublinhada funciona como conjunção subordinativa adverbial que indica "durante o tempo em que".
- D) Em "As Oliveiras é uma pintura muito querida no Nelson-Atkins e esse estudo científico não faz mais do que aumentar nossa compreensão de sua riqueza" (2º parágrafo), o pronome possessivo faz referência a Nelson-Atkins.
- E) Em "não se via nenhum sinal de movimento" (3º parágrafo), a substituição da expressão sublinhada por "sinal algum" altera o significado da frase.

COMENTÁRIO:

A alternativa correta é a letra C. No trecho "descobriu o inseto enquanto trabalhava", a palavra "enquanto" atua como uma conjunção subordinativa adverbial de tempo, indicando a ideia de "durante o tempo em que". Ela estabelece uma relação temporal entre as ações "descobriu o inseto" e "trabalhava".

Item A (incorreto) – em "segundo um comunicado dessa pinacoteca, o achado é apenas um dos resultados" (1º parágrafo), a palavra sublinhada funciona como numeral e sinaliza uma dada ordem na sequência textual.

O termo 'segundo' não é um numeral ordinal. Nesse caso, ele é um conectivo, uma preposição acidental, que expressa conformidade.

Item B (incorreto) – em "o achado é apenas um dos resultados emocionantes que surgiram quando o estudo científico e a investigação histórica da arte se combinaram" (1º parágrafo), a palavra sublinhada funciona como advérbio relativo, tendo como antecedente, no período, uma expressão circunstancial de tempo.

O termo 'quando' também é uma conjunção, não um advérbio.

Item D (incorreto) – o pronome possessivo "sua" em "sua riqueza" não faz referência a "Nelson-Atkins", mas, sim, à pintura *As Oliveiras*. O pronome "sua" funciona como um elemento coesivo que retoma o termo mais próximo e relevante, que, nesse caso, é a obra mencionada.

Item E (incorreto) - em "não se via nenhum sinal de movimento" (3º parágrafo), a substituição da expressão sublinhada por "sinal algum" altera o significado da frase.

O termo 'algum', quando está posposto ao substantivo com que se relaciona, tem valor negativo. Ou seja, 'nenhum sinal' e 'sinal algum' apresentam o mesmo significado.

Gabarito: C

60. Apenas em uma das alternativas abaixo, extraídas do texto 2, o termo sublinhado não funciona como sujeito. Assinale-a.

- A) Segundo um comunicado dessa pinacoteca, o achado é apenas um dos resultados emocionantes que surgiram [...] (1º parágrafo).
- B) Engel observou que faltavam o tórax e o abdômen do gafanhoto (3º parágrafo).
- C) "esse estudo científico não faz mais do que aumentar nossa compreensão de sua riqueza", afirmou o diretor do museu (2º parágrafo).
- D) Isso indica que o inseto estava morto antes de aterrissar na tela de Van Gogh (3º parágrafo).
- E) Uma restauradora do Museu de Arte Nelson-Atkins, na cidade de Kansas, nos Estados Unidos, onde a obra está exposta, descobriu o inseto enquanto trabalhava numa pesquisa sobre a tela (1º parágrafo).

COMENTÁRIO:

Primeira coisa: ele quer o elemento que NÃO SEJA o sujeito, beleza?

Vamos aos itens:

Item A (incorreto) – o achado é apenas um dos resultados.

O achado é o sujeito.

Item B (incorreto) – Engel observou que faltavam o tórax e o abdômen do gafanhoto.

O que faltava?

O tórax e o abdômen do gafanhoto.

Nesse caso, a expressão sublinhada é o sujeito posposto ao verbo.

Item C (incorreto) – afirmou o diretor do museu.

Quem afirmou?

O diretor do museu

Nesse caso, a expressão sublinhada é o sujeito posposto ao verbo.

Item D (incorreto) – o inseto estava morto.

Quem estava morto?

O inseto!

O inseto, então, é o sujeito.

Item E (correto) – Uma restauradora... descobriu o inseto.

Observe que o sujeito do verbo 'descobriu' é 'uma restauradora'. Nesse caso, o inseto é justamente quem sofre a ação de ser descoberto. É o alvo do verbo. É seu complemento direto.

Gabarito: E

61. Analise os trechos a seguir, extraídos do texto 2.

1. Os restos de um gafanhoto com mais de um século foram encontrados na espessa pintura As Oliveiras, de Vincent van Gogh (1º parágrafo).

2. Van Gogh trabalhou ao ar livre, e sabemos que ele, como outros artistas pleinair, lidou com o vento e o pó (2º parágrafo).

Assinale a alternativa que explica corretamente os efeitos de sentido do uso do itálico nas expressões sublinhadas nos trechos.

- A) Em 1, o itálico é usado para indicar o título da obra e, em 2, para sinalizar que se trata de palavra estrangeira.
- B) Em 1, o itálico é usado para indicar que se trata de uma citação; em 2, para realçar ironicamente a expressão.
- C) Em 1, o itálico acentua o valor significativo da expressão; em 2, indica que se trata da fala direta de outra pessoa.
- D) Em 1 e 2, o itálico é usado para enfatizar as expressões, destacando-as entre outras de uma série com características similares.
- E) Em 1 e 2, o itálico assinala o uso metalinguístico das expressões, colocando em evidência o código escrito.

COMENTÁRIO:

Item A (correto) - em 1, o itálico é usado para indicar o título da obra e, em 2, para sinalizar que se trata de palavra estrangeira.

Essa alternativa está correta, pois descreve com precisão os usos do itálico nos dois casos.

Item B (incorreto), pois o itálico em *As Oliveiras* não indica citação, mas o título da obra, e, em *plein air*, não há ironia, apenas sinalização de uma palavra estrangeira.

Item C (incorreto), pois o itálico em *As Oliveiras* não acentua valor significativo, apenas indica o título da obra, e, em *plein air*, não há fala direta de outra pessoa.

Item D (incorreto), porque o itálico não é usado para ênfase ou para destacar semelhanças entre elementos, mas, sim, para indicar título e expressão estrangeira.

Item E (incorreto), pois não há uso metalinguístico; o itálico em *As Oliveiras* sinaliza um título, e, em *plein air*, uma expressão estrangeira.

Gabarito: A

Texto 3

A arte de fazer crônicas

"A crônica não é um gênero maior" já escreveu Antônio Cândido. Graças a Deus, completou o próprio crítico, porque, "sendo assim, ela fica perto de nós" Na sua despreensão, humaniza. Fruto do jornal, onde aparece entre notícias efêmeras, a crônica é um gênero literário que se caracteriza por estar perto do dia a dia, seja nos temas, ligados à vida cotidiana, seja na linguagem despojada e coloquial do jornalismo. Mais do que isso, surge inesperadamente, como um instante de alívio para o leitor fatigado com a frieza da objetividade jornalística.

De extensão limitada, essa pausa se caracteriza exatamente por ir contra as tendências fundamentais do meio em que aparece - o jornal diário. Se a notícia deve ser sempre objetiva e impessoal, a crônica é subjetiva e pessoal. Se o jornal é frio, na crônica estabelece-se uma atmosfera de intimidade entre o leitor e o cronista, que refere experiências pessoais ou expende juízos originais acerca dos fatos versados. A crônica não é, portanto, apenas filha do jornal. Trata-se do antídoto que o próprio jornal produz. Só nele pode sobreviver, porque se nutre exatamente do caráter antiliterário do jornalismo diário.

O leitor pressuposto da crônica é urbano e, em princípio, um leitor de jornal ou de revista. A preocupação com esse leitor é que faz com que, entre os assuntos tratados, o cronista dê maior atenção aos problemas do modo de vida urbano, do mundo contemporâneo, dos pequenos acontecimentos do dia a dia comuns nas grandes cidades. Por esse motivo, é uma leitura agradável, pois o leitor interage com os acontecimentos e, por muitas vezes, se identifica com as ações tomadas pelas personagens.

NISKIER, A. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/artigos/arte-de-fazer-cronicas>> Acesso em 12/11/2017. [Adaptado]

62. Assinale a alternativa correta, de acordo com o texto 3.

- A) O texto é um exemplar de gênero instrucional, fornecendo regras de como construir, esteticamente, uma crônica.
- B) Trata-se de uma matéria jornalística, escrita em primeira pessoa do singular, que traz argumentos fundamentados em dados empíricos.
- C) O autor explora uma relação de contraste entre, de um lado, a crônica e, de outro, a notícia, apontando para a potencialidade de a crônica criar uma relação de identificação com o leitor.
- D) O cronista busca sua inspiração na leitura de textos literários, o que confere à crônica um estilo ficcional, diferente dos demais gêneros jornalísticos.
- E) Segundo o autor, jornais são raramente lidos atualmente, devido a sua linguagem fatigante, subjetiva e fria.

COMENTÁRIO:

O texto contrasta as características da crônica, que é subjetiva, pessoal e intimista, com as da notícia, marcada pela objetividade e impessoalidade. Ele destaca como a crônica cria uma conexão com o leitor, promovendo identificação por meio de temas do cotidiano.

Item A (incorreto) - o texto não tem caráter instrucional nem apresenta regras para escrever crônicas. Ele faz uma análise reflexiva sobre as características do gênero.

Item B (incorreto) - o texto não é uma matéria jornalística nem utiliza a primeira pessoa do singular. Também não se baseia em dados empíricos, mas em reflexões sobre a crônica.

Item D (incorreto) - o texto não sugere que o cronista se inspire na leitura de textos literários nem afirma que a crônica tenha um estilo predominantemente ficcional. Na verdade, ele destaca a relação da crônica com o cotidiano e o jornalismo.

Item E (incorreto) - o texto não afirma que jornais são raramente lidos. Além disso, a linguagem do jornal é descrita como objetiva e fria, não subjetiva.

Gabarito: C

63. Considere o período extraído do texto 3.

Fruto do jornal, onde aparece entre notícias efêmeras, a crônica é um gênero literário que se caracteriza por estar perto do dia a dia, seja nos temas, ligados à vida cotidiana, seja na linguagem despojada e coloquial do jornalismo. (1º parágrafo)

Assinale a alternativa que apresenta a sequência **correta** de palavras que substituem as sublinhadas no período acima, sem prejuízo de significado e sem ferir a norma culta da língua escrita.

- A) em cujo • transitórias • ou • atrelados • ou
- B) no qual • temporárias • tanto • unidos • também
- C) que • circunstanciais • não só • submetidos • mas também
- D) em que • passageiras • quer • associados • quer
- E) o qual • curtas • tanto • conectados • bem como

COMENTÁRIO:

Fruto do jornal, onde aparece entre notícias efêmeras, a crônica é um gênero literário que se caracteriza por estar perto do dia a dia, seja nos temas, ligados à vida cotidiana, seja na linguagem despojada e coloquial do jornalismo. (1º parágrafo)

1. O termo 'onde', no contexto em que foi empregado, retomando o substantivo 'jornal', poderia ser substituído por 'em que' e 'no qual'. Qualquer opção que oferecesse o pronome relativo sem preposição ou o pronome 'cujo' deveria ser destacada.

2. O substantivo 'efêmeras' representa algo que é passageiro.

3 e 5. Seja... seja - conjunção coordenativa alternativa. Outras conjunções que poderiam substituí-la: ou ... ou, quer ... quer.

4. O termo 'ligados' é um adjetivo que, no contexto, significa 'associados'.

Gabarito: D

64. Considere os excertos extraídos do texto 3.

1. "A crônica não é um gênero maior" já escreveu Antônio Cândido. Graças a Deus, completou o próprio crítico, porque, "sendo assim, ela fica perto de nós". (1º parágrafo)
 2. O leitor pressuposto da crônica é urbano e, em princípio, um leitor de jornal ou de revista. (3º parágrafo)
 3. A preocupação com esse leitor é que faz com que, entre os assuntos tratados, o cronista dê maior atenção aos problemas do modo de vida urbano, do mundo contemporâneo. (3º parágrafo)
- Assinale a alternativa correta.

- A) Em 1, o vocábulo "já" é de presença obrigatória na frase e funciona como conector, introduzindo uma oração subordinada adverbial temporal.
- B) Em 1, a expressão "sendo assim" funciona como conector; é um elemento de coesão textual que pode ser substituído por "desse modo".
- C) Em 2, a expressão "em princípio" pode ser substituída por "a princípio" sem prejuízo de significado.
- D) Em 2 e 3, a palavra "urbano" é um adjetivo e funciona, em ambos os casos, como predicativo do sujeito.
- E) Em 3, "é que" é uma expressão indispensável na frase, pois tem função sintática bem definida, não podendo ser retirada sob pena de alterar as relações sintáticas estabelecidas entre os demais constituintes.

COMENTÁRIO:

O item correto é o B. A expressão "Sendo assim" atua como um elemento de coesão textual, conectando as ideias e indicando conclusão ou consequência. Pode ser substituído por "desse modo", sem prejuízo de significado.

Item A (incorreto) - o vocábulo "já" não é indispensável na frase e não atua como conector de uma oração subordinada adverbial temporal. Ele serve para indicar que algo foi mencionado anteriormente ou em um momento passado.

Item C (incorreto) - "em princípio" significa "em teoria" ou "de forma geral", enquanto "a princípio" significa "inicialmente" ou "no começo". Nem pense em considerá-los sinônimos.

Item D (incorreto)

1 'O leitor pressuposto da crônica é urbano'.

2 'modo de vida urbano'.

Em 1, o termo 'urbano' funciona como predicativo do sujeito, vide o verbo de ligação.

Em 2, é adjunto adnominal.

Item E (incorreto) - a expressão "é que" atua como um recurso de ênfase, mas pode ser retirada sem comprometer a estrutura sintática da frase.

Gabarito: B

65. Considere os excertos extraídos do texto 3.

1. [...] a crônica é um gênero literário que se caracteriza por estar perto do dia a dia. (1º parágrafo)
 2. De extensão limitada, essa pausa se caracteriza exatamente por ir contra as tendências fundamentais do meio em que aparece - o jornal diário. (2º parágrafo)
 3. Se o jornal é frio, na crônica estabelece-se uma atmosfera de intimidade entre o leitor e o cronista. (2º parágrafo)
- Assinale a alternativa correta, considerando a norma culta da língua escrita.

- A) Em 1, o pronome oblíquo átono pode ser posposto ao verbo.
- B) Em 1, a expressão dia a dia pode ser grafada como dia-a-dia.
- C) Em 2, o travessão pode ser substituído por dois-pontos, pois anuncia uma enumeração.
- D) Em 2 e 3, há um caso de variação linguística: o pronome oblíquo átono "se" pode ser anteposto ou posposto ao verbo em cada uma das ocorrências.
- E) Em 3, o vocábulo "se" que inicia o período pode ser substituído por "caso", pois trata-se de uma oração subordinada que expressa uma condição.

COMENTÁRIO:

O item D é o correto. Em 2 e 3, há um caso de variação linguística: o pronome oblíquo átono "se" pode ser anteposto ou posposto ao verbo em cada uma das ocorrências.

Item A (incorreto) - Em 1, o pronome oblíquo átono pode ser posposto ao verbo. O termo 'que' atrai a partícula 'se' para antes do verbo. Isso ocorre de modo obrigatório.

Item B (incorreto) - Em 1, a expressão dia a dia pode ser grafada como dia-a-dia.

Os substantivos compostos com preposição no meio perderam a preposição e passaram a ser classificados como locução substantiva.

Item C (incorreto) - Em 2, o travessão pode ser substituído por dois-pontos, pois anuncia uma enumeração. Ocorre, nesse caso, uma explicação, não uma enumeração.

Item E (incorreto) - Em 3, o vocábulo "se" que inicia o período pode ser substituído por "caso", pois trata-se de uma oração subordinada que expressa uma condição.

MUITO CUIDADO com essa maldosa frase. Nesse caso, o termo 'se' não trabalha com uma ideia de condição ou hipótese, e sim um fato.

Se o jornal é frio, na crônica estabelece-se uma atmosfera de intimidade entre o leitor e o cronista.

Já que o jornal é frio, na crônica estabelece-se...

Como o jornal é frio, na crônica estabelece-se uma atmosfera de intimidade entre o leitor e o cronista.

Gabarito: D

66. Considere os excertos extraídos do texto 3.

1. Fruto do jornal, onde aparece entre notícias efêmeras, a crônica é um gênero literário... (1º parágrafo)

2. A crônica não é, portanto, apenas filha do jornal. (2º parágrafo)

Identifique abaixo as afirmativas verdadeiras (V) e as falsas (F).

() Em 1, a palavra "onde" é um pronome relativo, que tem como antecedente o substantivo "jornal" e desempenha a função sintática de adjunto adverbial de lugar.

() Em 1, "onde aparece entre notícias efêmeras" é uma oração subordinada adjetiva restritiva.

() Em 2, o conector "portanto" expressa uma ideia de conclusão, em relação ao conteúdo do contexto precedente (2º parágrafo).

() Em 2, o conector "portanto" pode ser substituído por "pois" sem prejuízo de significado e sem ferir a norma culta da língua escrita.

Assinale a alternativa que indica a sequência correta, de cima para baixo.

A) V • V • F • V

B) V • F • V • V

C) V • F • V • F

D) F • V • F • V

E) F • F • V • F

COMENTÁRIO:

1. Fruto do jornal, onde aparece entre notícias efêmeras, a crônica é um gênero literário... (1º parágrafo)

2. A crônica não é, portanto, apenas filha do jornal. (2º parágrafo)

(V) Em 1, a palavra "onde" é um pronome relativo, que tem como antecedente o substantivo "jornal" e desempenha a função sintática de adjunto adverbial de lugar.

Observe que a crônica aparece **NO JORNAL**. Onde ela aparece? No jornal. O item está correto.

(F) Em 1, "onde aparece entre notícias efêmeras" é uma oração subordinada adjetiva restritiva.

A oração encontra-se isolada por vírgula. Nesse caso, não se pode falar em oração restritiva.

(V) Em 2, o conector "portanto" expressa uma ideia de conclusão, em relação ao conteúdo do contexto precedente (2º parágrafo).

O conector "portanto" indica conclusão e está relacionado ao que foi dito anteriormente no texto.

(F) Em 2, o conector "portanto" pode ser substituído por "pois" sem prejuízo de significado e sem ferir a norma culta da língua escrita.

Nesse contexto, "portanto" pode ser substituído por "pois" sem alterar o sentido ou infringir a norma culta, embora a substituição modifique levemente o estilo do texto.

Gabarito: B

Texto 4

Guignard na parede

-Este seu Guignard é falso ou verdadeiro? - perguntou-lhe o visitante, coçando o queixo, de um modo ainda mais suspeito do que a pergunta.

-Ora essa, por que duvida?

-Eu não duvido nada, só que existem por aí uns cinquenta quadros falsos de Guignard, e então.

-Então o quê?

-Esse também podia ser. Só isso.

-Pois não é, não senhor. Qualquer um vê logo que se trata de Guignard autêntico, Guignard da melhor época.

-Não ponho em dúvida sua palavra, Deus me livre. Mas nunca se sabe se um quadro é autêntico ou não. Nunca. Não há prova irrefutável.

-Mesmo que se tenha visto o pintor trabalhando nele?

-Em geral, o pintor não trabalha à vista dos outros. No máximo dá uma pincelada, um toque. Até os retratos, não sabia? São feitos em grande parte na ausência dos retratados. Todo artista tem um auxiliar, espécie de primo pobre, que imita à perfeição a maneira do mestre.

-Guignard tinha alunos; e daí? Vai me dizer que os alunos pintavam e ele assinava?

-O senhor é que parece estar insinuando isso. Eu digo apenas que assinatura pode ser autêntica num quadro falso. Veja Picasso. Picasso assina falsos Picassos por blague ou para ajudar pobres-diabos. Pode parecer maluquice, mas para mim o pintor é o primeiro falsificador de sua obra, ele se copia e manda os outros copiarem .

-Não diga uma besteira dessas.

[.]

- Fiquei com medo do senhor ter um falso Guignard, e preveni. Não há razão para se queimar.

- Está bem.

- Talvez tenha feito mal em alertá-lo. O senhor vai ficar preocupado, cismado. Não desejo isso. Vamos fazer uma coisa? Para o senhor não se chatear, eu compro o seu quadro, mesmo tendo as maiores dúvidas sobre a autenticidade. Repare bem: a fluidez da pintura é demasiado fluida para ser original. Um mestre nunca vai ao extremo de sua potencialidade; deixa que os outros exacerbem sua maneira. Este Guignard é tão leve, tão aéreo, que só mesmo de alguém muito habilidoso, que procurasse ser mais Guignard do que o próprio Guignard. Não há dúvida, para mim não é Guignard. Quanto quer por isto?

- Quero que o senhor vá para o inferno, sim?

ANDRADE, C. D. de. 70 historinhas. 13 ed. Rio de Janeiro: Record, 2009. p.195-197.

67. No revezamento de falas do diálogo (texto 4), é possível depreender características pessoais e do comportamento linguístico do dono do quadro e do visitante.

Assinale a alternativa correta.

- A) A fala do dono do quadro é, em geral, mais sucinta, direta e pouco amigável que a fala do visitante; este, por sua vez, usa mais frases longas, modalizadas e com rodeios, colocando a autenticidade da obra sob suspeita.
- B) Os interlocutores tratam-se com sinceridade e respeito, o que fica evidente no tratamento dispensado um ao outro: senhor.
- C) O dono do quadro tinha interesse em vendê-lo, mas o visitante não demonstrava interesse em comprá-lo.
- D) Ambos os interlocutores fazem uso de frases com ponto de interrogação e com reticências, como sinal ora de aproximação entre eles, ora de interrupção do pensamento e hesitação.
- E) O dono do quadro faz descrições detalhadas e fundamentadas acerca do contexto espaço-temporal da obra modernista de Guignard, enquanto o visitante empenha-se em desqualificá-las, uma a uma.

COMENTÁRIO:

a. A fala do dono do quadro é, em geral, mais sucinta, direta e pouco amigável que a fala do visitante; este, por sua vez, usa mais frases longas, modalizadas e com rodeios, colocando a autenticidade da obra sob suspeita.

O item A é o correto. O dono do quadro utiliza falas curtas, diretas e, muitas vezes, ríspidas, enquanto o visitante elabora argumentos mais extensos, cheios de rodeios e modalizações, sugerindo dúvidas sobre a autenticidade da obra.

Gabarito: A

68. Assinale a alternativa correta, com base no texto 4.

- A) Em "eu não duvido nada, só que existem por aí uns cinquenta quadros falsos [...]" e "esse também podia ser. Só isso", a partícula "só" pode ser substituída por "apenas", nas duas ocorrências, sem prejuízo de significado.
- B) Em "não diga uma besteira dessas" e "quero que o senhor vá para o inferno, sim?", as formas verbais sublinhadas encontram-se no modo imperativo.
- C) Em "não há dúvida, para mim não é Guignard", a expressão sublinhada funciona como objeto indireto.
- D) O texto faz uma crítica explícita ao modo brasileiro de se fazer negócios, focalizando a estratégia persuasiva que é usada igualmente pelo vendedor (o dono do quadro) e pelo comprador (o visitante).
- E) A frase "mesmo que se tenha visto o pintor trabalhando nele?" pode ser reescrita, sem prejuízo de significado e sem ferir a norma culta da língua escrita, como: "mesmo que o pintor tenha sido visto trabalhando nele?"

COMENTÁRIO:

O item E é o correto. A frase "mesmo que se tenha visto o pintor trabalhando nele?" pode ser reescrita, sem prejuízo de significado e sem ferir a norma culta da língua escrita, como: "mesmo que o pintor tenha sido visto trabalhando nele?".

A primeira frase está na voz passiva sintética, com o pronome apassivador "se", enquanto a segunda está na voz passiva analítica, que utiliza o verbo auxiliar "ser" mais o particípio; ambas são corretas e mantêm o mesmo significado.

Item A (errado) - Em "eu não duvido nada, só que existem por aí uns cinquenta quadros falsos [...]" e "esse também podia ser. Só isso", a partícula "só" pode ser substituída por "apenas", nas duas ocorrências, sem prejuízo de significado.

A expressão 'só que' tem valor adversativo. Não pode ser substituída por 'apenas'. Na segunda ocorrência, isso é possível.

Item B (errado) - Em "não diga uma besteira dessas" e "quero que o senhor vá para o inferno, sim?", as formas verbais sublinhadas encontram-se no modo imperativo.

O primeiro verbo, 'diga', está no imperativo, pois expressa ordem, pedido.

Na segunda ocorrência, o verbo 'vá' está no subjuntivo.

Item C (errado) - Em "não há dúvida, para mim não é Guignard", a expressão sublinhada funciona como objeto indireto.

Não há objeto indireto sem verbo transitivo indireto na frase.

Item D (errado) - O texto faz uma crítica explícita ao modo brasileiro de se fazer negócios, focalizando a estratégia persuasiva que é usada igualmente pelo vendedor (o dono do quadro) e pelo comprador (o visitante).

O texto não faz uma crítica explícita ao modo brasileiro de fazer negócios. Ele retrata uma interação específica entre dois personagens, o dono do quadro e o visitante, marcada por desconfiança, insinuações e estratégias persuasivas.

Gabarito: E

69. Considere as frases extraídas do texto 4.

1. - Este seu Guignard é falso ou verdadeiro? - perguntou-lhe o visitante.

2. Mas nunca se sabe se um quadro é autêntico ou não. Nunca.

3. Até os retratos, não sabia? São feitos em grande parte na ausência dos retratados.

Identifique abaixo as afirmativas verdadeiras (V) e as falsas (F).

() Em 1, os pronomes "seu" e "lhe" são elementos coesivos que fazem referência ao pintor do quadro.

() Em 1 e 2, a partícula "ou" tem valor inclusivo e exprime equivalência dos conceitos envolvidos na alternância.

() Em 2, o segundo "se" funciona como conjunção integrante e introduz uma oração subordinada que complementa o verbo transitivo saber.

() Em 2, a segunda ocorrência de "nunca", em uma frase isolada, tem valor de ênfase.

() Em 3, "não sabia?" é uma expressão interrogativa que está intercalada no interior de uma informação declarativa.

Assinale a alternativa que indica a sequência correta, de cima para baixo.

- A) V • V • V • F • F
- B) V • F • F • F • V
- C) F • V • F • V • V
- D) F • F • V • V • V
- E) F • F • F • V • F

COMENTÁRIO:

1. Item errado. Em 1, os pronomes "seu" e "lhe" são elementos coesivos que fazem referência ao pintor do quadro.

Os pronomes "seu" e "lhe" referem-se ao dono do quadro, não ao pintor.

2. Em 1 e 2, a partícula "ou" tem valor inclusivo e exprime equivalência dos conceitos envolvidos na alternância.

Em ambos os casos, a partícula "ou" tem valor exclusivo, indicando uma escolha entre duas possibilidades (falso ou verdadeiro, autêntico ou não).

3. Em 2, o segundo "se" funciona como conjunção integrante e introduz uma oração subordinada que complementa o verbo transitivo saber.

ATENÇÃO!

O segundo "se" introduz a oração subordinada substantiva SUBJETIVA ("se um quadro é autêntico ou não"). A banca considerou essa alternativa correta, mas ela errou. A partícula 'SE', presente na frase, é apassivadora. Com voz passiva, não existe objeto direto, e sim sujeito paciente.

4. Em 2, a segunda ocorrência de "nunca", em uma frase isolada, tem valor de ênfase.

O uso isolado de "nunca" intensifica a ideia da frase anterior, funcionando como elemento enfático.

5. Em 3, "não sabia?" é uma expressão interrogativa que está intercalada no interior de uma informação declarativa.

A pergunta "não sabia?" está inserida no contexto de uma afirmação declarativa, reforçando a interação com o interlocutor.

Gabarito: D

70. Considerando o uso da vírgula, numere a coluna 2 de acordo com a coluna 1.

Coluna 1 — Regra

1. Separa adjunto adverbial anteposto.
2. Separa oração coordenada adversativa.
3. Isola um aposto.
4. Separa elementos que exercem a mesma função sintática na oração.

Coluna 2 — Frase

- () Pode parecer maluquice, mas para mim o pintor é o primeiro falsificador de sua obra.
- () O senhor vai ficar preocupado, cismado.
- () Em geral, o pintor não trabalha à vista dos outros.
- () Todo artista tem um auxiliar, espécie de primo pobre, que imita à perfeição a maneira do mestre.
- () Este Guignard é tão leve, tão aéreo...

Assinale a alternativa que indica a sequência correta, de cima para baixo.

- A) 1. 3. 4. 2. 3
- B) 2. 4. 1. 3. 3
- C) 2. 4. 1. 3. 4
- D) 2. 4. 2. 3. 1
- E) 3. 2. 1. 4. 4

COMENTÁRIO:

(2) Pode parecer maluquice, mas para mim o pintor é o primeiro falsificador de sua obra.

A vírgula, aqui, foi empregada para separar duas orações coordenadas. A segunda é sindética adversativa.

(4) O senhor vai ficar preocupado, cismado.

Os termos 'preocupado' e 'cismado' são dois predicativos do sujeito.

(1) Em geral, o pintor não trabalha à vista dos outros.

‘Em geral’ é um adjunto adverbial deslocado.

(3) Todo artista tem um auxiliar, espécie de primo pobre, que imita à perfeição a maneira do mestre.

O termo ‘espécie de primo pobre’ explica o termo ‘auxiliar’, funcionando como aposto.

(4) Este Guignard é tão leve, tão aéreo...

Os termos ‘leve’ e ‘aéreo’ são dois predicativos do sujeito.

Gabarito: C

Texto 5

Nos bailes da vida

Foi nos bailes da vida ou num bar Em troca de pão

Que muita gente boa pôs o pé na profissão

De tocar um instrumento e de cantar

Não importando se quem pagou quis ouvir

Foi assim

Cantar era buscar o caminho

Que vai dar no sol

Tenho comigo as lembranças do que eu era

Para cantar nada era longe tudo tão bom

Até a estrada de terra na boleia de caminhão

Era assim

Com a roupa encharcada e a alma

Repleta de chão

Todo artista tem de ir aonde o povo está

Se for assim, assim será

Cantando me disfarço e não me canso

De viver nem de cantar

NASCIMENTO, M. Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/milton-nascimento/47438/>> Acesso em 12/11/2017.

71. Assinale a alternativa correta, com base no texto 5.

- A) O texto é permeado por formas verbais no infinitivo, que remetem à primeira e à segunda pessoa do discurso.
- B) O texto apresenta uma forte dimensão avaliativa, o que se evidencia pelo uso reiterado de adjetivos, conforme se percebe na primeira estrofe.
- C) O texto apresenta uma sequência cronológica de fatos, temporalmente delimitados nas estrofes: na primeira, relatam-se episódios passados, na segunda, enfoca-se o presente e, na terceira, faz-se uma projeção para o futuro.
- D) O texto tem sonoridade, o que se evidencia, por exemplo, pelo uso de rimas, com a repetição do último segmento fônico, conforme se percebe em algumas palavras oxítonas dispostas em diferentes versos na primeira estrofe.
- E) O texto contrasta, explicitamente, duas realidades: a do músico bem-sucedido que toca em bailes e em ambientes elitizados, e a do cantor empobrecido que canta em bares populares e decadentes.

COMENTÁRIO:

O item D é o correto. O texto, sendo uma canção, utiliza sonoridade e rimas para criar musicalidade. Na primeira estrofe, observa-se a repetição de sons semelhantes ao final dos versos, característica típica de músicas e poemas. As alternativas incorretas apresentam falhas de interpretação do texto. Na **letra A**, embora haja formas verbais no infinitivo, elas não remetem especificamente à primeira ou à segunda pessoa do discurso, mas têm um caráter genérico. Na **letra B**, o texto não enfatiza uma dimensão avaliativa com uso reiterado de adjetivos, especialmente na primeira estrofe. Ela é predominantemente descritiva. A **letra C** erra ao afirmar que o texto segue uma sequência cronológica clara, pois mistura memórias do passado e reflexões do presente sem delimitação temporal rígida. Já a **letra E** falha ao sugerir um contraste explícito entre músicos bem-sucedidos e cantores em ambientes humildes, uma vez que o texto apenas retrata a realidade de músicos que começam suas carreiras em locais simples, sem opor essa experiência a uma realidade elitizada.

Gabarito: D

72. Assinale a alternativa correta, quanto ao uso da norma culta da língua escrita.

- A) Hoje é 15 de dezembro.
- B) Haviam muitos meses que não tínhamos uma conversa tão franca.
- C) Trinta por cento do Brasil assistiu aos jogos da Copa.
- D) Na loteria devem haver muitos bilhetes premiados.
- E) As estrelas parecem brilhar mais do que de costume.

COMENTÁRIO:

a. Hoje é 15 de dezembro.

Cuidado! A banca considerou essa frase errada, mas há autores que a consideram correta. Em provas da presente banca, leve a ideia de que o verbo, nas indicações de data, deve concordar com numeral: hoje são 15 de dezembro.

b. Havia muitos meses que não tínhamos uma conversa tão franca.

O verbo HAVER, no sentido de tempo transcorrido, não apresenta sujeito. Por isso deveria estar no singular

c. Trinta por cento do Brasil assistiu aos jogos da Copa.

Com sujeitos partitivos, o verbo pode concordar tanto com o núcleo quanto com o especificador. Nesse caso, o núcleo é a expressão trinta por cento. Mas o verbo também poderia concordar com **Brasil**, ficando no singular.

d. Na loteria devem haver muitos bilhetes premiados.

O verbo HAVER, no sentido de existir, não apresenta sujeito. Ele é um verbo impessoal, por isso o auxiliar 'devem' está incorreto. O correto seria empregar 'deve'.

e. As estrelas parecem brilhar mais do que de costume.

Com o verbo 'parecer' + 'verbo no infinitivo', há duas possibilidades de concordância:

1. O 'parece' flexiona: 'As estrelas parecem brilhar...'
2. O verbo no infinitivo flexiona: 'As estrelas parece brilharem...'

A frase empregou, erroneamente, os dois verbos no plural.

Gabarito: C

73. Considerando os usos do conector "e", numere a coluna 2 de acordo com a coluna 1.

Coluna 1

O "e" pode ligar orações:

1. que representam situações coexistentes.
2. que expressam situações cronologicamente sequenciadas.
3. que expressam relação de contraste.
4. em que a segunda exprime um efeito decorrente de um aconselhamento dado na primeira.

Coluna 2 — Frases

- () Era madrugada e os guardas noturnos faziam a ronda.
- () Estude bastante e você será bem-sucedido na prova.
- () A natureza precisou de milhões de anos para formar esta caverna e o senhor pretende destruí-la em poucos instantes.
- () O sinal ficou verde e os carros arrancaram em alta velocidade.

Assinale a alternativa que indica a sequência correta, de cima para baixo.

- A) 1 • 4 • 2 • 3
- B) 1 • 4 • 3 • 2
- C) 2 • 4 • 1 • 3
- D) 3 • 2 • 1 • 4
- E) 3 • 2 • 4 • 1

COMENTÁRIO:

O "e" pode estabelecer diferentes relações entre orações, dependendo do contexto.

Na frase *"era madrugada e os guardas noturnos faziam a ronda"*, o "e" conecta situações coexistentes, ou seja, ações que **ocorrem simultaneamente**.

Em *"estude bastante e você será bem-sucedido na prova"*, o "e" expressa uma relação de **causa e efeito**, em que a segunda oração resulta de um conselho dado anteriormente.

Na frase *"a natureza precisou de milhões de anos para formar esta caverna e o senhor pretende destruí-la em poucos instantes"*, o "e" estabelece contraste entre as duas ações.

Por fim, na frase *"O sinal ficou verde e os carros arrancaram em alta velocidade"*, o "e" indica uma sequência cronológica, em que a segunda ação ocorre imediatamente após a primeira.

Assim, as relações podem ser categorizadas como: 1 (coexistentes), 4 (efeito de aconselhamento), 3 (contraste) e 2 (sequência cronológica).

Gabarito: B

74. Assinale a alternativa que apresenta a formação do plural correta, de acordo com a norma culta da língua escrita.

- A) O tórax - os tórax.
- B) O vulcão - os vulcões.
- C) O balãozinho - os balãozinhos.
- D) A couve-flor - as couve-flores.
- E) O João-de-barro - os João-de-barro.

COMENTÁRIO:

O item correto é a letra A.

Substantivos terminados em *x* são invariáveis no plural, ou seja, mantêm a mesma forma no singular e no plural. Assim, "tórax" é usado em ambas as formas.

Item B — o plural de "vulcão" é "vulcões".

Item C — o plural é "balõeszinhos".

Item D — em compostos formados por substantivo + substantivo, apenas o primeiro elemento vai para o plural.

Portanto, o correto seria "as couves-flor".

Item E — o plural de 'joão-de-barro' é 'joões-de-barro'.

Gabarito: A

75. Numere a coluna 2 de acordo com a coluna 1.

Coluna 1

1. por que
2. porque
3. por quê
4. porquê

Coluna 2

- () A juventude às vezes erraé muito ansiosa.
- () Não vai dizer-nos o do seu procedimento?
- () Quero saber..... você está chorando.
- () O motivo..... tomei aquela decisão é segredo.
- () Ela sempre chega atrasada e não sei.....

Assinale a alternativa que indica a sequência correta, de cima para baixo.

- A) 1. 2. 3. 2. 4
- B) 1. 2. 4. 3. 1
- C) 2. 3. 1. 4. 3
- D) 2. 3. 2. 1. 4
- E) 2. 4. 1. 1. 3

COMENTÁRIO:

(2) A juventude às vezes erra PORQUE (conjunção, equivalendo a 'pois') é muito ansiosa.

(4) Não vai dizer-nos o PORQUÊ (substantivado pelo artigo) do seu procedimento?

(1) Quero saber POR QUE (por que motivo, por que razão, no meio de frases: separado e sem acento) você está chorando.

(1) O motivo POR QUE (pelo qual) tomei aquela decisão é segredo.

(3) Ela sempre chega atrasada e não sei POR QUÊ (por que motivo, por que razão, no final de frases: separado e com acento)

Gabarito: E

INFORMÁTICA

76. Ao clicar com o botão direito do mouse em uma área livre do Explorador de Arquivos do Windows 10 com Office instalado, pode-se selecionar a opção Novo a partir do menu suspenso.

Essa opção permite, entre outros, criar quais tipos de documentos ou arquivos, entre os listados abaixo?

1. Imagem de bitmap.
2. Documento de texto.
3. Arquivo de backup.
4. Documento do MS Word.
5. Planilha do MS Excel.

Assinale a alternativa que indica todos os itens corretos.

- A) São corretos apenas os itens 1, 2, 3 e 4.
B) São corretos apenas os itens 1, 2, 3 e 5.
C) São corretos apenas os itens 1, 2, 4 e 5.
D) São corretos apenas os itens 1, 3, 4 e 5.
E) São corretos apenas os itens 2, 3, 4 e 5.

COMENTÁRIO:

Trata-se de questão que versa sobre Windows 10.

Ao fazer o passo a passo do *caput* da questão, encontramos o seguinte:



Perceba, então, que apenas o item 3 é que não aparece na opção “Novo”, do menu suspenso. Portanto, a alternativa correta é a letra C.

Pontos de *backup* podem ser feitos por meio do painel de controle, não pelo menu contextualizado pela questão.

Gabarito: C

77. O Explorador de Arquivos do Windows 10 permite classificar o conteúdo de uma pasta de distintas formas. Identifique aquelas que constituem formas válidas de classificação no modo de exibição Detalhes a partir da instalação padrão do Windows 10.

1. Por Data de modificação
2. Por Tipo
3. Por Tamanho
4. Qualquer classificação selecionada de modo crescente ou decrescente

Assinale a alternativa que indica todas as formas corretas.

- A) São corretas apenas as formas 1, 2 e 3.
B) São corretas apenas as formas 1, 2 e 4.
C) São corretas apenas as formas 1, 3 e 4.
D) São corretas apenas as formas 2, 3 e 4.
E) São corretas as formas 1, 2, 3 e 4.

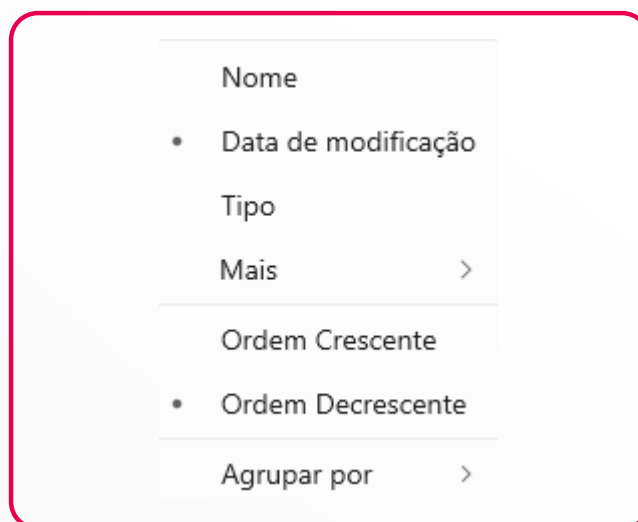
COMENTÁRIO:

Trata-se de questão que versa sobre Windows 10.

Todos os itens constituem formas válidas de classificação no modo de exibição Detalhes. Veja um *print*:



Ademais, é possível, também, classificar em forma crescente ou decrescente:



Dessa forma, a alternativa correta é a letra E.

Gabarito: E

78. Vários problemas de segurança surgiram a partir do crescimento das redes. Como exemplo desses problemas, temos roubo de senhas e interrupção de serviços até problemas de personificação, em que uma pessoa se faz passar por outra para obter acesso privilegiado. Surgiu, então, a necessidade do aprimoramento do processo de autenticação, que consiste na verificação da identidade dos usuários.

Com relação a esse assunto, são realizadas as seguintes afirmativas:

1. A verificação ou autenticação em duas etapas (*two-factor authentication*, também chamada de aprovação de *login*, verificação ou autenticação em dois fatores ou, ainda, verificação ou autenticação em dois passos) adiciona uma segunda camada de proteção no acesso a uma conta, dificultando que ela seja indevidamente acessada, mesmo com o conhecimento da senha. É um recurso opcional oferecido por diversos serviços de Internet, como *Webmail*, redes sociais, *Internet Banking* e de armazenamento em nuvem.
2. Na verificação em duas etapas são utilizados dois passos de checagem, ou seja, é feita uma dupla verificação. Adicionando uma segunda etapa de verificação fica mais difícil a invasão de uma conta de usuário. Mesmo que um atacante venha a descobrir uma senha, ela, isoladamente, não será suficiente para que ele consiga acessar a conta. O atacante necessitará executar a segunda etapa, o que tornará a invasão mais difícil de ser realizada.
3. Existem três grupos básicos de mecanismos de autenticação, que se utilizam de: aquilo que você é (informações biométricas, como sua impressão digital, a palma da sua mão, sua voz e seu olho), aquilo que apenas você possui (como seu cartão de senhas bancárias e um *token* gerador de senhas) e, finalmente, aquilo que apenas você sabe (como perguntas de segurança e suas senhas).

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas corretas.

- A) É correta apenas a afirmativa 1.
- B) É correta apenas a afirmativa 2.
- C) São corretas apenas as afirmativas 1 e 3.
- D) São corretas apenas as afirmativas 2 e 3.
- E) São corretas as afirmativas 1, 2 e 3.

COMENTÁRIO:

Trata-se de questão que versa sobre segurança da informação.

1. A verificação ou autenticação em duas etapas (*two-factor authentication*, também chamada de aprovação de *login*, verificação ou autenticação em dois fatores ou, ainda, verificação ou autenticação em dois passos) adiciona uma segunda camada de proteção no acesso a uma conta, dificultando que ela seja indevidamente acessada, mesmo com o conhecimento da senha. É um recurso opcional oferecido por diversos serviços de Internet, como *Webmail*, redes sociais, *Internet Banking* e de armazenamento em nuvem.

CERTO. Exatamente, descreveu-se verificação ou autenticação em duas etapas (*two-factor authentication*, 2FA). A 2FA é um mecanismo de segurança que requer dois elementos distintos para confirmar a identidade de um usuário durante o acesso a uma conta.

Geralmente, a primeira etapa é uma senha cadastrada pelo próprio usuário. A segunda etapa já é relacionada com uma confirmação via SMS, token, aplicativo autenticador, entre outros. Pode envolver, também, condições biométricas, por exemplo, reconhecimento facial.

2. Na verificação em duas etapas, são utilizados dois passos de checagem, ou seja, é feita uma dupla verificação. Adicionando uma segunda etapa de verificação, fica mais difícil a invasão de uma conta de usuário. Mesmo que um atacante venha a descobrir uma senha, ela, isoladamente, não será suficiente para que ele consiga acessar a conta. O atacante necessitará executar a segunda etapa, o que tornará a invasão mais difícil de ser realizada.

CERTO. Perfeito, faz jus ao nome. A autenticação em duas etapas visa dificultar que contas sejam invadidas, mesmo que a senha seja comprometida. Pense no caboco que furtou seu celular e que, por algum motivo, consegue desbloquear a tela de início. Logo após, ele tenta acessar o aplicativo do banco, o qual ele também sabe a senha. Quando ele pensa que vai conseguir acessar sua conta, vem o reconhecimento facial e bloqueia-o. Percebeu a importância?

3. Existem três grupos básicos de mecanismos de autenticação, que se utilizam de: aquilo que você é (informações biométricas, como sua impressão digital, a palma da sua mão, sua voz e seu olho), aquilo que apenas você possui (como seu cartão de senhas bancárias e um *token* gerador de senhas) e, finalmente, aquilo que apenas você sabe (como perguntas de segurança e suas senhas).

CERTO. Perfeito, é o que pontuamos no comentário do item I.

O gabarito é, portanto, a letra E, uma vez que todos os itens estão perfeitamente corretos.

Gabarito: E

79. Com relação ao MS Excel em português, considere as seguintes afirmativas.

1. Por padrão, uma referência de célula no MS Excel é absoluta.
2. O MS Excel permite a criação de gráficos de mapa a partir da versão 2010.
3. O MS Excel permite manter uma área visível enquanto se desloca para outra área da planilha, por meio da utilização do recurso Congelar Painéis.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas corretas.

- A) Está correta somente a afirmação 3.
- B) Estão corretas somente as afirmações 1 e 3.
- C) Estão corretas somente as afirmações 1 e 2.
- D) Estão corretas somente as afirmações 2 e 3.
- E) Estão corretas as afirmações 1, 2 e 3.

COMENTÁRIO:

Trata-se de questão que versa sobre Excel.

1. Por padrão, uma referência de célula no MS Excel é **absoluta**.

ERRADO. É o contrário: por padrão, uma célula no Excel é relativa. Para deixá-la absoluta, fixa, você precisa inserir o símbolo do dólar (\$).

2. O MS Excel permite a criação de gráficos de mapa a partir da versão 2010.

ERRADO. Infelizmente, um item decoreba, o qual está errado, pois, na versão 2010, não há o gráfico de mapa, que passou a estar disponível a partir da versão 2016.

O gráfico de mapa é usado para comparar valores e mostrar categorias em regiões geográficas. Ele pode ser usado para mostrar informações de países, estados, municípios ou códigos postais.



3. O MS Excel permite manter uma área visível enquanto se desloca para outra área da planilha, por meio da utilização do recurso Congelar Painéis.

CERTO. Exatamente, descreveu de forma correta a função “Congelar Painéis”.

Por todo o exposto, a alternativa correta é a letra A.

Gabarito: A

¹<https://support.microsoft.com/pt-br/office/tipos-de-gr%C3%A1fico-dispon%C3%ADveis-no-office-a6187218-807e-4103-9e0a-27cdb19afb90>

80. O MS Excel permite a reutilização de gráficos personalizados, de modo a economizar trabalho na próxima vez que precisar customizar um gráfico semelhante.

Assinale a alternativa que possibilita criar um modelo de gráfico para posterior utilização no MS Excel 2016 em português, a partir de um gráfico criado pelo usuário.

- A) Clicar em Inserir ► Gráfico ► Criar Modelo.
- B) Clicar com o botão direito do mouse no gráfico e selecionar 'Salvar como Modelo'.
- A) Clicar em Página Inicial ► Criar Gráfico Modelo.
- B) Clicar com o botão direito do mouse no gráfico e selecionar 'Formatar gráfico como Modelo'.
- C) Clicar em Formatar Gráfico a partir do menu de Ferramentas de Gráfico e selecionar 'Criar Modelo'.

COMENTÁRIO:

Trata-se de questão que versa sobre Excel.

Candidato, perceba o seguinte: ainda que você não tenha decorado (e sabemos que provavelmente não), você poderia resolver a questão utilizando o bom senso. Note que a intenção é criar um modelo para utilização futura. Ora, ao criar o modelo, preciso salvá-lo para, então, lá no futuro, conseguir acessá-lo.

Agora veja as alternativas, a única que traz tal opção é a letra B, que é o gabarito. As demais alternativas não permitem salvar o modelo, logo como será possível resgatá-lo posteriormente? Não faz sentido, não é?

Bom, você pode treinar aí em sua casa, crie um gráfico, clique sobre ele com o botão direito do mouse e verá a opção de salvar. Beleza?

Gabarito: B

81. Assinale a alternativa que contém uma forma válida de incluir um *hiperlink* em uma apresentação do PowerPoint 2016 em português, removendo o sublinhado do texto do *hiperlink*, mas mantendo o texto do endereço do *hiperlink*, de modo que a audiência não tenha informações para determinar tratar-se de *hiperlink*.

- A) Selecionar a opção 'Esconder *Hiperlinks* do *Slide*' a partir da guia *Design* do PowerPoint.
- B) Selecionar a opção 'Colar como texto' ao colar o *hiperlink* na apresentação do MS PowerPoint.
- C) Clicar com o botão direito do Mouse sobre o *hiperlink* e selecionar a opção 'Remover Sublinhado do texto'.
- D) Pressionar Ctrl+Z logo após a inserção do *hiperlink*, o que fará com que o PowerPoint remova o sublinhado do texto, mas mantenha o *hiperlink* ativo.
- E) Remover *hiperlink* a partir do menu suspenso disponível ao clicar com o botão direito no *hiperlink* e inserir uma forma sem preenchimento e sem linha que contenha o *hiperlink* junto ao *hiperlink*.

COMENTÁRIO:

Trata-se de questão que versa sobre Powerpoint.

a. Selecionar a opção '~~Esconder Hiperlinks do Slide~~' a partir da guia *Design* do PowerPoint.

ERRADO. Na guia de *design*, não há a opção "Esconder Hiperlinks do Slide".

b. Selecionar a opção '~~Colar como texto~~' ao colar o *hiperlink* na apresentação do MS PowerPoint.

ERRADO. Não há a opção "Colar como texto".

c. Clicar com o botão direito do Mouse sobre o *hiperlink* e selecionar a opção '~~Remover Sublinhado do texto~~'.

ERRADO. Ao clicar com o botão direito do mouse sobre o *hiperlink*, não há a opção "Remover Sublinhado do texto".

d. ~~Pressionar Ctrl+Z logo após a inserção do hiperlink, o que fará com que o PowerPoint remova o sublinhado do texto, mas mantenha o hiperlink ativo.~~

ERRADO. Se o usuário apertar Ctrl + Z logo após inserir o *hiperlink*, a ação será desfeita, vale dizer, excluir-se-á o próprio *hiperlink*, não apenas o sublinhado, que é o interesse da questão.

e. Remover *hiperlink* a partir do menu suspenso disponível ao clicar com o botão direito no *hiperlink* e inserir uma forma sem preenchimento e sem linha que contenha o *hiperlink* junto ao *hiperlink*.

CERTO. Finalmente, é nosso gabarito. Ao clicar com o botão direito do mouse sobre o *hiperlink*, abrirá um menu suspenso com a opção "Remover Hiperlink". Depois, ao inserir um conteúdo forma (retângulo, por exemplo) que englobe o próprio *hiperlink*, o sublinhado não será exibido.

Entendemos ser uma questão decoreba, infelizmente. Mas tenha a certeza de que não será uma questão assim que fará a diferença para você. Não há custo-benefício que justifique ficar decorando isso. Conforme dados estatísticos, a porcentagem de acerto dessa questão está por volta de 22,33%, englobando, claro, eventuais acertos no chute. Logo, não se preocupe.

O gabarito é, portanto, a letra E.

Gabarito: E

82. O MS Word 2016 em português apresenta uma série de recursos para auxiliar o usuário a garantir que um texto não contenha erros de formatação, ortografia, gramaticais ou até mesmo de estilo.

Ao sublinhar uma palavra ou parte do texto com uma linha dupla na cor azul, o MS Word sinaliza ao usuário que há:

- A) um erro gramatical.
- B) um erro de ortografia.
- C) um erro de numeração.
- D) um erro de formatação.
- E) uma inconsistência de estilo.

COMENTÁRIO:

Trata-se de questão que versa sobre Word 2016.

No Word 2016, ao sublinhar uma palavra ou parte do texto com uma linha dupla na cor azul, o MS Word sinaliza ao usuário que há um erro de gramática, letra A.

O erro de ortografia é representado por linhas sinuosas vermelhas.

No MS Word 2016, as inconsistências de estilo não são mais indicadas por sublinhados coloridos (como acontecia em versões mais antigas ou como ocorre para erros gramaticais e ortográficos). Em vez disso, o Word verifica essas inconsistências como parte das Ferramentas de Revisão ou das configurações do Editor (no caso de versões mais avançadas).

O gabarito é, então, a letra A. Segue-se um bizu:

- Vermelh**O** → Ortográfico;
- Azu**L** → Gramatica**L** ou Grê**mi**o, rsrs

Gabarito: A

83. Qual é o atalho de teclado do Windows 10 que possibilita abrir a janela do Gerenciador de Tarefas do Windows?

- A) Alt + Esc
- B) Alt + Shift + Esc
- C) Ctrl + Shift + Esc
- D) Ctrl + Alt + Tab
- E) Ctrl + Alt + Esc

COMENTÁRIO:

Trata-se de questão que versa sobre Windows 10.

Questão que cobra atalhos no Windows 10. Vamos às alternativas:

a. Alt + Esc

ERRADO. Alt + Esc é um atalho de teclado que permite alternar entre janelas abertas ou aplicações

b. Alt + Shift + Esc

ERRADO. Não é um atalho reconhecido originariamente pelo W10.

c. Ctrl + Shift + Esc

CERTO. O atalho de teclado do Windows 10 que possibilita abrir a janela do Gerenciador de Tarefas do Windows é o Ctrl + Shift + Esc, alternativa C.

d. Ctrl + Alt + Tab

ERRADO. Exibe os aplicativos abertos no computador, permitindo que o usuário alterne entre eles sem usar o *mouse*.

e. Ctrl + Alt + Esc

ERRADO. Não é um atalho reconhecido originariamente pelo W10.

O gabarito é, portanto, a letra C.

Gabarito: C

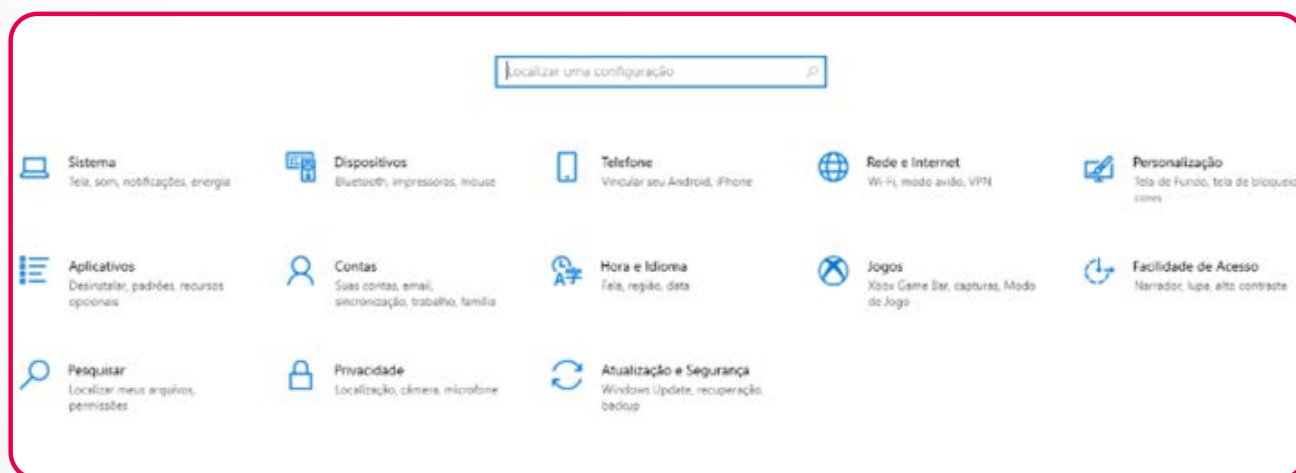
84. O MS Windows 10 Pro em português permite modificar itens de exibição como tela de fundo, tela de bloqueio e as cores do Windows. Esses itens podem ser personalizados por meio das configurações do Windows (menu Iniciar ► Configurações), selecionando a opção denominada:

- A) Sistema.
- B) Personalização.
- C) Propriedades do Windows.
- D) Resolução de tela.
- E) Aparência.

COMENTÁRIO:

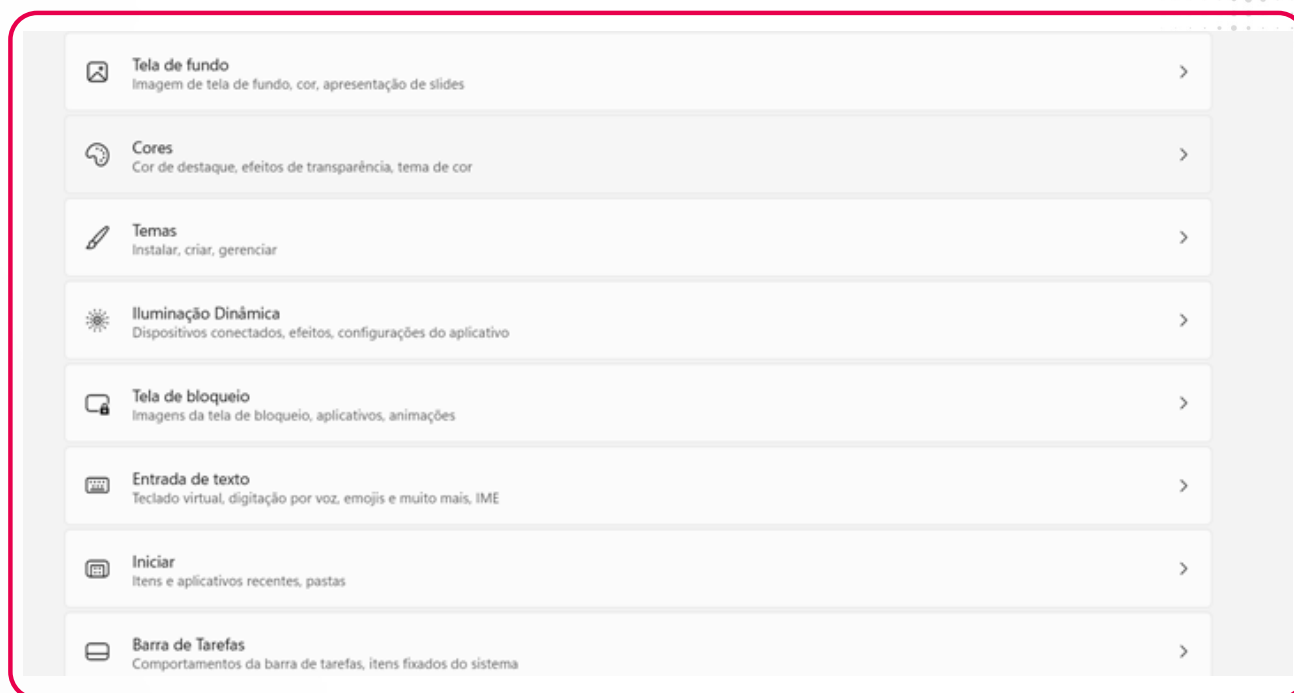
Trata-se de questão que versa sobre Windows 10.

Primeiramente, cabe pontuar que a janela Configurações, menu Iniciar, não contém as opções das alternativas C, D e E. Assim, de pronto, podemos eliminá-las.



A opção “Sistema”, letra A, não contém a opção que permite modificar itens de exibição (tela de fundo, bloqueio, entre outros), portanto está incorreta.

Já a letra B, nosso gabarito, contém as opções demandadas pelo enunciado da questão, observe:



Por todo o exposto, o gabarito encontra-se na letra B.

Gabarito: B

85. O MS Word 2013 em português apresenta diversos recursos de manipulação de tabelas criadas no próprio MS Word. Entre esses, pode-se citar:

1. empregar um estilo de tabela para formatar uma tabela inteira rapidamente.
2. utilizar o recurso 'Formatação Condicional' para formatar uma tabela inteira rapidamente.
3. exibir ou ocultar as linhas de grade.
4. mesclar ou dividir células da tabela.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas corretas.

- A) São corretas apenas as afirmativas 1 e 3.
- B) São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 3.
- C) São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 4.
- D) São corretas apenas as afirmativas 1, 3 e 4.
- E) São corretas as afirmativas 1, 2, 3 e 4.

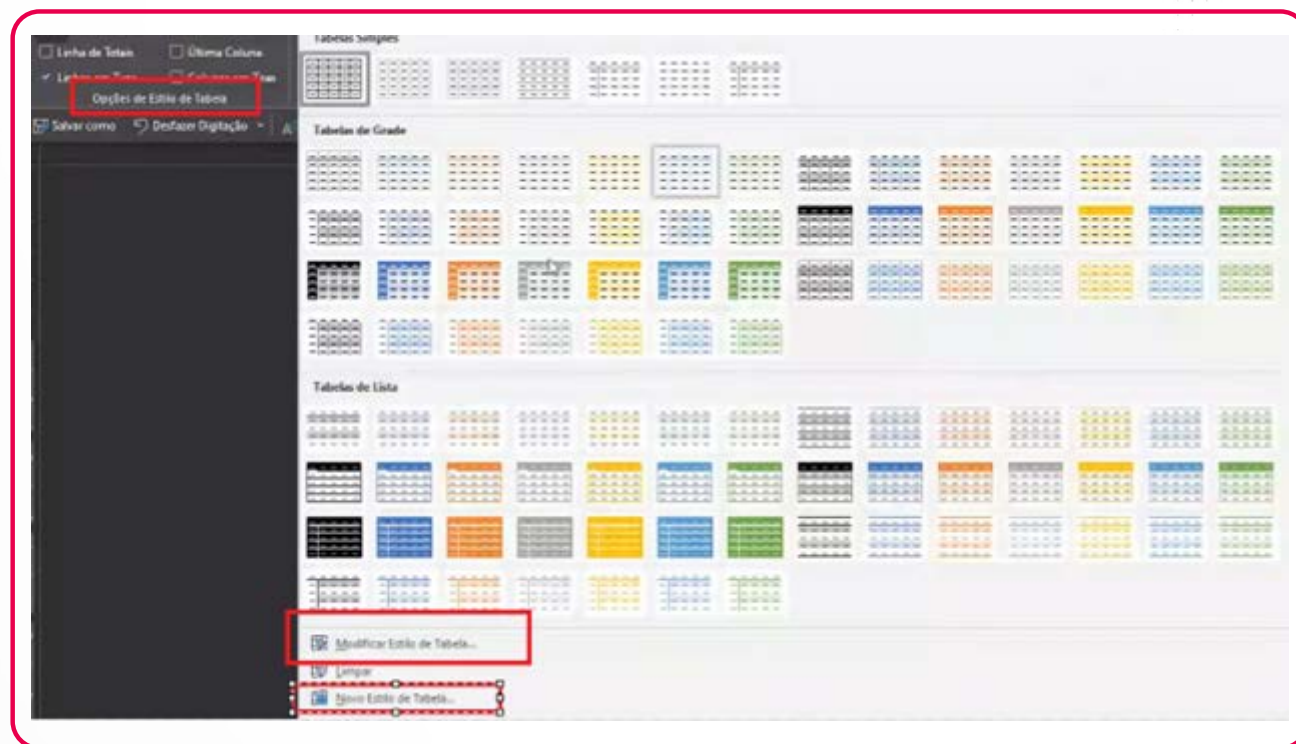
COMENTÁRIO:

Trata-se de questão que versa sobre Word 2013.

O MS Word 2013 em português apresenta diversos recursos de manipulação de tabelas criadas no próprio MS Word. Entre esses, pode-se citar:

1. empregar um estilo de tabela para formatar uma tabela inteira rapidamente.

CERTO. Perfeito, é o que podemos observar na imagem a seguir:

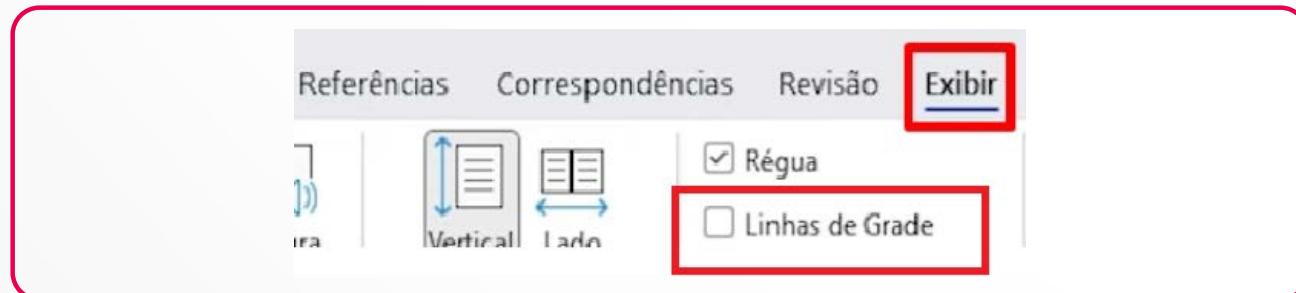


2. utilizar o recurso 'Formatação Condicional' para formatar uma tabela inteira rapidamente.

ERRADO. Cuida-se de recurso do Excel, não presente no Word 2016.

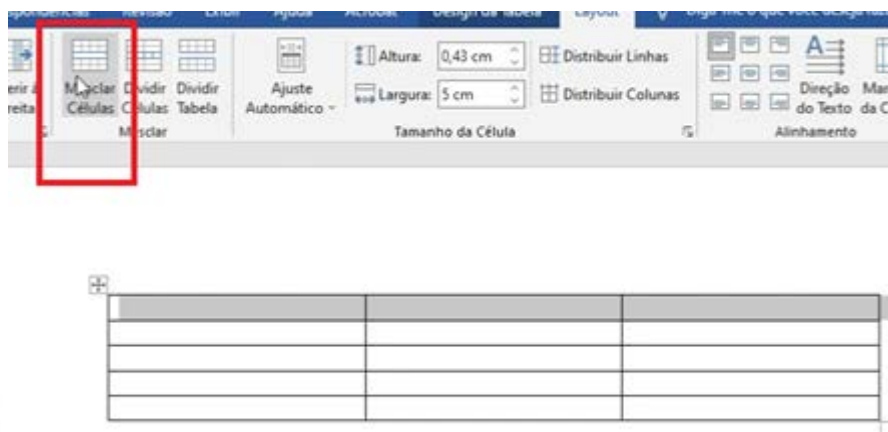
3. exibir ou ocultar as linhas de grade.

CERTO. Sim, é perfeitamente possível exibir ou ocultar as linhas de grade!



4. mesclar ou dividir células da tabela.

CERTO. Sim, cuida-se de função básica de tabelas.



Portanto, o gabarito encontra-se na letra D.

Gabarito: D

86. Assinale a alternativa que contém o número de portas TCP padrão empregadas pelos protocolos HTTP, FTP (porta de transferência de dados) e SMTP (*e-mail*) no servidor, respectivamente.

- A) 80 • 20 • 25
- B) 80 • 21 • 25
- C) 80 • 22 • 25
- D) 80 • 25 • 22
- E) 8080 • 21 • 25

COMENTÁRIO:

Trata-se de questão que versa sobre Protocolo de Redes.

As portas TCP (*Transmission Control Protocol*) permitem que dispositivos se comuniquem pela rede de forma organizada.

Infelizmente, temos aqui uma questão decoreba. Você precisava saber as portas dos protocolos HTTP, FTP e SMTP.

HTTP → porta 80.

FTP → porta 20 (transferência de dados) ou 21 (controle).

SMTP → porta 25.

O gabarito é a letra A, portanto. Um bizu bastante utilizado para memorizar o FTP é o 2021 Depois de Cristo (20 para dados e 21 para controle).

Gabarito: A

87. No contexto de moedas virtuais, o *bitcoin* mitiga o problema de gastar uma mesma moeda mais de uma vez (o problema de *double-spending*), empregando:

- A) *blockchain*.
- B) criptografia simétrica centralizada.
- C) criptografia assimétrica centralizada.
- D) autenticação do gasto e sua validação por um comitê central.
- E) registro em tempo real no livro contábil digital da entidade mantenedora do *bitcoin*.

COMENTÁRIO:

Blockchain é o responsável por mitigar o problema de gastar uma mesma moeda mais de uma vez (o problema de *double-spending*).

Gabarito: A

88. Com relação às pesquisas no sítio de busca Google, são realizadas as seguintes afirmativas.

1. O Google permite o uso do operador - (sinal de menos) para excluir palavras do resultado de busca.
 2. O Google permite o uso do operador + (sinal de mais) que concede destaque a determinadas palavras e atribui a elas maior relevância nos resultados de busca.
 3. O Google permite realizar pesquisas com imagens no lugar de palavras-chave. Essas imagens podem ser fornecidas pelo usuário ou estar em uma URL na internet.
- Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas corretas.

- A) É correta apenas a afirmativa 2.
- B) São corretas apenas as afirmativas 1 e 2.
- C) São corretas apenas as afirmativas 1 e 3.
- D) São corretas apenas as afirmativas 2 e 3.
- E) São corretas as afirmativas 1, 2 e 3.

COMENTÁRIO:

Trata-se de questão que versa sobre o sítio Google.

1. O Google permite o uso do operador – (sinal de menos) para excluir palavras do resultado de busca.

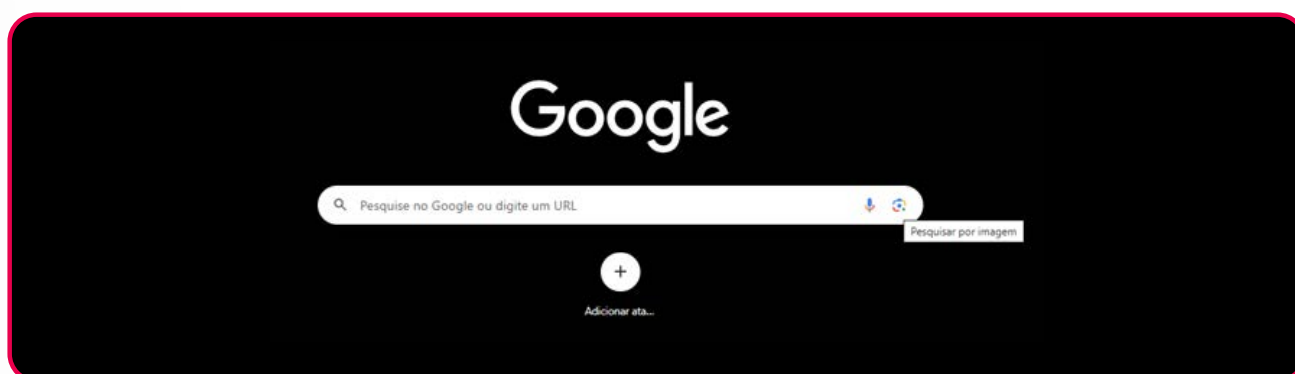
CERTO. Exato, quando você utiliza o sinal de menos, o Google desconsidera o efeito da palavra no resultado da busca. Por exemplo, se você digitar: “Curso de Informática -XXX” o efeito de XXX não aparecerá na busca. Se for um cursinho, você não verá as ofertas desse cursinho XXX.

2. O Google permite o uso do operador + (sinal de mais) que concede destaque a determinadas palavras e atribui a elas maior relevância nos resultados de busca.

ERRADO. O operador + inclui termos na pesquisa. Logo, é incorreto dizer que é usado para dar destaque e relevância para determinadas palavras. Isso é feito com aspas (") ou (*). Exemplo: "Curso de Informática Estratégia" ou *Curso de Informática Estratégia* vão retornar resultados de cursos de informática do Estratégia, reduzindo e evitando ruídos de pesquisa.

3. O Google permite realizar pesquisas com imagens no lugar de palavras-chave. Essas imagens podem ser fornecidas pelo usuário ou estar em uma URL na internet.

CERTO. Sim, é possível. O interessante é que esse item tem um alto índice de cobrança em provas. Fique atento.



O gabarito é, então, a letra C.

Gabarito: C

89. Que recurso do MS Office, incluindo o Word, Excel e PowerPoint, permite compartilhar arquivos entre diversos dispositivos, incluindo *tablets* e celulares?

- A) MSDrive
- B) OneDrive
- C) Office.com
- D) OfficeShare
- E) Office Online

COMENTÁRIO:

Trata-se de questão que versa sobre Pacote Office.

O recurso do MS Office, incluindo o Word, Excel e PowerPoint, que permite compartilhar arquivos entre diversos dispositivos, incluindo *tablets* e celulares, é o OneDrive, que é um serviço de armazenamento em nuvem da Microsoft que permite guardar, partilhar e aceder a arquivos a partir de qualquer dispositivo. Portanto, o gabarito é a letra B.

As demais alternativas não trazem recursos do Office. Destaque para a alternativa C, que traz um endereço de *e-mail*, e para a alternativa E, que é uma versão *online* e gratuita do Office.

Gabarito: B

90. O ícone ao lado, do MS Powerpoint 2016, em português refere-se às/à/ao:

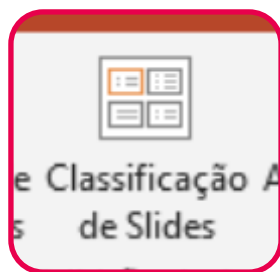
- A) definições de layout do slide.
- B) edição do slide mestre do slide atual.
- C) modo de exibição de apresentação de estrutura de tópicos.
- D) modo de exibição de apresentação de classificação de *slides*.
- E) modo de exibição de apresentação de miniaturas.



COMENTÁRIO:

Trata-se de questão que versa sobre Powerpoint 2016.

Questão decoreba acerca de Powerpoint. A resposta encontra-se na letra D, "classificação de *slides*".



O gabarito é, portanto, a letra D.

Gabarito: D

91. O MS PowerPoint 2010 em português permite que o usuário insira e vincule um gráfico do MS Excel, de modo que, quando os dados são editados na planilha, seja possível atualizar facilmente o gráfico no *slide* do PowerPoint.

Assinale a alternativa que permite realizar essa ação mantendo a aparência original que o gráfico possui no MS Excel dentro do PowerPoint.

- A) Deve-se copiar o gráfico no MS Excel e Colar no PowerPoint com a opção 'Usar o tema no destino e vincular dados'.
- B) Deve-se salvar a pasta de trabalho do MS Excel e inserir o gráfico no PowerPoint, por meio da guia Inserir ► Tabela, e selecionar a opção 'Vincular dados e manter formatação original'.
- C) Deve-se copiar o gráfico no MS Excel e Colar no PowerPoint com a opção 'Manter a formatação original e vincular dados'.
- D) Deve-se salvar a pasta de trabalho do MS Excel e inserir o gráfico no PowerPoint, por meio da guia Inserir ► Planilha do MS Excel, e selecionar a opção 'Manter formatação original'; o PowerPoint vincula os dados dos gráficos Excel por padrão, de modo automático.
- E) Deve-se salvar a pasta de trabalho do MS Excel e inserir o gráfico no PowerPoint, por meio da guia Inserir ► Arquivo, e selecionar a opção 'Gráfico do MS Excel'; clicar no *checkbox* 'vincular dados'.

COMENTÁRIO:

Trata-se de questão que versa sobre Powerpoint.

a. Deve-se copiar o gráfico no MS Excel e Colar no PowerPoint com a opção '**Usar o tema no destino**' e vincular dados.

ERRADO. Usar o tema do destino vai permitir tão somente a utilização da aparência do próprio Powerpoint.

b. ~~Deve-se salvar a pasta de trabalho do MS Excel e inserir o gráfico no PowerPoint, por meio da guia Inserir ➤ Tabela~~, e selecionar a opção 'Vincular dados e manter formatação original'.

ERRADO. No menu "Inserir", a opção Tabela vai permitir que o usuário crie uma tabela no próprio Powerpoint. Logo, não há o vínculo com a tabela feita no próprio Excel, vez que se trata de outra.

c. Deve-se copiar o gráfico no MS Excel e Colar no PowerPoint com a opção 'Manter a formatação original e vincular dados'.

CERTO. A alternativa C está correta porque descreve com precisão a funcionalidade do PowerPoint que permite preservar o estilo do gráfico copiado do Excel enquanto mantém uma conexão ativa com os dados originais. Ao escolher a opção "Manter a formatação original e vincular dados" durante a colagem, o PowerPoint garante que o visual do gráfico permanece conforme configurado no Excel e que as alterações feitas na planilha de origem serão refletidas automaticamente no gráfico inserido.

É comum que usuários enfrentem dificuldades ao utilizar essa funcionalidade devido às várias opções de colagem disponíveis. Para evitar confusões, é fundamental analisar cuidadosamente as opções exibidas ao realizar a colagem. Outro equívoco recorrente está na diferença entre vincular e incorporar dados: o vínculo estabelece uma conexão dinâmica com a planilha de origem, enquanto a incorporação insere uma versão estática do gráfico, que não será atualizada caso os dados do Excel sejam alterados.

Assim, a alternativa C está correta, pois indica o procedimento adequado: copiar o gráfico no Excel e colá-lo no PowerPoint utilizando a opção 'Manter a formatação original e vincular dados'.

d. ~~Deve-se salvar a pasta de trabalho do MS Excel e inserir o gráfico no PowerPoint, por meio da guia Inserir ➤ Planilha do MS Excel, e selecionar a opção 'Manter formatação original'~~; o PowerPoint vincula os dados dos gráficos Excel por padrão, de modo automático.

ERRADO. Não existe a opção "Planilha do MS Excel". Esse item pegou muitos candidatos. Infelizmente, o examinador jogou com o bom senso do candidato, como se não bastasse a decoreba da presente questão.

e. ~~Deve-se salvar a pasta de trabalho do MS Excel e inserir o gráfico no PowerPoint, por meio da guia Inserir ➤ Arquivo, e selecionar a opção 'Gráfico do MS Excel'~~; clicar no *checkbox* 'vincular dados'.

ERRADO. Não há, no menu "Inserir", a opção "Arquivo", nem a opção "Gráfico do MS Excel".

Por tudo, o gabarito é a letra C.

Gabarito: C

92. Assinale a alternativa que indica conjunto de teclas que, ao navegar pela internet utilizando o navegador MS Edge do Windows 10 Pro em português, possibilita ao internauta aplicar *zoom* à página, ampliando ou reduzindo o conteúdo, respectivamente.

- A) Pg Up • Pg Dn
- B) Ctrl + (=) • Ctrl + (-)
- C) Ctrl + Pg Up • Ctrl + Pg Dn
- D) Ctrl + Alt + (+) • Ctrl + Alt + (-)
- E) Ctrl + Shift + Pg Up • Ctrl + Shift + Pg Dn

COMENTÁRIO:

Trata-se de questão que versa sobre Microsoft Edge.

O atalho que, ao navegar pela internet utilizando o navegador MS Edge do Windows 10 Pro em português, possibilita ao internauta aplicar *zoom* à página, ampliando ou reduzindo o conteúdo, respectivamente, é o Ctrl +/-, letra B.

- a. **ERRADO.** Pg Up e Pg Dn permitem a rolagem para cima e para baixo, respectivamente, da página web.
- c. **ERRADO.** Ctrl + Pg Up e Ctrl + Pg Dn têm o mesmo efeito da assertiva A.
- d. **ERRADO.** Não é um atalho originário da Microsoft.
- e. **ERRADO.** Não é um atalho originário da Microsoft.

Por todo o exposto, o gabarito é a letra B.

Gabarito: B

93. Assinale a alternativa que permite que o usuário role uma planilha do MS Excel 2016 em português em uma coluna para a direita sem, contudo, deslocar o cursor, mantendo-o na célula onde se encontra.

- A) Pressione a tecla de seta para a direita.
- B) Pressione Ctrl e, então, a tecla de seta para a direita.
- C) Pressione Ctrl + Shift e, então, a tecla de seta para a direita.
- D) Pressione Scroll Lock e, então, a tecla de seta para a direita.
- E) Clique com o *mouse* na coluna imediatamente à direita da coluna onde se encontra o cursor.

COMENTÁRIO:

Trata-se de questão que versa sobre Excel 2016.

- a. Pressione a tecla de seta para a direita.

ERRADO. Apenas apertando a tecla para a direita, o cursor também irá se deslocar para a direita. Vai de encontro ao proposto no item, que deseja que a célula fique fixa.

b. Pressione Ctrl e, então, a tecla de seta para a direita.

ERRADO. Segurar o Ctrl e apertar a tecla de seta para a direita não fará com que o cursor fique fixo na célula originária, pelo contrário, o curso irá se deslocar para a última célula daquela linha.

c. Pressione Ctrl + Shift e, então, a tecla de seta para a direita.

ERRADO. Esse atalho permite selecionar várias células ao mesmo tempo. Assim, não atende ao proposto na questão.

d. Pressione Scroll Lock e, então, a tecla de seta para a direita.

CERTO. Perfeito, esta alternativa, de fato, permite o deslocamento para a direita, sem, contudo, deslocar o cursor, mantendo a célula originária. Faça o teste em seu Excel.

e. Clique com o *mouse* na coluna imediatamente à direita da coluna onde se encontra o cursor.

ERRADO. Nesse caso, o cursor irá se deslocar para o ponto em que você clicar.

O gabarito é, portanto, a letra D.

Gabarito: D

94. Qual é o nome da função do MS Excel em português que retorna uma referência a um intervalo que possui um número específico de linhas e colunas com base em uma referência especificada, de uma célula ou intervalo de células adjacentes?

- A) DESLOC
- B) PROCV
- C) CURSOR
- D) PROCH
- E) CORRESP

COMENTÁRIO:

Trata-se de questão que versa sobre Excel 2016.

a. DESLOC

CERTO. Cuida-se de nossa função. Ela, de fato, retorna uma referência a um intervalo que possui um número específico de linhas e colunas com base em uma referência especificada, de uma célula ou intervalo de células adjacentes.

b. PROCV

ERRADO. Essa função é bastante utilizada no mundo corporativo. Ela, basicamente, realiza uma pesquisa vertical, permitindo encontrar um valor em uma coluna e retornar um valor correspondente em outra coluna.

c. CURSOR

ERRADO. No Excel 2016, não há essa função.

d. PROCH

ERRADO. É similar ao PROCV, no entanto a pesquisa realiza-se na horizontal.

e. CORRESP

ERRADO. Essa função é usada para localizar a posição de um valor dentro de um intervalo de células. Em vez de retornar o valor em si, ela indica em que posição o valor está localizado dentro do intervalo especificado.

O gabarito encontra-se na letra A.

Gabarito: A

95. Sobre a funcionalidade de Acesso Rápido do Explorador de Arquivos do Windows 10 Pro em português, considere as seguintes afirmativas.

1. Pode-se fixar uma pasta à lista de acesso rápido uma vez com a pasta aberta no explorador de arquivos, clicando com o botão direito do *mouse* sobre Acesso Rápido e selecionando 'Fixar pasta atual em Acesso rápido'.
2. Pode-se fixar Acesso rápido no menu Iniciar, o que facilita o acesso a seu conteúdo.
3. Acesso rápido pode mostrar ou não os arquivos usados recentemente e também as pastas mais usadas, conforme a preferência do usuário.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas corretas.

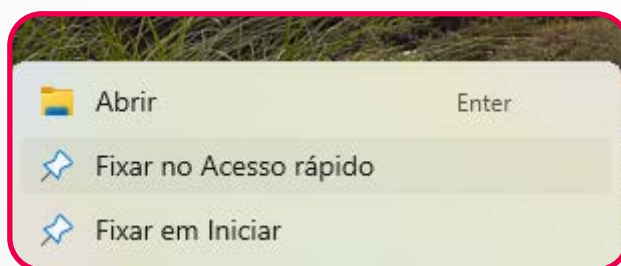
- A) É correta apenas a afirmativa 1.
- B) São corretas apenas as afirmativas 1 e 2.
- C) São corretas apenas as afirmativas 1 e 3.
- D) São corretas apenas as afirmativas 2 e 3.
- E) São corretas as afirmativas 1, 2 e 3.

COMENTÁRIO:

Trata-se de questão que versa sobre Windows 10.

1. Pode-se fixar uma pasta à lista de acesso rápido uma vez com a pasta aberta no explorador de arquivos, clicando com o botão direito do mouse sobre Acesso Rápido e selecionando 'Fixar pasta atual em Acesso rápido'.

CERTO. Sim, é exatamente possível, veja:

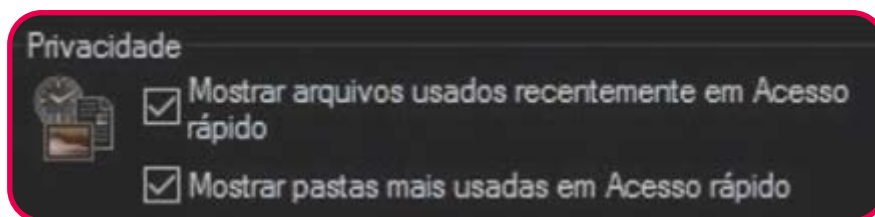


2. Pode-se fixar Acesso rápido no menu Iniciar, o que facilita o acesso a seu conteúdo.

CERTO. Sim, conforme vimos na imagem acima.

3. Acesso rápido pode mostrar ou não os arquivos usados recentemente e também as pastas mais usadas, conforme a preferência do usuário.

CERTO. Perfeito, conforme pode se observar a seguir:



Assim, o gabarito é a letra E, todas as afirmativas estão corretas.

Gabarito: E

RACIOCÍNIO LÓGICO

96. Um pai paga mesada mensal para seus cinco filhos, a saber, Cláudia, Arthur, Joaquim, Danilo e Beatriz, nos valores de R\$ 100, R\$ 200, R\$ 400, R\$ 600 e R\$ 700, não necessariamente nessa ordem.

Sabe-se que:

1. a mesada de Cláudia é o dobro da mesada de Beatriz.
2. o valor que Danilo recebe em um mês é igual ao que Beatriz recebe em três meses.
3. a mesada de Joaquim é maior que a de Danilo.

Portanto, a mesada mensal de Arthur, em reais, é:

- A) 100.
- B) 200.
- C) 400.
- D) 600.
- E) 700.

COMENTÁRIO:

O pai paga mesadas de R\$ 100, R\$ 200, R\$ 400, R\$ 600 e R\$ 700 para seus cinco filhos: Cláudia, Arthur, Joaquim, Danilo e Beatriz. Precisamos descobrir o valor da mesada de Arthur, respeitando as regras fornecidas, que são:

1. a mesada de **Cláudia é o dobro da mesada de Beatriz;**
2. a mesada mensal de **Danilo equivale a três vezes a de Beatriz;**
3. a mesada de **Joaquim é maior que a de Danilo.**

Pela **regra 1**, Cláudia recebe o dobro da mesada de Beatriz. Isso nos dá duas combinações possíveis:

- se Beatriz recebe R\$ 100, Cláudia recebe R\$ 200;
- se Beatriz recebe R\$ 200, Cláudia recebe R\$ 400.

Se Beatriz recebe R\$ 100, Danilo teria que receber $3 \times 100 = R\$300$, mas esse valor não está entre as opções.

Portanto, Beatriz deve receber, e Cláudia, que ganha o dobro, recebe R\$ 400

Pela **regra 2**, Danilo recebe três vezes o valor de Beatriz. Como Beatriz recebe R\$ 200, Danilo recebe:

$$3 \times 200 = R\$600$$

Logo, **Danilo recebe R\$600**.

Pela **regra 3**, Joaquim deve receber mais que Danilo. Como Danilo recebe R\$ 600, Joaquim só pode receber **R\$ 700**, o único valor maior disponível.

Agora, já atribuímos as mesadas:

- Beatriz → R\$200,
- Cláudia → R\$400,
- Danilo → R\$600,
- Joaquim → R\$700.

O único valor restante é **R\$ 100**. Portanto, a mesada de Arthur é **R\$ 100**.

Gabarito: A

97. Sejam p e q números reais tais que se $\frac{p}{3} > 15$, então $q \leq 2p$.
então Logo, podemos afirmar corretamente que:

- A) se $p > 45$, então $q \leq 45$.
- B) se $q \leq 2p$, então $p > 45$.
- C) se $q > 2p$, então $p \leq 45$.
- D) se $q \leq 2p$, então $p < 45$.
- E) se $p > \frac{q}{2}$, então $p \leq 45$.

COMENTÁRIO:

Podemos representar a proposição $\frac{p}{3} > 15$, então $q \leq 2p$ como $R \rightarrow S$, em que:

$$\begin{aligned} R: \frac{p}{3} > 15 \\ S: q \leq 2p \end{aligned}$$

A questão pede uma proposição **equivalente** à proposição condicional original. Uma proposição equivalente a uma condicional é dada por sua **contrapositiva**. Para uma condicional do tipo $R \rightarrow S$ a contrapositiva é dada por:

$$\sim S \rightarrow \sim R$$

Isso significa que, para encontrar a contrapositiva, precisamos negar tanto R quanto S e inverter a ordem das proposições. Vamos aplicar isso ao problema para obter a proposição equivalente.

Para negar R e S, devemos entender como se dá a negação dos símbolos $>$ (maior) e $\leq$ (menor ou igual):

- Negação de $>$ (maior): $\leq$ (menor ou igual)
- Negação de $\leq$ (menor ou igual): $>$ (maior)

Negando R:

$$R: \frac{p}{3} > 15$$

$$\sim R: \frac{p}{3} \leq 15$$

Podemos expressar $\frac{p}{3} \leq 15$ de forma simplificada, multiplicamos ambos os lados por 3 (mantendo o sentido da desigualdade, pois 3 é positivo):

$$p \leq 45$$

Portanto, $\sim R: p \leq 45$.

Negando S:

$$S: q \leq 2p$$

$$\sim S: q > 2p$$

Agora, substituímos as negações na contrapositiva:

$$\begin{aligned} \sim S &\rightarrow \sim R \\ q > 2p &\rightarrow p \leq 45 \end{aligned}$$

Portanto, a contrapositiva pode ser reescrita como:

$$\text{Se } q > 2p, \text{ então } p \leq 45$$

Gabarito: C

98. Uma reunião conta com X pessoas. Dessas, 7 usam seus celulares para enviar mensagens, 10 usam o celular para jogar, 5 usam o celular para enviar mensagem e jogar e 3 não usam o celular.

Portanto, X é igual a:

- A) 12.
- B) 15.
- C) 20.
- D) 22.
- E) 25.

COMENTÁRIO:

Sabemos que:

- total de pessoas que **enviam mensagens** (A) = 7;
- total de pessoas que **jogam** (B) = 10,
- total de pessoas que **enviam mensagens e jogam** ($A \cap B$) = 5
- total de pessoas que **não usam o celular** = 3

Queremos encontrar o total de pessoas (X). Para calcular o total de pessoas que usam o celular ($A \cup B$), utilizamos a fórmula:

$$(A \cup B) = (A) + (B) - (A \cap B)$$

Substituindo os valores:

$$(A \cup B) = 7 + 10 - 5$$

$$(A \cup B) = 12$$

Portanto, **12 pessoas usam o celular**, seja para enviar mensagens, jogar, ou ambos. Sabemos que 3 pessoas **não usam o celular**, então o total de pessoas na reunião (X) é:

$$(X) = (A \cup B) + \text{Pessoas que não usam o celular}$$

$$(X) = 12 + 3$$

$$(X) = 15$$

Portanto, o total de pessoas na reunião é **15**.

Gabarito: B

99. Uma empresa farmacêutica testou um novo remédio em um grupo de pessoas. Todas tomaram o remédio no mesmo dia, no mesmo momento. Duas pessoas apresentaram reação alérgica no mesmo dia da ingestão do remédio.

De fato, a empresa verifica que o número de pacientes que apresentaram reação alérgica ao remédio é dado pela função $r(t) = at + b$, em que t é o tempo em dias a partir da ingestão do remédio e a e b são números reais.

Se, após 3 dias, cinco pessoas apresentaram reação alérgica, quantas pessoas apresentaram reação alérgica após 6 dias?

- A) 14
- B) 12
- C) 10
- D) 8
- E) 6

COMENTÁRIO:

O número de pessoas que apresentaram reação alérgica é dado pela função:

$$r(t) = at + b$$

Em que:

- t é o tempo em dias a partir da ingestão do remédio;
- a e b são constantes reais.

Sabemos que no dia 0 ($t = 0$), duas pessoas apresentaram reação alérgica. Ou seja, $r(0) = 2$. Substituindo os valores na equação, temos que:

$$\begin{aligned} r(t) &= at + b \\ r(0) &= a \times 0 + b \\ 2 &= a \times 0 + b \\ b &= 2 \end{aligned}$$

Assim, encontramos o valor da constante b .

Também sabemos que no dia 3 ($t = 3$), cinco pessoas apresentaram reação alérgica. Ou seja, $r(3) = 5$. Substituindo os valores na equação, temos que:

$$\begin{aligned} r(t) &= at + b \\ r(3) &= a \times 3 + 2 \\ 5 &= 3a + 2 \\ 3a &= 3 \\ a &= 1 \end{aligned}$$

Assim, encontramos o valor da constante a . Portanto, a função que descreve o número de reações alérgicas é:

$$\begin{aligned} r(t) &= 1t + 2 \\ r(t) &= t + 2 \end{aligned}$$

Para determinar quantas pessoas apresentaram reação alérgica após 6 dias, ou seja, o $r(6)$, substituímos o valor de $t = 6$ na equação, obtendo:

$$\begin{aligned} r(6) &= 6 + 2 \\ r(6) &= 8 \end{aligned}$$

Dessa forma, concluímos que após 6 dias, 8 pessoas apresentaram reação alérgica.

Gabarito: D

100. Uma empresa emprega 60 homens e 70 mulheres. 75% dos homens falam Inglês, enquanto 40% das mulheres não falam Inglês. Logo, o número de empregados dessa empresa que são mulheres ou falam inglês é:

- A) 97.
- B) 115.
- C) 127.
- D) 130.
- E) 157.

COMENTÁRIO:

Vamos resolver o problema usando conjuntos e lógica. A empresa tem **60 homens** e **70 mulheres**, totalizando $60 + 70 = 130$ empregados Sabemos que:

- 75% ($\frac{75}{100} = 0,75$) dos homens falam inglês:

$$0,75 \times 60 = 45 \text{ homens falam inglês}$$

Isso significa que $60 - 45 = 15$ homens não falam inglês

- 40% ($\frac{40}{100} = 0,40$) das mulheres não falam inglês:

$$0,40 \times 70 = 28 \text{ mulheres não falam inglês}$$

Isso significa que $70 - 28 = 42$ mulheres falam inglês

Dessa forma, concluímos que o total de empregados que fala inglês é igual a 87 e o total que não fala inglês é 43.

Agora, queremos determinar o número de empregados que são **mulheres ou falam inglês**.

O ponto-chave para resolver a questão é saber que o conectivo "**ou**" corresponde, em termos de conjuntos, à **união** ($A \cup B$), dada pela fórmula:

$$(A \cup B) = (A) + (B) - (A \cap B)$$

Aqui:

(A) é total de mulheres (70);

(B) é o total de pessoas que falam inglês (87);

($A \cap B$) é o total de mulheres que falam inglês (42).

($A \cap B$) é a interseção entre os conjuntos de interesse, ou seja, o total de pessoas que são mulheres e que falam inglês.

Aplicando a fórmula:

$$\begin{aligned} (A \cup B) &= (A) + (B) - (A \cap B) \\ (A \cup B) &= 70 + 87 - 42 \\ (A \cup B) &= 115 \end{aligned}$$

Portanto, o número de empregados que são mulheres ou falam inglês é **115**.

Gabarito: B

101. Em um *shopping*, o estacionamento é gratuito pela primeira hora. A segunda hora (ou fração desta) custa R\$ 2,50. A terceira hora (ou fração) custa R\$ 2,75. A quarta hora (ou fração) custa R\$ 3,00 e assim sucessivamente.

O custo de deixar um carro nesse estacionamento por 14 horas e meia é:

- A) mais do que R\$ 90,00.
- B) mais do que R\$ 85,00 e menos do que R\$ 90,00.
- C) mais do que R\$ 80,00 e menos do que R\$ 85,00.
- D) mais do que R\$ 75,00 e menos do que R\$ 80,00.
- E) menos do que R\$ 75,00.

COMENTÁRIO:

Para calcular o custo do estacionamento para 14 horas e meia, utilizamos as informações fornecidas sobre a política de cobrança. A primeira hora é gratuita, e o pagamento começa a ser aplicado a partir da segunda hora.

- Segunda hora: R\$ 2,50.

- Terceira hora: R\$ 2,75.

- Quarta hora: R\$ 3,00.

A cobrança aumenta R\$ 0,25 por hora para cada hora adicional. Para efeito de cobrança, **14 horas e meia** significam 15 horas, pois a fração conta como uma hora completa. A primeira hora é gratuita, portanto o total de horas cobradas é:

$$15 - 1 = 14 \text{ horas}$$

A cobrança aumenta em R\$ 0,25 a cada hora, começando de R\$2,50 na segunda hora. Vamos calcular os valores de todas as 14 horas cobradas:

2ª hora: R\$2,50.

3ª hora: R\$2,75.

4ª hora: R\$3,00.

5ª hora: R\$3,25.

6ª hora: R\$3,50.

7ª hora: R\$3,75.

8ª hora: R\$4,00.

9ª hora: R\$4,25.

10ª hora: R\$4,50.

11ª hora: R\$4,75.

12ª hora: R\$5,00.

13ª hora: R\$5,25.

14ª hora: R\$5,50.

15ª hora: R\$5,75.

Agora somamos o custo das 14 horas cobradas:

$$2,50 + 2,75 + 3,00 + 3,25 + 3,50 + 3,75 + 4,00 + 4,25 + 4,50 + 4,75 + 5,00 + 5,25 + 5,50 + 5,75$$

$$\text{Valor pago} = \text{R\$ } 57,75$$

O custo total para 14 horas e meia é **R\$ 57,75**. Portanto:

Resposta: e. menos do que R\$ 75,00.

Outra abordagem para resolver essa questão é reconhecer que se trata de uma **progressão aritmética (PA)**, em que a sequência aumenta em R\$ 0,25 a cada hora. Nesse contexto, podemos calcular o valor total utilizando a fórmula da soma de uma PA. Identificamos os seguintes elementos:

primeiro termo (a_1) = 2,50 ;

último termo (a_{14}) = 5,75;

número de termos (n) = 14 ;

A fórmula para a soma de uma PA é:

$$S_n = (a_1 + a_n) \times \frac{n}{2}$$

Substituindo os valores:

$$\begin{aligned} S_{14} &= (2,50 + 5,75) \times \frac{14}{2} \\ S_{14} &= 8,25 \times 7 \\ S_{14} &= R\$ 57,75 \end{aligned}$$

Chegamos ao mesmo resultado obtido anteriormente, mas usando a fórmula da soma de uma PA. Essa abordagem é especialmente útil para resolver a questão de forma mais rápida e eficiente, economizando tempo e espaço na resolução.

Gabarito: E

102. Em uma cidade, a razão entre agentes policiais homens e agentes policiais mulheres é 4:12. Sabe-se também que o número de agentes mulheres excede o número de agentes homens em 16. Para que a razão entre o número de agentes homens e o número de agentes mulheres passe para 1:2, que número de agentes homens é necessário contratar (sem contratar nenhuma agente mulher)?

- A) 4
- B) 6
- C) 8
- D) 12
- E) 24

COMENTÁRIO:

A razão inicial entre agentes policiais homens (H) e mulheres (M) é **4:12**, o que pode ser simplificado para:

$$\frac{H}{M} = \frac{4}{12} = \frac{1}{3}$$

O número de agentes mulheres excede o número de agentes homens em **16**:

$$M = H + 16$$

O objetivo é ajustar a quantidade de homens (H) para que a nova razão entre H e M seja **1:2**. Para isso, temos que encontrar quantos homens precisamos contratar. Dessa forma, queremos que nossa nova razão seja dada por:

$$\frac{H + x}{M} = \frac{1}{2}$$

Em que x é o número de agentes homens a serem contratados.

Sabemos que $\frac{H}{M} = \frac{1}{3}$. Multiplicando cruzado, obtemos a relação:

$$M = 3H$$

Também sabemos que $M = H + 16$. Substituindo $M = 3H$ na equação:

$$3H = H + 16$$

$$2H = 16$$

$$H = 8$$

Assim, o número inicial de agentes homens e mulheres é:

$$H = 8 \text{ e } M = 3H = 24$$

Queremos que a nova razão entre homens e mulheres seja $\frac{1}{2}$. Isso significa que:

$$\frac{H + x}{M} = \frac{1}{2}$$

Substituímos os valores conhecidos ($H = 8$ e $M = 24$):

$$\frac{8 + x}{24} = \frac{1}{2}$$

Multiplicamos ambos os lados por 24 para eliminar o denominador:

$$\begin{aligned}8 + x &= 12 \\ x &= 4\end{aligned}$$

Portanto, o número de agentes homens que é necessário contratar para alcançar a razão $\frac{1}{2}$ é 4.

Gabarito: A

103. Duas concessionárias, digamos Z e Y, vendem um automóvel com configurações idênticas. Na concessionária Z, o automóvel é R\$ 2.000,00 mais barato que na concessionária Y. Sabe-se que, se a concessionária Y conceder um desconto de 3% no automóvel, então o preço na concessionária Y é R\$100,00 menor que o preço na concessionária Z. Portanto, o preço do automóvel na concessionária Z é:

- A) maior do que R\$ 72.500.
- B) maior do que R\$ 67.500,00 e menor do que R\$ 72.500,00.
- C) maior do que R\$ 62.500,00 e menor do que R\$ 67.500,00.
- D) maior do que R\$ 57.500,00 e menor do que R\$ 62.500,00.
- E) menor do que R\$ 57.500,00.

COMENTÁRIO:

Vamos denominar o preço do automóvel na concessionária Z como P_Z e o preço na concessionária Y como P_Y . De acordo com as informações fornecidas, o preço do automóvel na concessionária Z é R\$ 2.000,00 **mais barato** do que na concessionária Y. Essa relação pode ser expressa matematicamente pela equação:

$$P_Z = P_Y - 2.000$$

Com um desconto de 3% (0,03) no preço da concessionária Y, o preço passa a ser R\$ 100,00 **menor** do que o preço na concessionária Z:

$$\begin{aligned}P_Y \times (1 - 0,03) &= P_Z - 100 \\ P_Y \times 0,97 &= P_Z - 100\end{aligned}$$

Nosso objetivo é determinar o preço do automóvel na concessionária Z (P_Z). Substituindo $P_Z = P_Y - 2.000$ na equação com o desconto da concessionária Y.

$$\begin{aligned}P_Y \times 0,97 &= P_Y - 2.000 - 100 \\ 0,97P_Y &= P_Y - 2.100 \\ P_Y - P_Y \times 0,97 &= 2.100 \\ 0,03P_Y &= 2100 \\ P_Y &= R\$70.000,00\end{aligned}$$

Portanto, o preço na concessionária Y é R\$ 70.000,00.

Sabemos que $P_z = P_y - 2.000$. Substituindo o valor de P_y :

$$P_z = 70.000 - 2.000$$

$$P_z = R\$68.000,00$$

O preço do automóvel na concessionária Z é **R\$ 68.000**, que está **maior do que R\$ 67.500 e menor que R\$ 72.500**. Portanto, o gabarito correto seria letra **b) maior do que R\$ 67.500,00 e menor do que R\$ 72.500,00**.

Entretanto, vale ressaltar que a questão foi **anulada pela banca** devido a um erro de digitação na alternativa **c**. Conforme o pronunciamento oficial da FEPESE, realizado em **17/07/18**, a questão foi anulada com a seguinte justificativa:

"Motivo da anulação: Devido a um erro de digitação na alternativa 'c', em que o limite superior do intervalo numérico aparece como 675 mil ao invés de 67.500,00, a resposta correta encontra-se tanto dentro do intervalo numérico descrito na alternativa 'b' quanto na alternativa 'c'."

Embora a questão tenha sido anulada, nada nos impede de resolvê-la corretamente. Conforme demonstrado na resolução, o preço do automóvel na concessionária Z é **R\$ 68.000,00**, que corresponde à faixa descrita na alternativa **b**.

Gabarito: anulado

104. Três colegas pescam 21 quilos de peixe juntos e dividem todo o resultado da pescaria de maneira a formar uma progressão aritmética, em que o mínimo que um deles pode receber é 1 quilo de peixe. Portanto, o máximo que um dos colegas pode receber de peixe é:

- A) 9 kg.
- B) 12 kg.
- C) 13 kg.
- D) 15 kg.
- E) 18 kg.

COMENTÁRIO:

Queremos encontrar uma progressão aritmética (PA) de modo que o mínimo que um deles pode receber é **1 kg de peixe** (a_1). Queremos determinar o **máximo** que um dos colegas pode receber (a_3). Uma progressão aritmética com 3 termos consecutivos pode ser representada como:

$$a - r, a, a + r$$

Em que:

- a : o termo central da PA;
- r : a razão da PA.

A soma dos três termos é igual ao total de peixe pescado:

$$\begin{aligned}(a - r) + a + (a + r) &= 21 \\ 3a &= 21 \\ a &= 7\end{aligned}$$

Substituindo $a = 7$ na representação de três termos consecutivos da PA:

$$a - r, a, a + r \Rightarrow 7 - r, 7, 7 + r$$

Sabemos que o menor valor (o primeiro termo, $7 - r$) deve ser **1 kg**:

$$7 - r = 1 \Rightarrow r = 6$$

Agora, substituímos $r = 6$ para determinar os três termos:

$$\begin{aligned}7 - r &= 7 - 6 = 1 \text{ (mínimo)} \\ a &= 7 \text{ (valor central)} \\ 7 + r &= 7 + 6 = 13 \text{ (máximo)}\end{aligned}$$

Portanto, o máximo que um dos colegas pode receber é **13 kg**.

Gabarito: C

105. Para o pagamento de um bem, uma pessoa concorda em pagar 6 reais no primeiro mês, 12 reais no segundo, 24 no terceiro e assim sucessivamente, por 10 meses. Portanto, o valor total que a pessoa pagará pelo bem é:

- A) maior que 6300 reais.
- B) maior que 6200 reais e menor que 6300 reais.
- C) maior que 6100 reais e menor que 6200 reais.
- D) maior que 6000 reais e menor que 6100 reais.
- E) menor que 6000 reais.

COMENTÁRIO:

A pessoa paga R\$ 6 no primeiro mês, R\$ 12 no segundo, R\$ 24 no terceiro, e assim por diante, **dobrando o valor a cada mês**. Vamos calcular os valores de cada mês até o décimo:

1º mês: R\$ 6

2º mês: R\$ 12

3º mês: R\$ 24

4º mês: R\$ 48

5º mês: R\$ 96

6º mês: R\$ 192

7º mês: R\$ 384

8º mês: R\$ 768

9º mês: R\$ 1.536

10º mês: R\$ 3.072

Agora, somamos os valores para calcular o total:

$$6 + 12 + 24 + 48 + 96 + 192 + 384 + 768 + 1.536 + 3.072 = 6.138$$

Portanto, o total pago pelo bem é **R\$ 6.138**.

Uma forma mais prática de resolver esse problema é perceber que os valores pagos a cada mês formam uma **progressão geométrica (PG)**, em que o pagamento dobra a cada mês. O valor inicial pago no primeiro mês é $a_1 = 6$, e a razão da PG é $q = 2$, pois a cada mês o valor é multiplicado por 2. Sabendo que a sequência dos pagamentos segue esse padrão, podemos usar as fórmulas da PG para calcular o valor total de forma mais eficiente.

A soma dos n primeiros termos de uma PG é dada por:

$$S_n = a_1 \times \frac{q^n - 1}{q - 1}$$

Sabemos que a razão $a_1 = 6$ é $q = 2$ e n é o número de termos da progressão. Como queremos encontrar o total pago ao longo de 10 meses, temos que $n = 10$. Calculando a soma dos 10 primeiros termos de nossa PG, temos que:

$$S_{10} = 6 \times \frac{2^{10} - 1}{2 - 1}$$

$$S_{10} = 6 \times \frac{1024 - 1}{2 - 1}$$

$$S_{10} = 6 \times 1023$$

$$S_{10} = \text{R\$ } 6138$$

Assim, concluímos que o valor total pago pelo bem é **R\$ 6.138**, que é **maior que R\$ 6.100 e menor que R\$ 6.200**.

Gabarito: C

106. Uma função f definida nos números reais é dita injetiva se $x \neq y$, então $f(x) \neq f(y)$.

Considere as afirmativas abaixo:

1. a função $f: \mathbb{R} \Rightarrow$ dada por $f(x) = x^2$ é injetiva.
2. se f é uma função tal que $f(x) = f(y)$ implica que $x = y$, então, f é injetiva.
3. a função $f: \mathbb{R} \Rightarrow \mathbb{R}$ dada por $f(x) = -2x + 5$ é injetiva.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas corretas.

- A) É correta apenas a afirmativa 3.
- B) São corretas apenas as afirmativas 1 e 2.
- C) São corretas apenas as afirmativas 1 e 3.
- D) São corretas apenas as afirmativas 2 e 3.
- E) São corretas as afirmativas 1, 2 e 3.

COMENTÁRIO:

Com base na explicação dada pela questão sobre o que é uma função injetiva, sabemos que, para uma função ser injetiva, ela deve garantir que valores distintos no domínio (valores de $f(x)$) devem levar a valores distintos na imagem (valores de x). A injetividade garante que **nenhum elemento da imagem da função é mapeado por mais de um elemento do domínio**.

Analisando as alternativas, temos que:

1. A função $f: \mathbb{R} \Rightarrow$ dada por $f(x) = x^2$ é injetiva: errada.

A função $f(x) = x^2$ não é injetiva no domínio $\mathbb{R}$, pois existem valores diferentes de X que levam ao mesmo valor de $f(x)$. Por exemplo:

$$f(2) = 2^2 = 4 \quad e \quad f(-2) = (-2)^2 = 4$$

Aqui, dois valores distintos no domínio (2 e -2) resultam no mesmo valor da imagem (4). Isso viola a definição de injetividade. Portanto, **essa afirmativa é incorreta**.

2. Se f é uma função tal que $f(x) = f(y)$ implica que $x = y$, então, f é injetiva. Certo.

Essa é exatamente a **definição formal** de função injetiva. Se, ao termos $f(x) = f(y)$, conseguimos concluir que $x = y$, isso garante que valores distintos no domínio levam a valores distintos na imagem. Logo, **essa afirmativa é correta**.

3. A função $f: \mathbb{R} \Rightarrow \mathbb{R}$ dada por $f(x) = -2x + 5$ é injetiva. Certo.

A função $f(x) = -2x + 5$ é uma **função linear** com coeficiente angular (-2) diferente de zero. **Toda função linear com inclinação diferente de zero é injetiva**, porque, para valores distintos de x , o valor de $f(x)$ será sempre distinto. Portanto, **essa afirmativa é correta**.

Dessa forma, concluímos que as afirmações 2 e 3 estão corretas.

Gabarito: D

107. Dois professores, João e Maria, são contratados para corrigir 121 provas. Os dois começam a corrigir as provas simultaneamente e só param quando todas estão corrigidas. Nota-se ainda que, enquanto Maria corrige 6 provas, João corrige 5.

Assinale a alternativa que indica corretamente quantas provas Maria corrigiu a mais que João.

- A) 7
- B) 9
- C) 11
- D) 13
- E) 15

COMENTÁRIO:

O total de provas é **121** e a razão entre o número de provas corrigidas por Maria e João é 6:5. Isso significa que para cada 6 provas corrigidas por Maria, João corrige 5 provas.

Vamos chamar o número de "blocos" corrigidos por Maria como $6k$, em que k é a quantidade de blocos corrigidos.

O número de "blocos" corrigidos por João como $5k$. O total de provas corrigidas juntos é:

$$\begin{aligned}6k + 5k &= 121 \\11k &= 121 \\k &= 11\end{aligned}$$

Substituindo $k = 11$ nas expressões:

- Provas corrigidas por Maria:

$$6k = 6 \times 11 = 66$$

- Provas corrigidas por João:

$$5k = 5 \times 11 = 55$$

Dessa forma, Maria corrigiu a mais:

$$66 - 55 = 11$$

Maria corrigiu **11 provas a mais que João**.

Gabarito: C

108. Em uma cidade, são cometidos 45 crimes a cada 30 dias. Logo, em 360 dias, são cometidos:

- A) 430 crimes.
- B) 445 crimes.
- C) 510 crimes.
- D) 540 crimes.
- E) 570 crimes.

COMENTÁRIO:

Em **30 dias**, são cometidos **45 crimes**. Precisamos calcular o número de crimes cometidos em **360 dias**. A relação é proporcional, ou seja, mais dias resultam em mais crimes. Escrevemos:

$$30 \text{ dias} \rightarrow 45 \text{ crimes}$$

$$360 \text{ dias} \rightarrow x \text{ crimes}$$

A proporcionalidade direta leva-nos à equação:

$$30x = 360.45$$

$$x = \frac{16200}{30}$$

$$x = 540$$

Em 360 dias, são cometidos **540 crimes**.

Gabarito: D

109. Em um campeonato de xadrez, cada participante joga duas partidas contra cada um dos outros participantes (portanto, o participante A joga duas partidas contra o participante B, duas partidas contra o participante C, e assim sucessivamente). Ao final do campeonato, foram jogadas 342 partidas. Portanto, o número de participantes nesse campeonato é:

- A) 18
- B) 19
- C) 17
- D) 16
- E) 15

COMENTÁRIO:

Sabemos que o número total de partidas jogadas no campeonato é 342. Cada participante joga **2 partidas contra cada outro participante**, e precisamos determinar o número de participantes, que chamaremos de n .

O número de pares de participantes é dado pelo número de combinações de elementos, tomados 2 a 2:

$$\text{Número de pares} = C_k^n = \frac{n!}{k!(n-k)!}$$

Nesse caso, como os elementos são tomados 2 a 2, $K = 2$. Como cada par joga **2 partidas**, o número total de partidas jogadas é:

$$\text{Total de partidas} = 2 \times C_2^n = 2 \times \frac{n!}{2!(n-2)!}$$

$$\text{Total de partidas} = 2 \times C_2^n = 2 \times \frac{n!}{2(n-2)!}$$

Sabemos que o total de partidas é 342, então:

$$342 = 2 \times \frac{n!}{2(n-2)!}$$

Simplificando o $n!$ temos:

$$342 = 2 \times \frac{n(n-1)(n-2)!}{2(n-2)!}$$

$$342 = n(n-1)$$

$$n^2 - n - 342 = 0$$

Essa é uma equação quadrática da forma $ax^2 + bx + c = 0$, em que:

- $a = 1$
- $b = -1$
- $c = -342$

Usamos a fórmula de Bhaskara:

$$\begin{aligned} n &= \frac{-b \pm \sqrt{b^2 - 4ac}}{2a} \\ n &= \frac{-(-1) \pm \sqrt{(-1)^2 - 4.1.(-342)}}{2.1} \\ n &= \frac{1 \pm \sqrt{1 + 1368}}{2} \\ n &= \frac{1 \pm \sqrt{1369}}{2} \\ n &= \frac{1 \pm 37}{2} \\ n' &= \frac{1+37}{2} = 19 \\ n'' &= \frac{1-37}{2} = -18 \end{aligned}$$

n deve ser descartado, pois deve ser positivo. Portanto, o número de participantes no campeonato é

Gabarito: B

110. Alfredo tem 7 barras de chocolate, todas de sabores diferentes, e uma caixa onde cabem apenas 3 barras de chocolate. Alfredo decide encher completamente a caixa com suas barras para presentear um amigo. Se a ordem em que as barras são colocadas na caixa não altera o presente, então o número de presentes diferentes que Alfredo pode criar com 3 de suas barras de chocolate é igual a:

- A) 35
- B) 75
- C) 150
- D) 180
- E) 210

COMENTÁRIO:

Alfredo tem **7 barras de chocolate** diferentes e quer escolher **3 barras** para colocar em uma caixa. A ordem **não importa**, então estamos lidando com uma **combinação**.

A fórmula para calcular combinações é:

$$C_k^n = \frac{n!}{k!(n-k)!}$$

Em que:

- n : total de elementos ($n = 7$);
- k : número de elementos escolhidos ($k = 3$).

Substituindo os valores na fórmula:

$$\begin{aligned} C_3^7 &= \frac{7!}{3!(7-3)!} \\ C_3^7 &= \frac{7!}{3!4!} \\ C_3^7 &= \frac{7.6.5.4!}{3.2.1.4!} \\ C_3^7 &= \frac{7.6.5}{3.2.1} \\ C_3^7 &= 35 \end{aligned}$$

O número de presentes diferentes que Alfredo pode criar é **35**.

Gabarito: A

O que você achou deste e-book?

Sua opinião é muito importante para nós! Conte-nos como foi sua experiência de estudo com este e-book.

<https://forms.gle/2wX6PbeYVn6t2qnH8>

Não é assinante?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

Conheça nosso sistema de questões!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>

